

Prefácio

A Carta Educativa visa dotar o município de um instrumento que permita adequar a rede de infra-estruturas de educação e ensino à procura previsível até ao ano de 2016. O estudo foi realizado pelo CESUR – Centro de Sistemas Urbanos e Regionais do Instituto Superior Técnico – no âmbito de protocolo assinado entre este e a Câmara Municipal do Entroncamento (C.M.E.).

O presente documento resulta da actualização da Carta Educativa do Entroncamento elaborada em 2003 à luz do previsto no DL 7/2003 de 15 de Janeiro e de acordo com as orientações, nomeadamente sobre objectivos e conteúdos, emanadas entretanto do Ministério da Educação (DREL e GIASE). Deste modo, houve que introduzir actualizações e correcções, nomeadamente no sentido de eliminar elementos de enquadramento e princípios orientadores emanados da proposta de Lei de Bases da Educação que foi elaborada pelo 15º Governo Constitucional e aprovada na Assembleia da República, mas que não chegou a ser promulgada pelo Presidente da República e que informou em parte a elaboração do relatório da Fase I.

Este documento está organizado em três partes que correspondem às três fases de desenvolvimento do estudo.

Assim, a Parte I, para além de aspectos introdutórios de enquadramento legislativo e orientador e de caracterização sintética do concelho do Entroncamento, é dedicada à caracterização da rede educativa actual e sua evolução recente, culminando com elementos sintéticos de diagnóstico preliminar.

Em documento separado, que constitui um anexo a esta carta, são apresentadas fichas de caracterização dos estabelecimentos que constituíam a rede escolar do concelho do Entroncamento no ano lectivo de 2002/03. As referidas fichas foram elaboradas com base nos Inquéritos realizados às Escolas em 2002, posteriores melhoramentos nas escolas ou desactivação destas não são por isso contemplados.

Na Parte II são apresentadas análises demográficas e projecções demográficas, elaboradas com base num modelo de *cohort survival*, que sustentam as previsões da procura de ensino futura (a médio prazo, extendidas nesta nova versão da Carta Educativa a 2016).

A Parte III constitui a parte propositiva da Carta Educativa. São explicitados os princípios

orientadores, objectivos e critérios de re-ordenamento, elaboram-se diagnósticos prospectivos e apresentam-se as propostas de reorganização da rede educativa e o plano de actuações que operacionaliza aquelas propostas na vertente infra-estrutural, com estimativas dos custos de investimento, calendarização e identificação das entidades responsáveis.

Culmina-se com recomendações sobre a monitorização da Carta Educativa.

A equipa do projecto agradece a todos os colaboradores da CME e do ME (nomeadamente da DREL e do DAPP) que forneceram informação e disponibilizaram os seus preciosos conhecimentos sobre o sistema educativo do concelho do Entroncamento. No entanto, as opiniões expressas neste trabalho são da responsabilidade dos seus autores, não comprometendo nem a CME nem o IST.

Índice

	Pág.
PREFÁCIO	I
ÍNDICE	III
INTRODUÇÃO	1
1.1. A Carta Educativa: conceito e objectivos	1
1.2. Enquadramento Legislativo e Orientador	4
III.2.1. Enquadramento Geral	4
III.2.2. Enquadramento Futuro	5
III.2.3. Princípios Orientadores	6
1.3. Informação.....	8
I.3.1. Fontes de Informação	8
I.3.2. Estruturação da Informação	8
1.4. O concelho do Entroncamento: caracterização sintética	10
1.5. Orientações Estratégicas.....	14
PARTE I – CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO	16
I.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	16
I.2. A REDE DE ESCOLAS DO CONCELHO:	22
I.2.1. Agrupamentos Escolares	24
<i>I.2.1.1 Agrupamentos Escolares no Concelho</i>	25
I.2.2. Alterações Previstas no Parque Escolar	26
I.3. CARTAS DE LOCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	28
I.4. A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR.....	32
I.4.1. A Educação Pré-Escolar – Rede Pública.....	37
I.4.2. A Educação Pré-Escolar – Rede não Pública	39
I.5. ENSINO BÁSICO 1.º CICLO	42
I.5.1. Ensino Básico 1.º Ciclo – Rede Pública.....	44
I.5.2. Ensino Básico 1.º Ciclo – Rede Não Pública	53
I.6. ENSINO BÁSICO 2.º E 3.º CICLOS	55
I.6.1. Ensino Básico 2.º Ciclo – Rede Pública	55
I.6.2. Ensino Básico 3.º Ciclo – Rede Pública	61
I.7 – ENSINO SECUNDÁRIO	66
I.7.1. Ensino Secundário – Rede Pública.....	68
I.7.2. Ensino Secundário – Rede Não Pública	73
I.8 – ENSINO PROFISSIONAL.....	74

I.9. ENSINO RECORRENTE.....	80
I.9.1. Ensino Recorrente Público	81
I.9.2. Ensino Recorrente Não Público	83
I.10. ENSINO ESPECIAL.....	85
I.10.1 Ensino Especial Não Público	86
I.11. TRANSPORTE ESCOLAR	87
PARTE II – A PROCURA DE ENSINO.....	88
II.1 INTRODUÇÃO	88
II.2. A EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO CONCELHO E O SEU IMPACTO NA PROCURA DE ENSINO	88
II.3. METODOLOGIA ADOPTADA PARA A PROJECCÃO DA POPULAÇÃO.....	90
II.4. PROJECCÕES DEMOGRÁFICAS 2001, 2016.....	90
II.4.1. Projeções em Crescimento Natural	90
II.4.2. Projeções com Taxas Migratórias	91
II.5. PROJECCÕES DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR.....	92
II.6. PROJECCÃO DO NÚMERO DE ALUNOS NA REDE PÚBLICA	93
II.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
PARTE III – PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DA REDE.....	95
III.1. CONCEITO DE TERRITÓRIO EDUCATIVO.....	95
III.2. CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO EDUCATIVO	96
III.3. METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO DOS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS.....	98
III.3.1. Ordenamento do Território.....	98
III.3.2. Limites Administrativos das Freguesias	99
III.3.3. Gestão Educativa.....	99
III.4. ESQUEMATIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS	101
III.4.1. Modelo de Afectação da Procura do Secundário.....	102
III.5. PROPOSTAS DE TERRITÓRIOS EDUCATIVOS	106
III.5.1. Território Educativo Sul do Concelho.....	111
III.5.2. Território Educativo Norte do Concelho	115
III.6. BALANÇO GLOBAL DOS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS.....	119
III.7. PROPOSTA PARA O ENSINO SECUNDÁRIO.....	120
III.8 - SÍNTESE DAS PROPOSTAS DA CARTA	121
III.8.1 Medidas complementares	122
III.9 - PROGRAMA DE INTERVENÇÕES.....	124
III.10 – MONITORIZAÇÃO/ CONSIDERAÇÕES FINAIS	127

Introdução

1.1. A Carta Educativa: conceito e objectivos

Conforme expresso no Artº 10º do D.L. 7/2003 de 15 de Janeiro, “A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município”

Segundo o mesmo diploma (Artº 11º) são objectivos da Carta Educativa:

“ 1 — A carta educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, por forma que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efectiva que ao mesmo nível se manifestar.

2 — A carta educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respectivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projectos educativos das escolas.

3 — A carta educativa deve promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação nestas das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

4 — A carta educativa deve incluir uma análise prospectiva, fixando objectivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos.

5 — A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação pré-escolar e de ensino a todas as crianças e alunos.”

Ainda de acordo com o expresso no mesmo diploma (Artº 19º), a Carta Educativa é parte integrante do Plano Director Municipal (PDM), sendo a sua elaboração da competência da Câmara Municipal, com o apoio técnico do Ministério da Educação.

Deste modo, a Carta Educativa pode ser perspectivada como um instrumento sectorial de planeamento, tendo como objecto a educação, sendo uma peça indispensável do PDM. A Carta Educativa resulta de uma evolução do conceito de Carta Escolar e das Cartas de Equipamentos Colectivos (de Educação, de Saúde, de Desporto, etc.).

Na estruturação do território e do tecido urbano é hoje em dia evidente que os equipamentos colectivos assumem um papel fundamental na satisfação de necessidades básicas da população, prestando um contributo valioso nas funções centrais das áreas urbanas onde se inserem.

O conceito de Carta de Equipamentos está associado à necessidade de acrescentar ao planeamento urbanístico e, especificamente, ao planeamento de equipamentos colectivos um enfoque sectorial aprofundado.

As "Cartas" foram concebidas como instrumentos integrantes de um processo de planeamento mais vasto e, como tal, sujeitas a um aprofundamento sucessivo e a uma actualização permanente (monitorização). Nesta óptica, constituem-se como instrumentos sectoriais de planeamento e gestão do território, que organizam o conhecimento sobre cada um dos domínios específicos e propõem estratégias e estruturas base de equipamentos para o desenvolvimento dos concelhos, de acordo com cenários de crescimento populacional estabelecidos e com as necessidades e aspirações da população.

O processo de planeamento não é um acto singular, cabendo ao planeador adoptar uma atitude crítica no que respeita à análise das capacidades actuais ou futuras para cada tipo de equipamento, até porque as necessidades não são estáticas, evoluindo continuamente a forma de satisfazer a procura. "É recomendável, todo o cuidado mesmo na aplicação de padrões de dimensionamento e da qualidade na programação e construção dos equipamentos, adaptando a perspectiva incrementalista dos melhoramentos graduais e acertando soluções *ad hoc* perante situações específicas fora do modelo corrente. É contudo pertinente apontar como

inconvenientes as soluções provisórias, que têm trazido elevados prejuízos económicos, urbanísticos e culturais ao país.”¹

Com o intuito de otimizar as redes de equipamentos existentes, torna-se necessário considerar: a localização e dimensão das instalações, no que respeita à população servida e à distribuição das distâncias a percorrer, determinando se a sua capacidade é suficiente para a procura prevista ou se existem alternativas, adquirindo soluções válidas que melhor sirvam a população abrangida e em estreita articulação com os vectores estratégicos de desenvolvimento do concelho, nomeadamente os que emanam do Plano Director Municipal.

O presente trabalho encontra-se estruturado para que seja perceptível a realidade actual do sistema educativo do concelho, identificando carências e situações de excesso de oferta. A construção de uma base de conhecimentos sólida e coerente permite partir para a elaboração de um diagnóstico rigoroso e objectivo do qual emanam as acções a adoptar tendo em vista corrigir as situações de disfunção, pontual ou generalizada, da Rede de Equipamentos de Ensino do Concelho.

¹ In: "Normas Urbanísticas – Volume 1" DGOTDU / UTL, pág. 87

1.2. Enquadramento Legislativo e Orientador

Estabelecem-se neste capítulo as bases estratégicas e princípios que servem de vectores orientadores do ordenamento da rede de equipamentos de educação e ensino e do seu planeamento, começando-se por tecer algumas considerações sobre o quadro legislativo e orientador que serve de enquadramento geral.

III.2.1. Enquadramento Geral

Em qualquer processo de planeamento, há sempre que lidar com fontes diversas de incerteza e indeterminação que, no caso do planeamento das redes de equipamentos de ensino e educação no momento actual, são acrescidas face a expectáveis alterações significativas no quadro legislativo e orientador que enquadra o sistema educativo. Esta carta foi inicialmente elaborada num contexto em que o 15º Governo Constitucional tinha elaborado uma proposta de uma nova Lei de Bases da Educação (LBE) que foi aprovada pela Assembleia da República em 2004, já na vigência do 16º Governo Constitucional, mas que não chegou a ser promulgada pelo Presidente da República.

Ainda que a nova Lei de Bases da Educação não tenha chegado a ser promulgada, ela continha elementos que se julgam consensuais (como o alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos) cuja implementação no horizonte de projecto (a 10 anos) é altamente provável.

No contexto actual, a Lei de Bases do Sistema de Ensino (LBSE) contempla um Ensino Básico obrigatório (de 9 anos, dividido em 3 ciclos) e um Ensino Secundário, não obrigatório, de 3 anos. Neste contexto, o elemento estruturante do ordenamento das redes escolares é o **Território Educativo**, que permite organizar o espaço geográfico concelhio em áreas nas quais se assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória, contendo uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial e urbanístico. Cada Território Educativo é servido por uma Escola Nuclear, que funciona como um centro de dinamização e apoio, tanto pedagógico como de instalações, às restantes escolas que se encontram articuladas na sua área de influência. A Escola Nuclear que serve o Território Educativo pode ser, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo em vigor, uma Escola Básica do 2º e 3º ciclos (EB 2,3) ou uma

Escola Básica Integrada (EBI), podendo haver escolas apenas com o 1º ciclo (EB1), eventualmente com Jardim de Infância (EB01).

III.2.2. Enquadramento Futuro

O alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos reúne consensos muito alargados e é considerada uma medida urgente para elevar os níveis de qualificação da população portuguesa a padrões internacionais, sendo a sua implementação a médio prazo (antes de 10 anos) muito provável, até por estar contemplada no Programa do XVII Governo Constitucional.

O alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos implica necessariamente um reforço da oferta de ensino e, portanto, da rede de escolas públicas do Ministério da Educação (adiante designada apenas por “rede pública”), tanto na vertente quantitativa como qualitativa. Nesta última vertente, haverá necessidade de reconfigurar a oferta de ensino secundário com um leque mais abrangente de opções, particularmente nas vertentes vocacionais / profissionalizantes, do que o actualmente existente na rede pública, uma vez que é expectável que os estratos de jovens que actualmente não prosseguem estudos após o 9.º ano (ou desistem durante o actual secundário) venham no futuro a enveredar maioritariamente por essas vertentes.

Não está ainda configurado pelo Ministério da Educação este modelo de oferta, embora seja de admitir que venha a contemplar parcerias público-privadas para o desenvolvimento de uma oferta de ensino para as opções vocacionais/profissionalizantes tirando partido de capacidades e “know-how” de escolas profissionais/centros de formação existentes que, com os cortes de financiamento de fundos comunitários, também se verão confrontados com um novo quadro de dificuldades acrescidas. Embora a configuração de oferta do futuro ensino secundário seja em boa parte uma incógnita e exija uma análise de âmbito geográfico alargado (até mesmo de âmbito supra-municipal), é certo que implicará um reforço da rede de escolas públicas do Ministério da Educação, pelo que se entende que o planeamento da rede escolar para 2016 deve visar essencialmente um dimensionamento indicativo de capacidades dos novos equipamentos necessários para cobrir as necessidades (quantitativas) projectadas para 2016.

Ainda assim, mesmo nos aspectos quantitativos há incógnitas no que respeita aos níveis de retenção (e de abandono precoce) do futuro secundário e à repartição da oferta entre a rede de escolas secundárias públicas e outros tipos de ofertas, públicas ou privadas (escolas profissionais, etc.).

No que se refere aos princípios estruturantes de ordenamento da rede escolar, o previsto alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos vem pôr em causa a configuração actual dos Territórios Educativos ou Agrupamentos Escolares, em que a escola nuclear é uma EB23 ou uma EBI, deixando de fora as actuais escolas secundárias (mesmo as que já acolhem o 3º ciclo). Com a plena implementação da escolaridade obrigatória a 12 anos, a escola nuclear do (futuro) Território Educativo será presumivelmente uma escola secundária.

III.2.3. Princípios Orientadores

Neste enquadramento, o planeamento da rede de equipamentos de ensino no horizonte temporal adoptado (a 10 anos) foi baseado nos seguintes princípios orientadores:

- a) As previsões da procura de ensino contemplem desde já o alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos, apesar de não estar ainda em vigor.
- b) No âmbito geográfico de cada Território Educativo, a rede escolar pública programada deverá dar cobertura integral à procura (para essa rede pública, projectada para 2016) de todos os níveis de ensino da escolaridade obrigatória dentro desses âmbitos geográficos.
- c) Na estimação de procura de ensino para a rede pública se considere uma taxa de cobertura a 100% da procura gerada pela população residente no concelho do Entroncamento (projecção para 2016), mas se retire a oferta dos estabelecimentos da rede não pública (IPSS, particulares e cooperativos) quantificada pelas suas capacidades actuais.

Em última análise, entende-se que o planeamento da rede escolar para o horizonte de estudo (2016) deve estar estrategicamente voltado para um dimensionamento indicativo de capacidades dos novos equipamentos necessários para cobrir as necessidades (quantitativas) projectadas para o horizonte de estudo e a identificação de áreas de terreno para a implantação desses equipamentos de ensino, criando para tal uma reserva estratégica de terrenos. Não deve, portanto, no âmbito das suas atribuições, prender-se excessivamente a CME com aspectos qualitativos, seja na vertente de oferta qualitativa de ensino (sobretudo no que respeita ao futuro Ensino Secundário), ou das tipologias das escolas, importando que se adoptem soluções flexíveis e com capacidade de adaptação dos espaços e equipamentos a evoluções diversas,

quer do quadro legislativo e orientador, quer das dinâmicas urbanas, sociológicas e demográficas que importa monitorizar tendo em vista as necessárias alterações do plano estabelecido.

Os princípios gerais que nortearam este trabalho encontram-se, para além do referido Decreto-Lei n.º 7/2003², na Lei de Bases do Sistema Educativo ³ (LBSE) a qual define as grandes linhas orientadoras do planeamento da rede escolar, num vasto conjunto de diplomas que surgiram na sequência⁴ da LBSE nomeadamente em relação à educação pré-escolar⁵, nos critérios de planeamento da Rede Escolar⁶ propostos pelo Ministério da Educação, bem como nos normativos sobre os novos programas de espaços⁷, na legislação sobre autonomia e gestão das escolas⁸, na legislação específica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território com incidência na Carta Educativa⁹ e no Plano Director Municipal do Entroncamento.

2 Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro – Regula a elaboração e a aprovação de Cartas Educativas.

3 Lei n.º 46/86.

4 Despacho Conjunto n.º 28/SERE/SEAM/88, Decreto-Lei n.º 286/89, Decreto-Lei n.º 108/88, Despacho n.º 33/ME/91.

5 Lei n.º 5/97 – Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, Decreto-Lei n.º 147/97 – Regime jurídico do desenvolvimento da educação pré-escolar e Despacho Conjunto n.º 268/97 – Normas de instalações.

6 Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento, Lisboa, 2000.

7 Direcção Geral da Administração Escolar/Departamento de Gestão dos Recursos Educativos.

8 Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio.

9 Decretos-Lei n.º 69/90, 25/92, 211/92 e 281/93 e no documento "Recintos Escolares - Critérios para designação urbanística".

1.3. Informação

I.3.1. Fontes de Informação

A elaboração deste relatório assentou em informação de base proveniente de vários domínios (estrutura urbanística, cartografia, educação e ensino), o que obrigou a um longo trabalho de recolha, processamento e validação da informação.

A informação urbanística e cartográfica é proveniente dos estudos e levantamentos que foram feitos no âmbito do PDM, tendo sido as bases cartográficas disponibilizada pela C.M.E.

Recolheram-se junto do Instituto Nacional de Estatística os dados demográficos definitivos provenientes do Censo de 2001, nomeadamente a estrutura etária da população desagregada em grupos anuais (ano a ano). Obtiveram-se também elementos sobre a população recenseada na última década.

Os dados da educação e ensino foram obtidos através dos seguintes canais:

- Câmara Municipal do Entroncamento: Pelouro da Educação;
- Ministério da Educação: DREL – Direcção Regional da Educação de Lisboa – e DAPP – Departamento de Avaliação, Planeamento e Prospectiva –;
- Estabelecimentos de ensino: Informação recolhida através de inquéritos direccionados para cada um dos níveis de ensino desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário.

I.3.2. Estruturação da Informação

Um dos aspectos mais relevantes do tratamento informático foi a possibilidade de confrontar a informação recolhida das diferentes fontes e analisar, por um lado, a coerência interna de determinada fonte de informação e, por outro, testar a conformidade dessa origem com as restantes. Deste modo, conseguiu obter-se uma síntese global, consistente e significativa dos dados disponíveis, numa visão, tão completa quanto possível, do sistema de ensino do concelho do Entroncamento.

Para a catalogação dos estabelecimentos de ensino foi adoptada uma designação única baseada nos 3 últimos dígitos do código atribuído ao estabelecimento pelo ME¹⁰ (código DAPP), precedido de um "0" que indica que o estabelecimento existe e faz parte da rede de equipamentos de ensino (independentemente de ser público, privado ou uma IPSS), de um "1" que indica que a escola já estava programada na altura da elaboração da Carta Educativa, de um "2" que indica que a escola é o resultado de proposta emanada da presente Carta Educativa, de um "3" quando a escola se encontra desactivada e de um "4" quando diz respeito a estabelecimentos de ensino profissional ou superior. Nas situações em que as escolas não tenham código atribuído pelo ME, ser-lhes-á destinado um, em que o dígito de prefixo funciona como descrito anteriormente, e os restantes três dígitos serão sequenciais.

10 Este código do Ministério da Educação é constituído por 7 dígitos em que os primeiros 4 dígitos são comuns a todos os estabelecimentos de ensino do concelho, variando apenas os últimos 3.

1.4. O concelho do Entroncamento: caracterização sintética

O concelho do Entroncamento inclui-se numa coroa envolvente à Área Metropolitana de Lisboa, que tem como principais pólos estruturantes Torres Vedras, Caldas da Rainha, Torres Novas, e Santarém.



Figura I. 1 – Concelho do Entroncamento

Possui uma localização privilegiada por constituir um dos principais corredores ferroviários do país (percorrido pela linha do Norte que estabelece a ligação com Lisboa e Porto, e é no Entroncamento que têm início as linhas do Leste e da Beira do interior). Do ponto de vista das acessibilidades rodoviárias, é também um importante ponto de intersecção regional.

A sua proximidade à Área Metropolitana de Lisboa (situa-se na zona centro a cerca de 100 km de Lisboa), permite-lhe ganhar escala em termos de procura habitacional, o que tem levado a um crescimento contínuo em termos populacionais e, como consequência em termos de construção urbana.

Em termos históricos poderá dizer-se que o Entroncamento é uma povoação muito recente, cujo nome explica as suas origens e razão de ser: corresponde ao entroncamento da linha ferroviária do Norte com a do Leste.

O desenvolvimento deste aglomerado urbano, anteriormente designado por Ponte da Pedra, dá-se nos finais do séc. XIX (1894) a partir do momento em que a Companhia Real dos Caminhos

de Ferro iniciou a construção de habitações operárias e dos equipamentos colectivos e infra-estruturas sanitárias necessárias à fixação dos trabalhadores.

A escolha deste local como entroncamento de duas importantes linhas de caminho de ferro deveu-se não só à localização geográfica privilegiada no centro do país que lhe permite desempenhar um papel de charneira entre o Norte e o Sul e entre o Litoral e o Interior, mas também por tratar de um território desocupado caracterizado por declives suaves.

À medida que se foi dando o desenvolvimento dos transportes ferroviários, verificou-se o crescimento do aglomerado urbano e do seu nível de infraestruturização e de oferta de serviços. Este crescimento foi-se dando de forma descoordenada, sem um planeamento efectivo das entidades competentes, dando origem a um aglomerado de estrutura, essencialmente linear em que as casas se implantavam ao longo das linhas, ocupando uma superfície global bastante significativa.

Em 1911 esta povoação tinha já uma população de cerca de 1300 habitantes e 300 fogos. Como consequência do envolvimento de Portugal no conflito da 1ª Guerra Mundial dá-se um novo acréscimo demográfico, já que dada a importância do Entroncamento como centro de transportes e comunicações foi esta a localização escolhida para a fixação de aquartelamentos militares de dimensão bastante significativa.

Em 1926 constituiu-se a freguesia do Entroncamento que adquire o estatuto de Vila em 1932, sendo o concelho criado em 1945. Esta promoção a concelho justifica-se não apenas pelo crescimento demográfico e pelas densidades verificadas já na época, como também pelas receitas fiscais geradas. Este trajecto político-administrativo culmina em 1991 com a ascensão à categoria de cidade. Actualmente a cidade do Entroncamento é um dos centros populacionais mais desenvolvidos do Ribatejo. É considerada a localidade que, nos últimos dez anos, teve a maior expansão territorial, a nível nacional.

Em síntese, se quiser fazer-se uma breve caracterização socio-económica e da evolução demográfica mais recente, há que salientar que sendo uma localidade recente e o seu aparecimento resultante de uma actividade específica, os habitantes do Entroncamento são oriundos das mais diversas regiões, e a sua radicação só se verificou nos anos mais recentes,

resultando daí a quase ausência de tradições genuínas e a coexistência de hábitos e costumes dos locais de onde são oriundos.

Actualmente, a sua população ainda é constituída, maioritariamente, por ferroviários, mas a existência de diversas unidades militares na cidade e proximidades e o grande desenvolvimento que o sector terciário está a conhecer na região são factores fundamentais na inversão desta tendência. Por outro lado, a sua proximidade de Lisboa e de outros centros urbanos de dimensão significativa à escala da AML (e as boas acessibilidades de transportes) estão a contribuir, decisivamente, para a sua transformação em cidade dormitório daqueles centros. Daqui resulta que grande parte da população activa esteja empregada fora do Entroncamento.

O Entroncamento encontra-se no topo do distrito de Santarém nos vários indicadores sócio-económicos e apresenta-se até ao nível dos melhores do país:

- Em termos demográficos, apresenta a maior taxa de crescimento demográfico e a maior densidade populacional do distrito de Santarém. Entre 1981 e 1991, este valor andou à volta dos 25%, tendência que se tem acentuado nestes últimos anos: quase 30% de 1991-2001;
- Concelho de reduzida dimensão – 14 Km² e cerca de 20000 habitantes – grandes densidades populacionais, aproximadamente 1300 habitantes por km². A título de comparação, registe-se que a média nacional é de 108 habitantes/km²;
- Taxa de analfabetismo, apenas 5,2%, de longe a mais baixa do distrito, e uma das seis melhores do País;
- O concelho ocupa ainda os melhores indicadores do distrito, superiores até à média nacional, no que respeita a população com nível de instrução (88,1%);
- Taxa de natalidade, índice de envelhecimento e coeficiente de dependência que traduzem uma população bastante jovem. Para esta realidade certamente contribuirá a grande mobilidade de pessoas que caracteriza o Entroncamento;
- Só a taxa de desemprego, embora seja a quarta melhor do distrito, é um pouco superior à média nacional;
- Na distribuição da população activa por sectores, verifica-se a inexistência de gente a trabalhar na agricultura (0,5%), enquanto que o comércio e serviços dão emprego a uns esmagadores 85,57% da população e a indústria apenas 13,92%.

Dada a sua diminuta dimensão territorial, confinada quase na exclusividade com a sua área urbana, praticamente não existe qualquer actividade agrícola ou pecuária com expressividade económica na região. Por outro lado é de salientar a sua zona industrial que pela sua situação geográfica, lhe permite um rápido acesso. Ainda relativamente à economia concelhia pode afirmar-se que após o boom industrial e terciário das últimas décadas, se tem vindo a verificar mais recentemente uma efervescente actividade comercial.

A nível da estrutura urbana do Entroncamento poder-se-á dizer que é um Concelho de reduzida dimensão (14 km²), cujo perímetro urbano quase coincide com os seus limites territoriais, sendo de salientar que a cidade está sujeita a programas especiais de servidão ferroviária e militar que provocam fortes constrangimentos ao nível da estruturação urbanística.

A intensa expansão territorial que se tem vindo a constatar não foi acompanhada a um ritmo condizente pela infraestruturação e dotação de equipamentos colectivos, isto muito devido a por um lado, a ocupação urbana desordenada não permitir a aquisição de uma reserva de solos com localização adequada para este fim, e por outro , à escassez de meios financeiros que permitissem fazer corresponder em tempo útil a oferta às necessidades.

Apesar da barreira ditada pelo atravessamento ferroviário, as áreas consolidadas da cidade ocupam bolsas de apreciável dimensão, nos dois lados da via-férrea. As áreas não consolidadas e áreas de expansão localizam-se a Noroeste da cidade, prolongando-se até ao traçado da A23.

1.5. Orientações Estratégicas

Seguidamente, apresentam-se algumas orientações estratégicas que se colocam ao concelho do Entroncamento e, às quais não serão alheias as opções que vierem a ser tomadas nos domínios da educação e ensino:

“A Carta Educativa constitui, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município.

Pretende-se, pois, que a carta educativa incida sobre todos os estabelecimentos de ensino, fixando objectivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos.

Num concelho em constante crescimento, como é o caso do Entroncamento, urge repensar todo o sistema educativo tendo como objectivo um futuro de crescimento facilmente previsível.

O último estabelecimento de ensino foi construído há 25 anos (Escola Secundária do Entroncamento) enquanto que, entretanto, o concelho cresceu em número de habitantes, 51% nos últimos 20 anos!

Nitidamente, os equipamentos educativos actualmente existentes não correspondem às necessidades da nossa população escolar.

Neste sentido, a carta educativa, tendo como meta a melhoria da educação, do ensino, da formação e do desenvolvimento social, não deve ser encarada nunca como um documento acabado, mas sim como um instrumento da expressão educativa do concelho, passível de permanente avaliação e actualização.

Esperamos, assim, que este documento vá de encontro aos anseios e desejos de todos nós, e modernizando-se no sentido de criar uma sociedade educativa mais justa e equilibrada.”¹¹

¹¹ Segundo as palavras do Vereador responsável pelo Pelouro da Educação da Câmara Municipal do Entroncamento, no início da elaboração da Carta Educativa em 2002.

Parte I – Caracterização e Evolução do Sistema Educativo

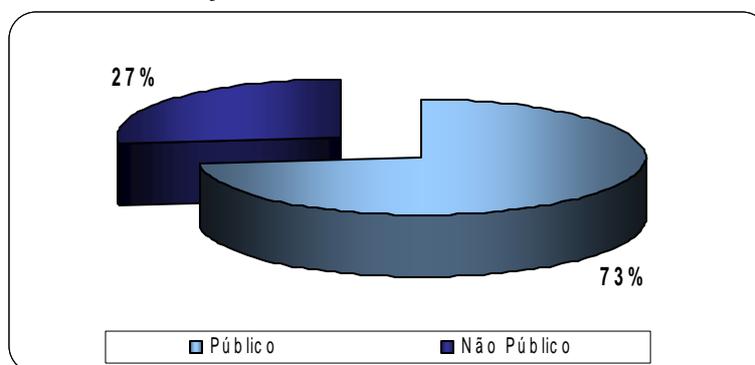
I.1. Considerações Gerais

De acordo com censo de 2001 o concelho do Entroncamento conta com 18.130 habitantes. A sua população jovem e uma taxa de natalidade bastante elevada, levou à necessidade de se construírem alguns jardins-de-infância e de se melhorarem as escolas primárias, preparatória e secundária.

Os estabelecimentos de ensino deste concelho, encontram-se bastante bem conservados e apetrechados, quer a nível de infra-estruturas, de material didáctico, equipamento desportivo quer mesmo a nível de equipamento de lazer (baloços, escurregas, etc.). Estes são sem dúvida factores atractivos que justificam o elevado número de crianças que frequentam as escolas do concelho. Porém, importa também referir que a população escolar verificada neste concelho, apresenta uma percentagem significativa de crianças oriundas de outros concelhos limítrofes, tais como Vila Nova da Barquinha e Torres Novas.

Através da análise do Gráfico I.1, onde se apresenta a distribuição dos alunos pelo ensino público e não público, no ano lectivo 2006/07, é possível verificar que 73% da população escolar se encontra coberta pela rede pública.

GRÁFICO I.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS PELO ENSINO PÚBLICO E NÃO PÚBLICO



Fonte: CME

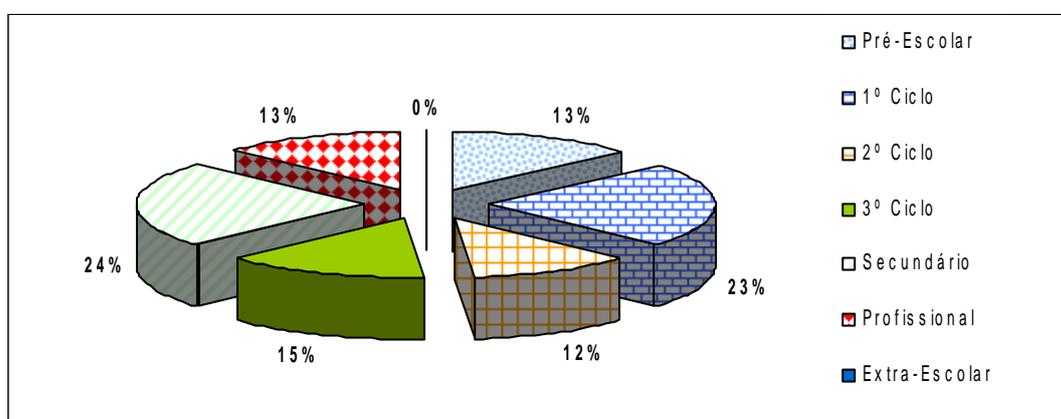
QUADRO I.1 – REPARTIÇÃO DOS ALUNOS PELOS VÁRIOS NÍVEIS E REDES DE ENSINO (ANO LECTIVO DE 2006/07)

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	N.º Alunos	%
Rede Pública	250	44
Rede Privada - Particular	172	31
Rede Privada - IPSS	140	25
Total	562	100
ENSINO BÁSICO - 1º CICLO		
Público	753	81
Particular	75	8
Particular - IPSS	97	10
Total	925	100
ENSINO BÁSICO - 2º CICLO		
Público	463	100
Total	463	100
ENSINO BÁSICO - 3º CICLO		
Público	576	100
Total	576	100
ENSINO SECUNDÁRIO		
Público	491	89
Particular	63	11
Total	554	100
ENSINO PROFISSIONALIZANTE		
Público	118	21
Privado	434	79
Total	552	100
ENSINO BÁSICO - 1º 2º 3º CICLOS		
Público	1792	91
Particular/Cooperativo	172	9
Total	1964	100
ENSINO BÁSICO - 2º 3º CICLOS E SECUNDÁRIO		
Público	1530	100
Total	1530	100
TOTAL DO ENSINO NO CONCELHO DO ENTRONCAMENTO		
Público	2651	73
Não Público	981	27
Total	3632	100

Fonte CME

O Quadro I.1 representa a repartição dos alunos do ensino público e não público pelos vários níveis de ensino, no ano lectivo de 2006/07. Destaca-se, que em todos os níveis de ensino a rede pública, é em grande parte, responsável pelas elevadas taxas de cobertura verificadas no concelho. Porém, é de salientar que a rede não pública (Escolas Privadas e IPSS) a nível da educação pré-escolar e 1.º ciclo é responsável, respectivamente, por 56% e 19% da taxa de cobertura.

GRÁFICO I.2 – REPARTIÇÃO DOS ALUNOS PELOS VÁRIOS NÍVEIS DE ENSINO NA REDE PÚBLICA E NÃO PÚBLICA (2006/07)



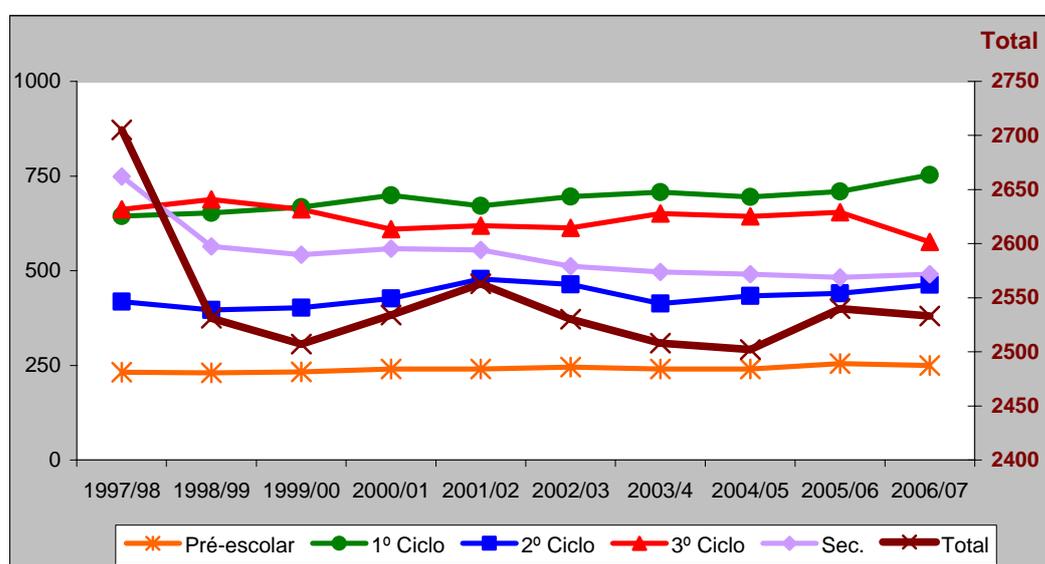
Fonte: CME

O Gráfico I.2 apresenta a distribuição percentual dos alunos pelos vários níveis de ensino. O facto do Ensino Secundário representar 24% da população escolar, significa que neste concelho as crianças têm tendência a prosseguirem os estudos, tendo a taxa de abandono pouca expressividade.

O Quadro I.2 e o Gráfico I.3 ilustram a evolução do número de alunos da rede pública, matriculados em regime normal e recorrente, desde o ano lectivo de 1997 a 2006.

QUADRO I.2 E GRÁFICO I.3 - EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA EM REGIME NORMAL E RECORRENTE NO CONCELHO DO ENTRONCAMENTO

Ano Lectivo	Pré-Escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Sec.	Total
1997/98	232	644	418	662	749	2705
1998/99	230	653	396	688	564	2531
1999/00	233	668	402	662	542	2507
2000/01	240	699	427	610	558	2534
2001/02	240	671	478	619	555	2563
2002/03	245	696	464	613	512	2530
2003/04	240	707	413	651	497	2508
2004/05	240	695	433	643	491	2502
2005/06	255	709	440	654	482	2540
2006/07	250	753	463	576	491	2533



Fonte: CME

O concelho do Entroncamento apresenta na última década uma estabilidade de valores, relativamente ao número de alunos matriculados, com excepção do decréscimo verificado no ano lectivo de 1998/99.

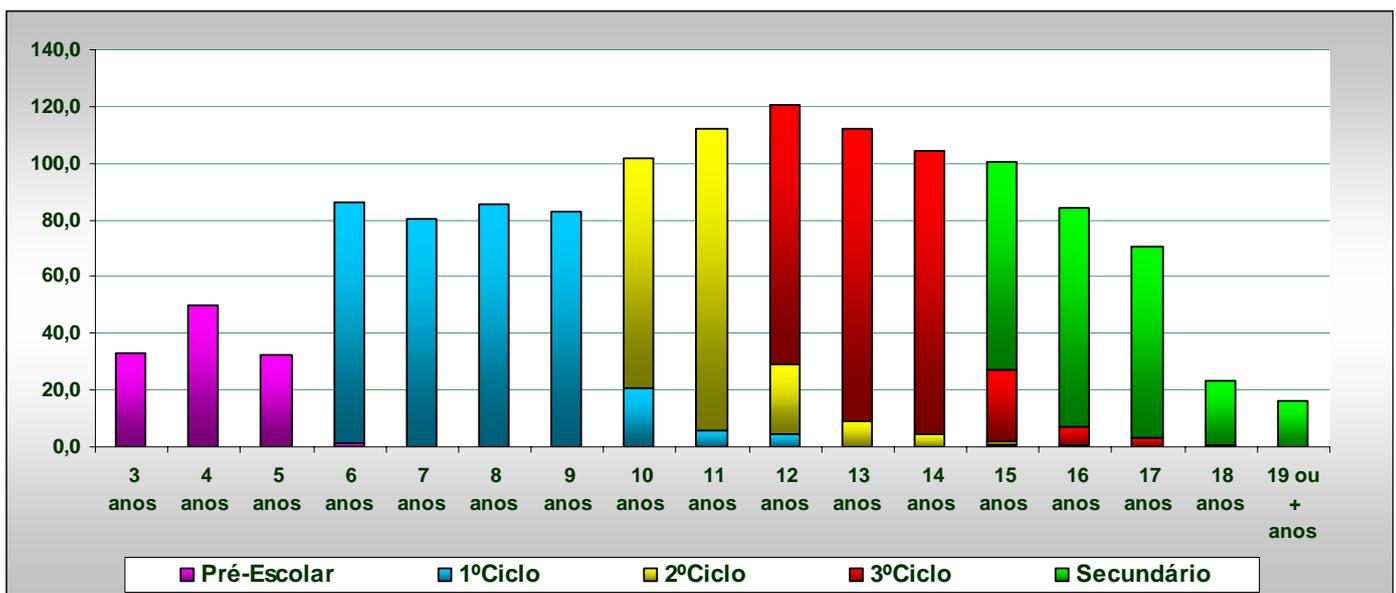
O Quadro I.3 representa as taxas de escolarização em 2002/03 na educação pré-escolar, no ensino básico e secundário, por idade ano a ano, calculadas dividindo, para cada idade, os alunos escolarizados em cada um dos ciclos de estudos, pela população residente projectada.

A taxa de escolarização média estimada para o concelho foi obtida com base numa projecção da população em idade escolar efectuada no âmbito da Carta Educativa. Esta projecção não está isenta de erro e haverá também algum desfasamento entre as idades das crianças registadas para os anos escolares e civis.

Apesar destes desvios, os valores encontrados aproximam-se muito dos 100%. O facto do Ensino Básico Público apresentar uma taxa de escolarização de 98,6% indica que neste concelho os alunos cumprem a escolaridade obrigatória dentro do mesmo e que a rede pública satisfaz a população existente. Porém, se aos valores encontrados acrescentarmos as crianças escolarizadas pelo ensino privado vamos obter uma taxa de escolarização de 108%, o que significa que existe um considerável número de alunos provenientes de concelhos limítrofes, que se deslocam para o concelho do Entroncamento juntamente com os pais que aí trabalham. No que respeita ao Ensino Secundário, para o grupo etário dos 15-17 anos, a taxa média de escolarização desce para 84,2% que, comparativamente com outros concelhos, se pode afirmar ser uma excelente taxa. Neste concelho a taxa de escolarização verificada para o Ensino Secundário reflecte que muitos são os alunos que prosseguem os estudos, para além da escolaridade mínima obrigatória. Os 18,3% em falta, ou integram-se no mercado de trabalho ou deslocam-se para outros concelhos em busca de cursos que se ajustem aos seus interesses futuros.

QUADRO I.3 E GRÁFICO I.4 – TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO POR IDADES E NÍVEIS DE ENSINO NO CONCELHO DO ENTRANCAMENTO (REDE PÚBLICA) (cenário intermédio)

	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 ou + anos	TOTAL
População	224	195	221	195	186	199	179	204	210	186	185	182	183	202	221	238	212	3422
Pré-Escolar	74	97	71	3														245
Taxa de escolarização (%)	33,0	49,7	32,1	1,5														
1ºCiclo				165	150	170	148	42	12	8	0	0	1					696
Taxa de escolarização (%)				84,6	80,6	85,4	82,7	20,6	5,7	4,3	0,0	0,0	0,5					
2ºCiclo							1	166	223	46	17	8	2	1				464
Taxa de escolarização (%)							0,6	81,4	106,2	24,7	9,2	4,4	1,1	0,5				
3ºCiclo										170	190	182	47	13	7	2		611
Taxa de escolarização (%)										91,4	102,7	100,0	25,7	6,4	3,2	0,8		
Secundário													134	156	149	53	35	527
Taxa de escolarização (%)													73,2	77,2	67,4	22,3	16,5	
TOTAL de Alunos	74	97	71	168	150	170	149	208	235	224	207	190	184	170	156	55	35	2543
TOTAL Taxa de escolarização	33,0	49,7	32,1	86,2	80,6	85,4	83,2	102,0	111,9	120,4	111,9	104,4	100,5	84,2	70,6	23,1	16,5	74,3
				83,9			107,0			112,3			84,2					
	98,6																	



Fonte: Número de Alunos referente ao Ano Lectivo 2002/03 – CME

I.2. A Rede de Escolas do Concelho:

No concelho do Entroncamento no ano lectivo de 2006/07 existem 17 estabelecimentos de ensino dos quais 9 pertencem à rede pública e 8 à rede não pública, podendo observar-se no Quadro I.4 que a quase totalidade dos equipamentos da rede não pública se concentra na educação pré-escolar.

QUADRO I.4 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO POR TIPO DE REDE PÚBLICA E NÃO PÚBLICA (2006/07)

	Pública	Não Pública	Total
Jl	3	3	6
EB1	4	2	6
EB1/Jl	0	1	1
EB2,3	1	0	1
ES/3	1	0	1
EP	0	1	1
CF	0	1	1
Total	9	8	17

Fonte: CME

No Quadro I.5 apresenta-se uma perspectiva diferente da rede, evidenciando o número de localizações diferentes em que cada um dos ciclos é oferecido.

QUADRO I.5 – NÚMERO DE LOCAIS ONDE É MINISTRADO CADA NÍVEL E TIPO DE ENSINO DA REDE PÚBLICA E NÃO PÚBLICA (2006/07)

	Pública	Não Pública	Total
Pré-Escolar	3	4	7
1º Ciclo	4	2	6
2º Ciclo	1	0	1
3º Ciclo	2	0	2
Secundária	1	0	1
Ensino Especial	0	1	1
Ensino Recorrente/Nocturno	3	1	4
Ensino Profissional	0	2	2

Fonte: CME

Os números diferem dos apresentados no Quadro I.4 porque alguns estabelecimentos oferecem mais do que um ciclo de estudos. Podemos verificar que o número de estabelecimentos da rede decresce à medida que o grau de ensino se torna mais avançado, e consequentemente, a idade das crianças, sendo razoável que a distância casa-escola aumente.

A educação pré-escolar é oferecida em 7 locais e o primeiro ciclo em 6 o que poderia evidenciar algum equilíbrio entre a oferta de educação pré-escolar e do 1.º ciclo.

O Quadro I.6 apresenta a distribuição da oferta de ensino pelo concelho.

QUADRO I.6 – NÚMERO DE LOCAIS ONDE É MINISTRADO CADA NÍVEL E TIPO DE ENSINO, POR DIVISÃO DO CONCELHO EM ZONAS (2006/07)

	Pré-Escolar		1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo	
	Pública	Não Pública	Pública	Não Pública	Pública	Não Pública	Pública	Não Pública
Zona Norte do Concelho	1	1	2	0	0	0	1	0
Zona Sul do Concelho	2	3	2	2	1	0	1	0
Total	3	4	4	2	1	0	2	0

	Secundário		Ensino Profissional		Ensino Recorrente		CERE	
	Pública	Não Pública	Pública	Não Pública	Básico	Secundário	Público	Não Público
Zona Norte do Concelho	1	0	0	0	2	0	0	1
Zona Sul do Concelho	0	0	0	2	1	1	0	0
Total	1	0	0	2	3	1	0	1

Legenda: CERE - Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento

Fonte: CME

O concelho foi dividido em duas zonas, Zona Norte e Zona Sul. Deste modo, detectam-se 9 estabelecimentos de ensino na primeira e 15 na segunda. De referir que o 2.º Ciclo do Ensino Básico e o Ensino Profissional (privado) são apenas ministrados na Zona Sul e que a oferta do Ensino Secundário apenas se encontra disponível na Zona Norte, originando uma movimentação significativa de estudantes de uma zona para outra.

Há também que fazer referência ao Ensino Recorrente que neste Concelho tem uma expressão significativa. O ensino recorrente pode ser encontrado em ambas as zonas do concelho. Dos locais onde este ensino é ministrado, a Zona Norte oferece como escolarização o 1.º Ciclo do Ensino Básico e a Zona Sul tem como oferta de ensino o 2.º Ciclo. Para além disto, ambas as zonas do concelho oferecem ensino recorrente para 3.º Ciclo do Ensino Básico e o Secundário.

I.2.1. Agrupamentos Escolares

No âmbito da política de reforma estrutural do Ministério da Educação e do sistema educativo, o Governo (na sequência do Despacho nº 13313/2003 de 8 de Julho) veio dar novo impulso à criação de Agrupamentos de Escolas, tendo nomeadamente em vista a criação de condições de gestão das escolas, de racionalização dos meios e de aumento da qualidade das aprendizagens. O **Agrupamento de Escolas** (D.L. nº 115/98, de 4 de Maio) *"é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída por estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais níveis e ciclos de ensino, a partir de um projecto pedagógico comum, com vista à realização das finalidades seguintes:*

- a) Favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória numa dada área geográfica;*
- b) Superar situações de isolamento de estabelecimentos e prevenir a exclusão social;*
- c) Reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos que o integram e o aproveitamento racional dos recursos;*
- d) Garantir a aplicação de um regime de autonomia, administração e gestão, nos termos do presente diploma;*
- e) Valorizar e enquadrar experiências em curso."*

A constituição de agrupamentos escolares *"considera critérios relativos à existência de projectos pedagógicos comuns, à construção de percursos escolares integrados, à articulação curricular entre níveis e ciclos educativos, à proximidade geográfica, à expansão da educação pré-escolar e à reorganização da rede educativa."*

O referido Despacho, tendo em vista o objectivo expresso em *a)*, vem ainda privilegiar agrupamentos verticais, apenas admitindo agrupamentos horizontais (isto é, de escolas de um mesmo nível de ensino) em casos excepcionais.

Face a esta orientação (preconizando uma lógica de verticalização), é de ponderar a conveniência de fundir os conceitos de Território Educativo (que servia primordialmente objectivos de ordenamento da rede e, portanto, de planeamento da mesma) e de Agrupamento de Escolas (vertical), constituindo-se assim unidades estruturantes únicas para efeitos de

planeamento e também de gestão da rede em todas as suas vertentes (administrativa, pedagógica, etc.).

1.2.1.1 Agrupamentos Escolares no Concelho

No concelho do Entroncamento apenas existe definido um Agrupamento de Escolas vertical - Agrupamento Alpha¹² – o qual cobre todos os níveis de ensino obrigatório (1.º, 2.º e 3.º Ciclos) incluindo a educação pré-escolar. Esta solução permite agrupar escolas de forma a facilitar aos alunos a frequência em todos os anos de escolaridade obrigatória.

QUADRO I.7 – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CONCELHO DO ENTRONCAMENTO

Agrupamento Escolar	Tipo de Agrupamento	Freguesia	Estabelecimentos de Ensino
Agrupamento ALPHA	Vertical	Entroncamento	JI N.º 1 do Entroncamento
			JI N.º 2 do Entroncamento
			JI N.º 3 do Entroncamento
			EB1 N.º 1 do Entroncamento
			EB1 N.º 2 do Entroncamento
			EB1 N.º 3 do Entroncamento
			EB1 N.º 4 do Entroncamento
EB 2,3 Dr. Ruy de Andrade			

Fonte: CME

¹² O agrupamento alpha abarca todas as escolas públicas do concelho do Entroncamento à excepção da Escola Secundária com 3.º ciclo do Entroncamento.

I.2.2. Alterações Previstas no Parque Escolar

O Município do Entroncamento tem desenvolvido um excelente trabalho de manutenção e recuperação dos estabelecimentos de ensino do concelho.

É de referenciar não só o trabalho desenvolvido no Parque Escolar, como também todo aquele que está previsto ou até mesmo já em curso.

A nível dos estabelecimentos de ensino as várias intervenções do município caracterizam-se da seguinte forma:

- Trabalhos desenvolvidos até 2002/03:
 - Obras de beneficiação diversas realizadas no JI n.º 1, o qual reabriu em 16 de Outubro de 2001;
 - Obras de beneficiação no parque infantil do JI n.º 2, a nível de equipamento de lazer e de pavimento sintético.

- Trabalhos em curso em 2002/03:
 - Obras de beneficiação nos jardins de infância públicos ao nível de instalação de pavimento sintético e de baloiços de acordo com as normas em vigor;
 - Obras de beneficiação no recreio descoberto e substituição das janelas da EB1 n.º 1;
 - Obras de beneficiação na ES/3 do Entroncamento.

- Trabalhos efectuados depois de 2002/03:
 - Construção da cobertura da EB1 n.º1, pela CME, com o objectivo de abrigar não só as crianças que têm aulas na escola mas também as que para lá se deslocam durante a hora de almoço. De realçar a solidez da estrutura metálica, bem como a cor das placas que constituem a cobertura, conferindo-lhe em simultâneo um ar robusto, mas também alegre e acolhedor;
 - Inauguração do campo de jogos com piso em relva sintética na EB1 n.º2, em colaboração com a Associação de Pais e Junta de Freguesia;

- Trabalhos em curso em 2006/07:
 - Ampliação/ construção de sala multimédia na Escola n.º1;

- A aguardar cedência de sala para sala multimédia na Escola nº3 (que servirá a Escola nº3 e a Escola nº2).
- Na zona Norte, construção de um JI com início segundo a Câmara Municipal, ainda este ano lectivo. Esta construção será implantada numa área de 4000 m², situada na Rua dos Ferroviários, com capacidade para 200 alunos, 8 salas de actividades, com espaços para ateliers de expressão, refeitório, cozinha, lavandaria/rouparia, mediateca e sala polivalente. O JI contempla ainda várias áreas destinadas à recepção, administração bem como salas para educadoras e auxiliares;
- Apetrechamento informático nos JI, com a aprovação da comparticipação financeira de 65% referente ao "Programa de apetrechamento informático das escolas do Ensino Pré-escolar", no âmbito da medida 4.3 "Promover a utilização da Internet de Banda Larga do eixo 4 "Massificar o acesso à Sociedade do Conhecimento" deste programa. A verba total do projecto é de 4.339,78€, que incluirá a aquisição de computadores, impressoras, software, consumíveis e seguro para todos os equipamentos.
- Informatização das escolas do 1º Ciclo com a aprovação da candidatura ao Prodep III (apetrechamento informático das escolas e ligação à internet e intranets e conteúdos multimédia educativos). As quatro EB1's do concelho irão ter 26 computadores, 26 impressoras e 177 programas educativos, num total de 32.435€, comparticipados a 75%.
- Cedência de duas salas de aula da EB1 nº3 do Entroncamento para o desenvolvimento das Actividades de Enriquecimento Curricular.

1.3. Cartas de Localização dos estabelecimentos de ensino

Apresentam-se de seguida as cartas de localização dos estabelecimentos de educação e ensino no Concelho.

Para facilitar a leitura e permitir avaliar a oferta de ensino face à localização da população, as Cartas consideram apenas dois tipos de ocupação do solo – espaço predominantemente habitacional e espaço não habitacional. A simbologia adoptada permite uma fácil leitura dos níveis de ensino oferecidos por cada estabelecimento.

CARTA I.1 - Concelho
Localização das Escolas
(Mapa a colocar à posteriori)

CARTA I.2 – Zona Norte
Localização das Escolas
(Mapa a colocar à posteriori)

CARTA I.3 - Zona Sul
Localização das Escolas
(Mapa a colocar à posteriori)

I.4. A Educação Pré-Escolar

A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica, sendo complementar da acção educativa das famílias. Esta destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e os 6 anos, idade de ingresso no 1º Ciclo do Ensino Básico. A frequência da educação pré-escolar é facultativa, competindo, porém, ao Estado contribuir para a universalização da sua oferta.

Existem no concelho do Entroncamento 7 locais onde é oferecida a educação pré-escolar, dos quais 3 são públicos e 4 não públicos. A lista e endereço dos estabelecimentos encontram-se no *Anexo I A.1.*

QUADRO I.8 – OFERTA DE JARDINS-DE-INFÂNCIA NO CONCELHO

Código	Estabelecimento	Modalidade	Integrado em alguma escola
0978	Jardim de Infância N.º 1 do Entroncamento	Público	Autónomo mas partilha o mesmo espaço físico que a EB1 n.º 3
0751	Jardim de Infância N.º 2	Público	Autónomo
0617	Jardim de Infância N.º 3	Público	Autónomo mas funciona no mesmo edifício que a EB1 n.º 4
0463	Centro Social Paroquial do Entroncamento	IPSS	Autónomo mas tem a mesma gestão da Escola Rumo ao Futuro
0980	Jardim da Graça, Infantário e ATL, Lda.	Particular	Autónomo
0727	Jardim Escola João de Deus / Escola 1º Ciclo	Particular	Integrado na Escola Básica do 1º Ciclo
0009	Jardim de Infância da CP	Particular	Autónomo

Fonte: CME - Inquéritos

Segundo o Despacho Conjunto n.º 268/97, é requisito pedagógico e técnico para a instalação e funcionamento da educação pré-escolar, a sua integração ou associação com os vários estabelecimentos de ensino, nomeadamente os do 1.º ciclo, numa perspectiva de racionalização e articulação de gestão e utilização dos recursos físicos e humanos.

Nos estabelecimentos de ensino de educação pré-escolar existentes no concelho do Entroncamento (Quadro I.8), apenas o jardim-escola João de Deus com 1.º Ciclo reflecte esta integração institucional. Porém, todos os jardins-de-infância públicos do concelho partilham o

mesmo espaço físico que escolas básicas de 1.º ciclo embora possuam sistemas de gestão autónomos, com excepção do JI N.º1. Estas situações, deverão no futuro evoluir para condições de funcionamento e gestão integrados. Os demais jardins-de-infância (Privados) têm um funcionamento autónomo num espaço físico próprio.

O facto de, na sua maioria os jardins-de-infância terem um funcionamento autónomo, leva a considerar que há uma debilidade considerável no sistema escolar. Perante esta situação, e numa fase posterior, aconselhar-se-á uma intervenção no sentido do reforço da ligação dos jardins-de-infância aos restantes segmentos do sistema local de educação escolar.

O concelho do Entroncamento, a nível da educação pré-escolar pública, particular e IPSS, apresenta uma taxa de cobertura na ordem dos 60%. Analisando a rede escolar como um todo, pode-se concluir que o município se encontra razoavelmente apetrechado em jardins-de-infância.

A taxa de escolarização varia com a idade, sendo superior para as crianças com 5 anos (102%), tal como se pode observar no Quadro I.9.

QUADRO I.9 – CRIANÇAS ESCOLARIZADAS POR IDADE EM 2006/07 (PRÉ-ESCOLAR)

	Pop 2006*	Público	Particular	IPSS	Crianças Escolari- zadas	Taxa de Esc. Público %	Taxa de Esc. Não Publico %	Taxa de Esc. Púb. & N Púb. %
3 anos	247	28	63	49	140	11	45	57
4 anos	249	89	53	47	189	36	40	76
5 anos	216	120	56	44	220	56	46	102
6 anos	222	13	0	0	13	6	0	6
Total	934	250	172	140	562	27	33	60

* Considerando cenário intermédio

Valores em Percentagem

Fonte: N.º de Crianças - CME

Das 934 crianças com idade própria para frequentar este nível de ensino, 562 estão a frequentar os jardins-de-infância públicos ou privados. Porém, se se tomar apenas como referência as crianças escolarizadas do ensino público, obtém-se uma taxa de cobertura na ordem dos 27%, o que se afigura uma situação deficitária.

A oferta no Concelho ao nível da educação pré-escolar pública, restringe-se a 3 jardins-de-infância, os quais se encontram a funcionar no limite da sua capacidade e apresentam uma lista de espera de 23 alunos. Tal situação, possivelmente, facilitou a implementação de estabelecimentos de educação pré-escolar privados, pelo que se torna prioritário o investimento em infra-estruturas da educação pré-escolar públicas.

O Governo no Decreto-Lei n.º147/97 definiu como objectivo *“elevar, até ao final do século, a oferta global de educação pré-escolar em cerca de 20% de modo a abranger 90% das crianças de 5 anos, 75% das de 4 anos e 60% das de 3 anos”*.

Comparando estes valores com as taxas calculadas para o Concelho, verifica-se que o objectivo é praticamente atingido quando se toma em conta não só a oferta pública como a privada. Porém, se se considerar apenas a oferta pública, os resultados ficam aquém das expectativas, uma vez que esta apenas atinge 56% das crianças com 5 anos, 36% com 4 anos e 11%¹³ com 3 anos.

A evolução do número de crianças a frequentar a educação pré-escolar, na rede pública e não pública, a partir do ano de 1997/98 até 2006/07 pode ser observada no Gráfico I.5.

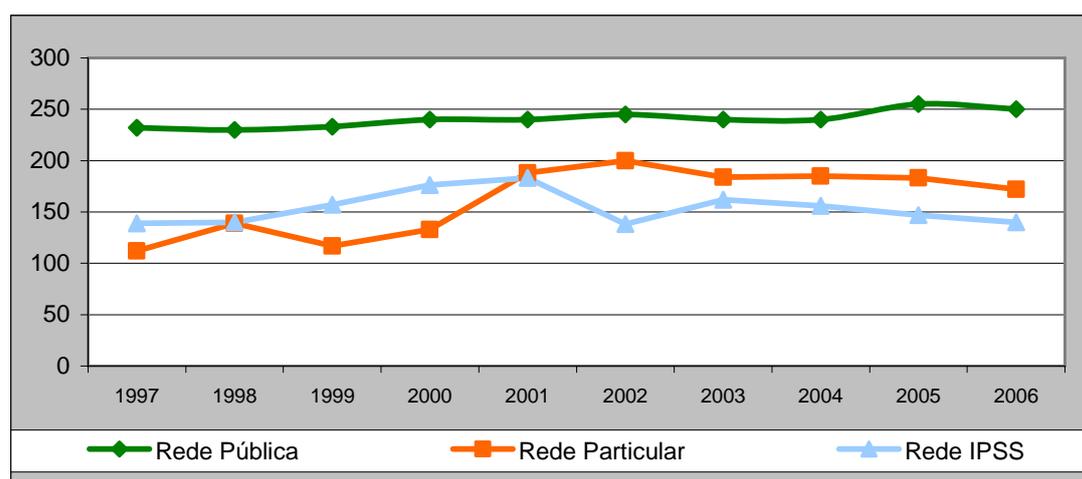
¹³ A distribuição parcial das idades das crianças (sobretudo com 4 e 5 anos) poderá transmitir uma ideia turva da realidade, isto porque, para efeitos de divisão dos alunos pelas classes, indivíduos que façam 5 anos após o dia 15 de Setembro são contabilizados como tendo 4 anos e os que façam 6 anos até 31 de Dezembro já serão integrados no 1.º ciclo do Ensino Básico. A distribuição de alunos varia muito consoante as datas de aniversário dos indivíduos.

Da análise da evolução dos últimos anos (Quadro I.10) conclui-se, relativamente à rede pública, que se verifica uma estabilidade de valores, o mesmo não sucedendo para a rede não pública que tem apresentado um crescimento progressivo do número de alunos aí inscritos até 2002/03 seguido de um ligeiro decréscimo em 2006/07. É de referenciar que a abertura de um novo jardim-de-infância na rede não pública, no ano lectivo de 2001/02, conduziu a uma maior procura deste tipo de ensino.

Comparando o número de crianças que frequentam ambas as redes, pública (250) e não pública (312), é visível que existe uma maior procura na segunda (Quadro I.10). Tal situação deve-se ao facto dos estabelecimentos de educação pré-escolar públicos não serem suficientes para assegurarem à população escolar existente este nível de ensino.

QUADRO I.10 E GRÁFICO I.5 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR ENTRE 1997/98 E 2006/07

	1997/ 98	1998/ 99	1999/ 00	2000/ 01	2001/ 02	2002/ 03	2003/ 04	2004/ 05	2005/ 06	2006/ 07
Rede Pública	232	230	233	240	240	245	240	240	255	250
Rede Particular	112	139	117	133	188	200	184	185	183	172
Rede IPSS	139	140	157	176	183	138	162	156	147	140



Fonte: CME / Anos lectivos de 2003/04, 2004/05, 2005/06 - valores estimados para a rede particular e IPSS

O Quadro I.11 apresenta o número de crianças de cada jardim-de-infância público e não público, bem como o número de educadores com e sem funções lectivas, auxiliares de apoio educativo e funcionários não docentes.

QUADRO I.11 – NÚMERO DE CRIANÇAS E EDUCADORES NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, NO ANO LECTIVO DE 2006/07

Código	Nome Curto	Modalidade	Ano Lectivo 2006/07					Nº de crianças em lista de espera para o Pré-Escolar	Docentes e Não Docentes				
			3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	Total		Educadores com Funções Lectivas	Auxiliares Acção Educativa ME	Auxiliares dos Serviços Gerais da CME para apoio a crianças com NEE	Auxiliares dos Serviços Gerais da CME para apoio às salas de actividades	Auxiliares dos Serviços Gerais da CME para apoio às Actividades de Animação e Apoio à Família
0978	JI N.º 1	Público	10	45	55	5	115	12	5	1	1	3	4
0751	JI N.º 2	Público	11	27	44	8	90	10	4	1	1	3	2
0617	JI N.º 3	Público	7	17	21	0	45	1	2	1	2	2	4
0463	Centro Social Paroquial	IPSS	49	47	44	0	140	n.d.	n.d.				
0980	JI Graça	Particular	19	19	20	0	58	n.d.	n.d.				
0727	JI João de Deus	Particular	22	23	25	0	70	n.d.	n.d.				
0009	JI CP	Particular	22		22		44	n.d.	n.d.				

Fonte: CME/ n.d. - não disponível

Comparativamente com as unidades da rede não pública, constata-se que as unidades da rede pública são de média/grande dimensão, com excepção do JI n.º 3 que acolhe 45 crianças. As unidades da rede não pública são de pequena dimensão, com excepção do Centro Social Paroquial.

Importa também referir que o número de educadores disponíveis para cada um dos jardins-de-infância existentes, quer públicos quer não públicos, satisfazem o número de alunos por turma que deverá ser no mínimo de 20 e no máximo de 25.

I.4.1. A Educação Pré-Escolar – Rede Pública

A oferta de educação pré-escolar da rede pública no concelho do Entroncamento, encontra-se no limite da capacidade para a qual foi dimensionada, com um considerável número de crianças (23) existentes em lista de espera. Esta situação permite visualizar de imediato que existe um défice de equipamentos desta natureza.

Existem 3 locais onde funciona a educação pré-escolar da rede pública do Ministério da Educação (Quadro I.8), dos quais dois funcionam em edifícios autónomos e um funciona inserido no mesmo edifício que a escola EB1 n.º 4 do Entroncamento. Este último dispõe das facilidades existentes na Escola Básica do 1.º Ciclo que será caracterizada no ponto “1.5” deste relatório.

Seria desejável que os jardins-de-infância do concelho que possuem um código atribuído pelo Ministério da Educação diferente daquele apresentado pelas escolas do 1.º ciclo onde estão inseridos, passassem a funcionar no futuro de forma integrada nas mesmas (Despacho Conjunto n.º 268/97).

Os edifícios onde se encontram os jardins-de-infância foram construídos de raiz para o ensino, tal como ilustra o Quadro I.12.

QUADRO I.12 – TIPO DE CONSTRUÇÃO

Estabelecimento	Construído de Raiz para o Ensino	Data de Construção	Início de Funcionamento	Fracção de Prédio de Habitação
JI N.º 1 do Entroncamento	Sim	1966	01-10-1981	Não
JI N.º 2 do Entroncamento	Sim	1945	01-10-1981	Não
JI N.º 3 do Entroncamento	Sim	1938	13-01-1997	Não

O município tem desenvolvido um trabalho muito significativo não só na remodelação destes equipamentos como no seu apetrechamento.

No que diz respeito à conservação do interior/exterior dos estabelecimentos e das infra-estruturas podemos verificar que de um modo geral os jardins-de-infância públicos se encontram em condições razoáveis.

QUADRO I.13 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO E INFRA-ESTRUTURAS DA REDE PRÉ-ESCOLAR PÚBLICA

Estabelecimento	Estado de Conservação		Infra-estruturas			
	Interior	Exterior	Electricidade	Água	Esgotos	Aquecimento
JI N.º 1 do Entrancamento	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Por sala
JI N.º 2 do Entrancamento	Razoável	Bom	Razoável	Razoável	Razoável	Por sala
JI N.º 3 do Entrancamento	Razoável	Bom	Razoável	Razoável	Razoável	Por sala

Fonte: Inquéritos realizados às Escolas em 2002/03

Ao analisar o Quadro 1.14 pode constatar-se que apenas um jardim-de-infância tem cantina (JI n.º 1). Trata-se de uma situação indesejável uma vez que as crianças que frequentam o JI n.º 3 são transportadas pela CME para a escola EB1 n.º 1 do Entrancamento a fim de aí poderem usufruir deste tipo de serviço. A acrescentar a estes tem-se também os alunos do JI n.º 2 que almoçam igualmente na EB1 n.º 1, embora neste caso não se recorra a transporte escolar na medida em que os dois estabelecimentos são contíguos.

QUADRO I.14 – SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO PRESTADO PELOS JARDINS-DE-INFÂNCIA PÚBLICOS EM 2006/2007

Código	Nome Curto	Modalidade	Cantina	Obs.	Estado de Conservação/ Dimensão (m ²)	Refeições ATL ou 1º Ciclo	Alimentação			TOTAL
							Comer a casa	Comem na cantina do Jardim Infância	Comem na cantina da Esc Púb EB1	
0978	JI N.º 1	Público	Sim	Utilizam a Sala de Prolongamento	Bom	Sim	72	43	0	115
0751	JI N.º 2	Público	Não	Utilizam a Cantina da EB1 n.º 1	-	Não	42	0	48	90
0617	JI N.º 3	Público	Não	Refeições fornecidas pelo CERE	-	Não	12	33	0	45

Fonte: CME

Todos os jardins-de-infância públicos dispõem de recreio descoberto, apetrechados de baloiços e pavimento sintético, de acordo com as normas em vigor. Seria aconselhável que houvesse uma aposta clara na criação de recreios cobertos, uma vez que nenhum destes três estabelecimentos escolares se encontra munido desse tipo de infra-estrutura, de modo a que nos dias de condições atmosféricas mais adversas as crianças pudessem ter um local de lazer abrigado (Quadro I.15).

QUADRO I.15 – CARACTERIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR PÚBLICOS DO CONCELHO DO ENTRONCAMENTO (2006/07)

Estabelecimento	Cantina	Recreio Descoberto	Recreio Coberto	Sala de Ginástica ou Sala Polivalente	Obs.	ATL
JI N.º 1 do Entroncamento	Sim	Sim	Não	Não	O local de funcionamento das Actividades de Animação e Apoio à Família e do Serviço de Almoços é distanciado do JI. O espaço exterior do JI é pequeno para o nº de crianças inscritas.	Sim
JI N.º 2 do Entroncamento	Não	Sim	Não	Não	O local onde decorrem as Actividades de Animação e Apoio à Família não tem as condições necessárias para o funcionamento do serviço. O local onde são servidas as refeições revela-se insuficiente em termos de espaço. Instalações sanitárias insuficientes para o nº de alunos e inexistentes no piso superior do edifício.	Sim
JI N.º 3 do Entroncamento	Não	Sim	Não	Sim	O funcionamento das Actividades de Animação e Apoio à Família decorre no mesmo espaço onde são servidas as refeições, o que inviabiliza a utilização da sala polivalente para outras actividades.	Sim

Fonte: CME

I.4.2. A Educação Pré-Escolar – Rede não Pública

Os estabelecimentos pertencentes à rede não pública têm uma importância significativa na educação pré-escolar no concelho do Entroncamento, uma vez que 56% das crianças matriculadas nesse nível de ensino frequentam escolas particulares.

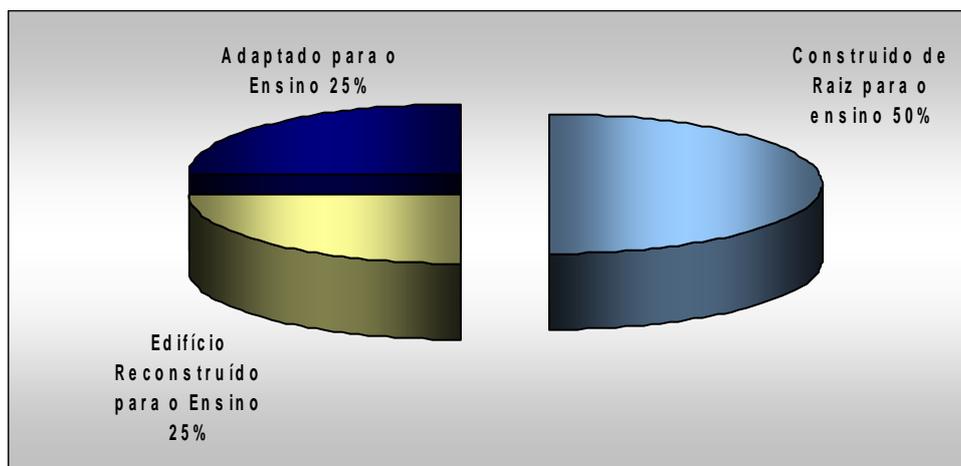
Existem quatro jardins-de-infância não públicos distribuídos pelo Concelho, dos quais três se encontram na Zona Sul e um na Zona Norte.

Os jardins-de-infância que acolhem maior número de crianças são o Centro Social Paroquial (140) seguido do JI João de Deus (70).

O inquérito feito a todos os estabelecimentos da rede privada em 2002 permitiu caracterizar não só a tipologia de construção como as infra-estruturas destes estabelecimentos de ensino, em relação aos quais existia pouca informação.

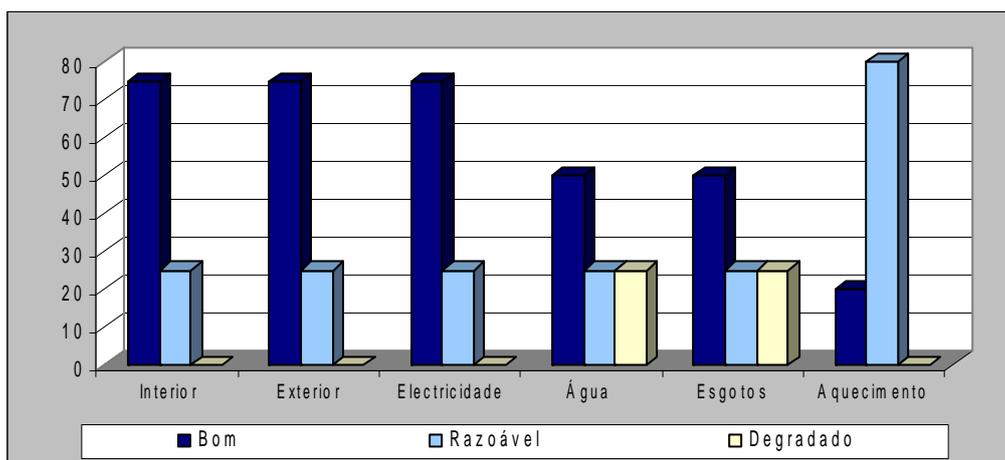
No que diz respeito ao tipo de construção, 50% dos estabelecimentos existentes foram construídos de raiz para o ensino, enquanto que os restantes são edifícios ou fracções de edifícios de habitação adaptados para o ensino (Gráfico I. 6).

Gráfico I. 6 – TIPOLOGIA DE CONSTRUÇÃO



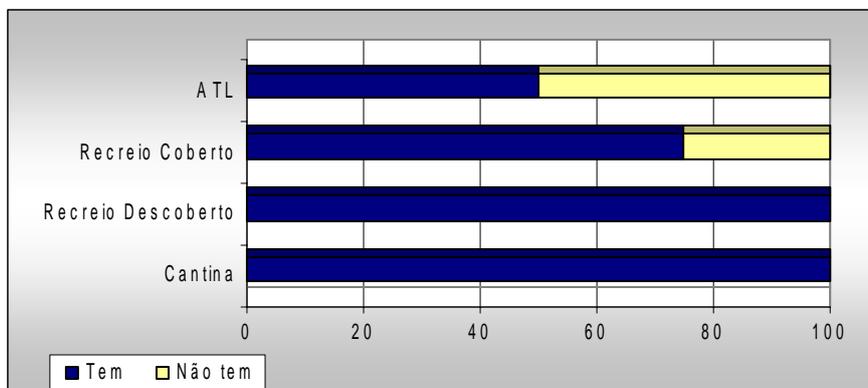
Ao analisar o Gráfico I.7, pode constatar-se que de um modo geral todos os jardins-de-infância não públicos se encontravam em boas condições em 2002.

Gráfico I.7 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS



Fonte: Inquéritos realizados às escolas em 2002

Todos os jardins-de-infância não públicos dispõem de cantina e recreio descoberto e 75% possuem recreio coberto. Para além disto, 50% oferecem também um importante serviço à comunidade na ocupação dos tempos livres. É de referenciar que apenas o Centro Social Paroquial e o JI da Graça dispõem de todas estas mais valias.

Gráfico I. 8 – CARACTERIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

Fonte: Inquéritos Realizados às Escolas em 2002

Da análise do Quadro I.16 importa ainda referir que todos os jardins-de-infância não públicos oferecem serviço de cantina, sendo o JI da Graça com 135 refeições e o JI João de Deus com 154, aqueles que apresentam maior dimensão a este nível no ano lectivo de 2002/03. É também de referir que 3 destes estabelecimentos de ensino prestam serviço de almoço às crianças que frequentam as respectivas escolas do 1.º ciclo não públicas e/ou ATL's.

Quadro I.16 – Serviço de Alimentação dos Estabelecimentos Não Públicos

Código	Nome Curto	Modalidade	Cantina	Estado de Conservação/Dimensão (m2)	Refeições ATL ou 1º Ciclo
0463	Centro Social Paroquial do Entroncamento	IPSS	Sim	Bom	Sim
0980	JI Graça	Particular	Sim	Bom - 101m2	Sim ATL
0727	JI João de Deus	Particular	Sim	Bom	Sim 1º Ciclo
0009	JI CP	Particular	Sim	Razoável	Não

Fonte: CME - Inquérito realizado às Escolas

I.5. Ensino Básico 1.º Ciclo

A caracterização da rede educativa do concelho do Entroncamento foi fruto do trabalho de levantamento realizado pelos técnicos do CESUR, mas também da colaboração dos directores das escolas bem como dos técnicos disponibilizados pela CME. Todo este processo permitiu à equipa técnica tomar conhecimento da realidade local e de algumas dinâmicas internas, e dele resultaram uma série de considerações que, de uma forma geral, se reflectem em todo o território municipal e são aplicáveis sobretudo às Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico (EB1) e aos Jardins-de-infância (JI's).

A rede do 1.º ciclo do ensino básico é constituída por 6 estabelecimentos, dos quais 4 pertencentes à rede pública e 2 à rede não pública.

O *Anexo I A.2* apresenta a lista de todos os estabelecimentos e endereços.

As apreciações que se apresentam de seguida são aplicáveis a EB1's e JI's da rede pública, funcionando em complemento com o Anexo de Caracterização, e pretendem servir de auxílio a quem possa consultar o documento Carta Educativa do Entroncamento:

- Os equipamentos escolares existentes foram construídos de raiz para o ensino;
- encontram-se de um modo geral, em razoável estado de conservação bem como em termos de infra-estruturas;
- todos estão apetrechados com aquecimento por sala;
- todas as escolas apresentam um razoável equipamento didáctico, o qual se torna imprescindível para o desenvolvimento de actividades;
- todas as escolas estão equipadas com computadores, todos eles ligados à Internet;
- dois destes equipamentos podem ser considerados de média dimensão (12 e 8 salas), dispondo de campo de jogos;

- a criação de um recreio coberto foi uma preocupação visível nestes equipamentos, pois à excepção de um¹⁴, os restantes dispõem deste tipo de espaço, que nos dias de Inverno mais adversos, se torna numa vantagem para as crianças que assim usufruem de um espaço próprio para brincarem;
- a carência visível nestes equipamentos escolares, é sem dúvida, a falta de refeitório. Com excepção de uma das escolas, as restantes não dispõem deste serviço. A CME disponibilizou transporte escolar, com o objectivo de conduzir as crianças da EB1 n.º 4 ao CERE a fim de aí poderem usufruir do serviço de almoço. Por questões de proximidade entre estabelecimentos, os alunos das EB1 n.ºs 2 e 3 deslocam-se a pé até à cantina da Escola Secundária do Entroncamento onde têm diariamente assegurada a sua refeição.
- Foi construída uma sala multimédia na EB1 n.º1;
- Aguarda-se a cedência de uma sala para a criação de uma sala multimédia na EB1 n.º3 (que servirá a EB1 n.º2 e EB1 n.º3);
- A CME, em parceria com o Agrupamento Alpha, iniciou as Actividades de Enriquecimento Curricular para os alunos do 1º Ciclo. Desta forma, e em todos os anos deste nível de ensino, são ministradas as disciplinas de Inglês, Música, Actividade Física e Desportiva e Natação;
- Com o início das actividades extracurriculares a CME assegura o transporte dos alunos do 1º Ciclo para as actividades que se realizam nas Piscinas Municipais e no Pavilhão Desportivo Municipal.

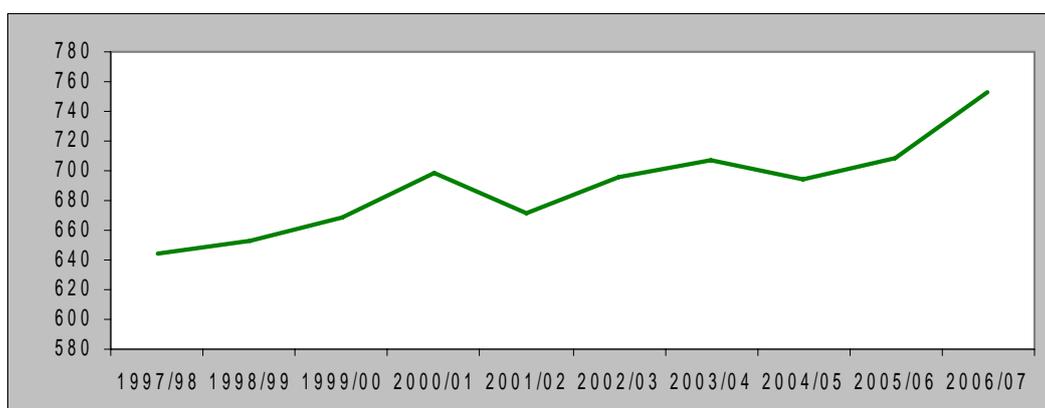
A abordagem de aspectos mais específicos da caracterização da rede de equipamentos de 1.º ciclo será feita de seguida.

¹⁴ Apesar desta instalação não possuir recreio coberto, dispõe de uma sala polivalente que, em caso de intempérie satisfaz o propósito de acobertar as crianças e servir de espaço lúdico.

I.5.1. Ensino Básico 1.º Ciclo – Rede Pública

Pela análise do Gráfico I.9 é possível observar que tem havido uma evolução positiva no número de alunos inscritos nos estabelecimentos públicos com oferta de 1.º ciclo desde o ano lectivo de 1997/98 até 2006/07, com excepção dos anos lectivos de 2001/02 e 2004/05, apesar destes decréscimos serem pouco significativos.

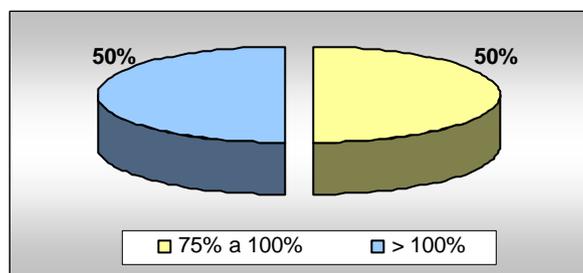
Gráfico I.9 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DO 1.º CICLO DA REDE PÚBLICA



Fonte: DAPP e Inquéritos realizados às Escolas

Para além da evolução global do número de alunos, sabe-se que 22 turmas em três escolas do Concelho funcionam em regime de desdobramento¹⁵. Tal situação representa 63% das turmas a funcionar neste regime o que reflecte a carência de salas de aula que se verifica actualmente.

GRÁFICO I.10 – TAXAS DE OCUPAÇÃO DO 1.º CICLO DA REDE PÚBLICA EM 2006/07



Fonte: CME

¹⁵ O Regime de Desdobramento traduz-se na ocupação de uma mesma sala de aula por mais de uma turma em horários distintos, ou seja, existe uma turma a utilizar a infra-estrutura da parte da manhã e outra da parte da tarde.

Por outro lado, a taxa de ocupação da rede é muito equilibrada, pois das escolas de 1.º Ciclo existentes, 50% funcionam com o que poderia ser considerada uma taxa de ocupação ideal (75% a 100%) e existem 50% que funcionam com taxas de ocupação superiores a 100%, merecendo uma atenção especial.

A dimensão das escolas do 1.º ciclo é, como se pode constatar pelo Quadro I.17, diversificada. No Concelho é possível encontrar uma escola que apresenta apenas 2 salas de aula em contraste com outra que tem 12. Com excepção da EB1 n.º 1 e EB1 n.º4, as restantes apresentam um rácio superior a 40 alunos por sala. Esta última situação conduz à necessidade das escolas EB1 n.º 2 e EB1 n.º 3 funcionarem com todas as turmas em horário de desdobramento, a fim de poderem responder ao elevado número de alunos que comportam. A EB1 n.º1 possui actualmente duas turmas em regime de desdobramento.

No âmbito da reorganização da rede, todas as escolas do 1.º ciclo com apenas uma sala de aula, ou menos de 11 alunos, ou ainda a funcionarem em horário de desdobramento, serão alvos de atenção especial no sentido de avaliar a sua necessidade e de as integrar em redes de maior dimensão, melhorando as suas condições de funcionamento pedagógico.

À partida, o município do Entroncamento tem a vantagem de não ter escolas do 1.º ciclo com menos de uma sala de aula nem com menos de 11 alunos. Porém, o facto de existirem escolas a funcionar em horário de desdobramento, leva-nos logo à partida, a apercebermo-nos que este Concelho apresenta um défice de escolas a nível do 1.º ciclo do Ensino Básico.

No Quadro I.17 e Quadro I.18 apresentam-se alguns indicadores que ajudam a caracterizar a realidade encontrada no concelho do Entroncamento. Da análise destes indicadores constata-se que o número de alunos por professor com funções lectivas¹⁶ apresenta um rácio ligeiramente superior ao valor mínimo de dimensionamento considerado pelos "Critérios de Reordenamento da Rede Educativa"¹⁷.

¹⁶O facto dos professores com funções lectivas serem cerca de metade do total de professores destacados para as escolas de 1.º ciclo existentes, deve-se na maioria dos casos a situações de pré-reforma, baixas prolongadas por motivos de saúde ou gravidez. Existem ainda exemplos de professores que embora não leccionem, exercem cargos de coordenação/gestão das escolas.

¹⁷ Pressupondo que um professor de 1.º Ciclo apenas lecciona em uma escola, considera-se que o número mínimo de alunos que poderá ter a seu cargo é o valor mínimo de dimensionamento para escolas de 1.º ciclo, ou seja, 20 alunos.

Quadro I.17 – NÚMERO DE ALUNOS/SALA NAS ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO NO ANO LECTIVO DE 2006/07

Código	Nome Curto	Nº Alunos 2006/07	Total de Salas	Nº salas de aula do 1º ciclo ocupadas	Nº Alunos/ Nº Salas
0528	EB1 N.º 1 do Entroncamento	275	12	11	25
0219	EB1 N.º 2 do Entroncamento	174	4	4	44
0065	EB1 N.º 3 do Entroncamento	262	8	6	44
0885	EB1 N.º 4 do Entroncamento	42	2	2	21

Fonte: CME

Quadro I.18 – NÚMERO DE ALUNOS/TURMA E ALUNOS/PROFESSORES NAS ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO NO ANO LECTIVO DE 2006/07

Código	Nome Curto	Nº Alunos 2006/07	Nº de Turmas	Professores 2006/07 com Funções Lectivas	Nº Alunos/ Turma	Nº Alunos/ Nº Prof.
0528	EB1 N.º 1 do Entroncamento	275	13	13	21	21
0219	EB1 N.º 2 do Entroncamento	174	8	8	22	22
0065	EB1 N.º 3 do Entroncamento	262	12	12	22	22
0885	EB1 N.º 4 do Entroncamento	42	2	2	21	21

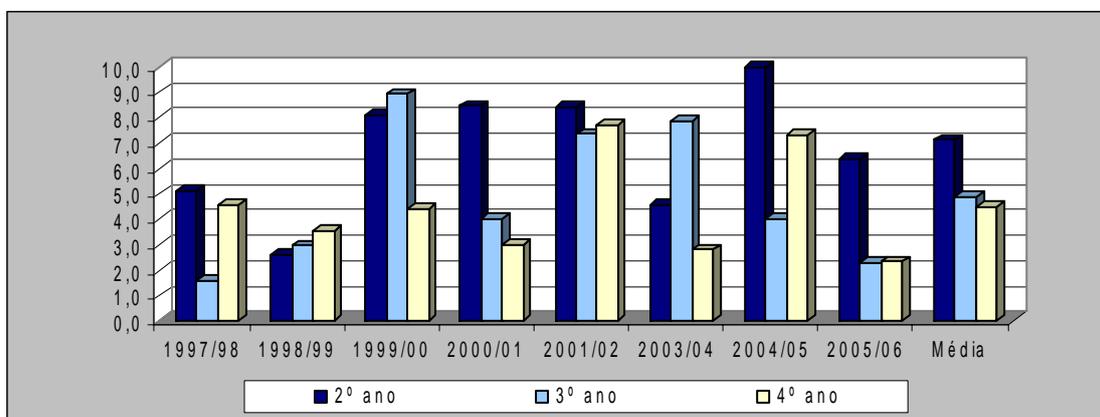
Fonte: CME

O Gráfico I.11 mostra, para os últimos cinco anos lectivos, a evolução das taxas de repetência do 1.º Ciclo, na rede pública. Analisando os dados, torna-se evidente o desequilíbrio verificado quanto ao número de alunos que ficam retidos em cada ano, sendo claro, que nos últimos anos a maior retenção ocorre no 2.º ano.

Comparando os valores obtidos para o concelho do Entroncamento com os concelhos de Sesimbra, Vila Franca de Xira, Azambuja e Abrantes (embora para anos lectivos diferenciados) constata-se que a taxa média de repetência aqui encontrada (5,5%) é muito inferior aos valores

médios de repetência encontrados naqueles municípios, 10%, 12%, 15% e 12%, respectivamente.

GRÁFICO I.11 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE RETENÇÃO NAS ESC. PÚBL. DE 1997/98 A 2005/06



Fonte: CME

Apesar da taxa média de repetência de 5,5% ficar muito aquém da média nacional, em termos de taxa de retenção para o ensino obrigatório (aproximadamente 12%), considerou-se que para efeitos de planeamento da rede se utilizariam as seguintes taxas de repetência no 1.º ciclo: 1.º ano – 0%, 2.º ano – 7%, 3.º ano – 5% e finalmente 4.º ano – 5%, correspondentes ao valor médio do concelho.

QUADRO I.19 – TAXA DE RETENÇÃO E ABANDONO DO 1.º CICLO DESDE 1997/98 ATÉ 2005/06. COMPARAÇÃO COM O CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA, AZAMBUJA E SESIMBRA

	Taxa de Retenção do Concelho								Média	Concelho de Sesimbra (97/98)	Concelho de V.F. de Xira (97/98)	Concelho de Azambuja (97/98)	Concelho de Abrantes (99/00)
	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2003/04	2004/05	2005/06		Média			
2º ano	5,1	2,6	8,1	8,5	8,4	4,6	13,3	6,4	7,1	11	14	16	15
3º ano	1,6	3,0	8,9	4,0	7,4	7,9	4,0	2,3	4,9	10	8	13	10
4º ano	4,6	3,6	4,4	3,0	7,7	2,8	7,3	2,3	4,5	10	14	15	12
Média	5,5									10	12	15	12

Valores apresentados em %

Fonte: CME

Em termos de taxas de ocupação das salas, fez-se uma análise escola a escola considerando uma capacidade máxima de 25 alunos por turma.

Do tratamento desta informação resultou o Quadro I.20 onde se pode constatar que a EB1 n.º 1 e a EB1 n.º 4 do Entroncamento se encontram, em termos de população escolar, a funcionar perto do limite dimensional para o qual foram programadas. A situação piora quando se analisam as escolas EB1 n.º 2 e EB1 n.º 3 do Entroncamento, que excedem em muito a sua capacidade total. Esta situação indicia a falta de equipamentos escolares do 1.º ciclo do Ensino Básico no concelho do Entroncamento.

QUADRO I.20 – TAXAS DE OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO NO ANO LECTIVO DE 2006/07

Código	Nome Curto	Nº Alunos 2006/07	Total de Salas	Capacidade das salas	Possível Taxa de Ocupação das Salas (%)
0528	EB1 N.º 1 do Entroncamento	275	12	300	92
0219	EB1 N.º 2 do Entroncamento	174	4	100	174
0065	EB1 N.º 3 do Entroncamento	262	8	200	131
0885	EB1 N.º 4 do Entroncamento	42	2	50	84
Total		753	26	650	116

Fonte: CME

Tal como foi referido anteriormente, a análise foi efectuada tendo em conta que cada turma pode ter um máximo de 25 alunos por turma e em regime normal. Porém, importa referir que sempre que numa turma é inserida uma criança com necessidades educativas especiais¹⁸, esse valor máximo passa para 20 alunos por turma.

Segundo directrizes do Ministério da Educação, as crianças com necessidades educativas especiais devem ser inseridas nas turmas juntamente com as restantes crianças. Deste modo, pode acontecer que num determinado ano lectivo, a capacidade das escolas reduza comparativamente à dimensão para a qual foram programadas.

¹⁸ Ponto 5.3 do Desp. Conj. 548-A 2001, de 20 de Junho, que refere que as turmas com alunos de educação especial serão constituídas por 20 alunos, não podendo incluir mais de 2 alunos de educação especial.

O Quadro I.21 demonstra precisamente que no ano lectivo de 2006/07, as escolas do Concelho mesmo funcionando em regime de desdobramento ficam perto do limite em termos de capacidade das turmas e, conseqüentemente, ao nível de taxa de ocupação das salas, por receberem um considerável número de crianças com necessidades educativas especiais (cerca de 29 crianças).

QUADRO I.21 – TAXA DE OCUPAÇÃO DAS TURMAS NO ANO LECTIVO DE 2006/07

Código	Nome Curto	Nº Alunos 2006/07	Total de Salas	Nº de Turmas	Capacidade das Turmas 2006/07	Taxa de Ocupação das Turmas (%)
0528	EB1 N.º 1 do Entroncamento	275	12	9T*20 4T*25	280	98
0219	EB1 N.º 2 do Entroncamento	174	4	4T*20 4T*25	180	97
0065	EB1 N.º 3 do Entroncamento	262	8	5T*20 7T*25	275	95
0885	EB1 N.º 4 do Entroncamento	42	2	1T*20 1T*25	45	93
Total		753	26	31	780	97

Fonte: CME

As diferenças entre o rácio de ocupação de salas e o de ocupação de turmas só serão visíveis nos casos em que, por um lado existam mais do que uma turma a funcionar em cada sala de aula e, por outro lado, haja nas escolas alunos com necessidades educativas especiais.

No caso do município do Entroncamento, estes rácios diferem consideravelmente, por um lado devido à existência de alunos com necessidades educativas especiais em todos os estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo e, por outro lado, por haver escolas em que uma mesma sala é ocupada por mais do que uma turma, como é o caso das EB1 n.º 1, EB1 n.º 2 e EB1 n.º 3, que têm respectivamente, 12, 4 e 8 salas de aula e estão a funcionar com 13, 8 e 12 turmas (em regime de desdobramento).

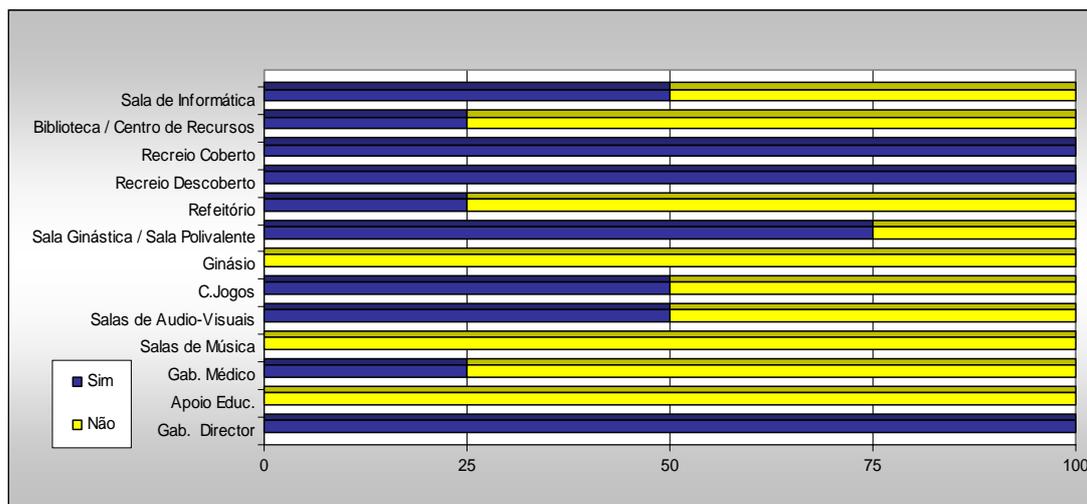
Finalmente, analisam-se as infra-estruturas disponíveis nas escolas que integram a rede pública do 1.º ciclo do Ensino Básico. Todos estes estabelecimentos foram construídos de raiz para o ensino e encontram-se, em geral, em razoável estado de conservação quer a nível do edifício

(interior e exterior) quer a nível de instalação eléctrica, água, esgotos e aquecimento (o qual funciona por sala).

Com base no Gráfico I.12 que caracteriza as infra-estruturas das escolas é possível concluir o seguinte:

- Existe uma escassez ou mesmo inexistência de estruturas de apoio, tais como sala de música, sala de audiovisuais e biblioteca ou centro de recursos. Relativamente à sala de informática, apenas em dois dos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo se verifica a sua existência, porém as restantes escolas estão apetrechadas com computadores nas salas de aula. Actualmente está prevista a ampliação/ construção de uma sala multimédia na EB1 n.º1 e aguarda-se a cedência de uma sala para o mesmo fim na EB1 n.º3 que servirá as EB1 n.º2 e n.º3;
- As situações mais críticas nos estabelecimentos de ensino existentes no Concelho, prendem-se com os equipamento desportivos, pois apenas uma delas apresenta condições para a prática desportiva com alguma qualidade. As crianças da EB1 n.º 3 e EB1 n.º 4 para poderem praticar desporto têm de se deslocar, respectivamente, ao Salão Paroquial da Igreja de N. Sr.ª de Fátima e ao Pavilhão dos Bombeiros. É de realçar que actualmente a CME tem à disposição de todas as escolas do 1.º ciclo da rede pública, um autocarro que transporta as crianças para as Piscinas Municipais e Pavilhão Desportivo Municipal, para aí usufruírem destes tipo de equipamentos.
- A CME em parceria com o Agrupamento Alpha, iniciou as Actividades de Enriquecimento Curricular para os alunos do 1º Ciclo. Desta forma, e em todos os anos deste nível de ensino, são ministradas as disciplinas de Inglês, Música, Actividade Física e Desportiva e Natação.

GRÁFICO I.12 – CARACTERIZAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS DAS ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO PÚBLICAS



Nota: Valores em percentagem

Fonte: CME - Inquéritos realizados às Escolas

Importa ainda referir que, das 4 escolas do Concelho, apenas a escola EB1 n.º1 oferece serviço de almoços (Quadro I.22). Porém, foi encontrada uma solução de partilha de instalações, para servir as crianças das escolas EB1 n.º 2 e EB1 n.º3, que usufruem assim deste serviço utilizando o refeitório da ES/3 do Entroncamento (num total de 36 crianças); e, as da escola EB1 n.º 4 que usam as instalações da escola EB1 n.º 1 (num total de 36 crianças).

QUADRO I.22 – SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO PRESTADO PELAS ESCOLAS DO 1.º CICLO

Código	Nome Curto	Refeitório	Estado de Conservação/ Dimensão (m ²)	Serviço de Almoços		Refeições ATL, JI ou 1º Ciclo
				Quantas refeições serve por dia (média)	As crianças utilizam refeitório de outra Escola	
0528	EB1 N.º 1 do Entroncamento	Sim	Bom	180	Não	Sim JI nº 2
0219	EB1 N.º 2 do Entroncamento	Não	-	12	Sim ES/3 Entroncamento	Não
0065	EB1 N.º 3 do Entroncamento	Não	-	24	Sim ES/3 Entroncamento	Não
0885	EB1 N.º 4 do Entroncamento	Não	-	36	Sim CERE	Não

Fonte: CME

No âmbito da reorganização da rede, há que analisar com cuidado todas as situações críticas encontradas nos estabelecimentos de ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, procurando melhorar a oferta, tirando partido do funcionamento em rede que permitirá partilhar algumas infra-estruturas.

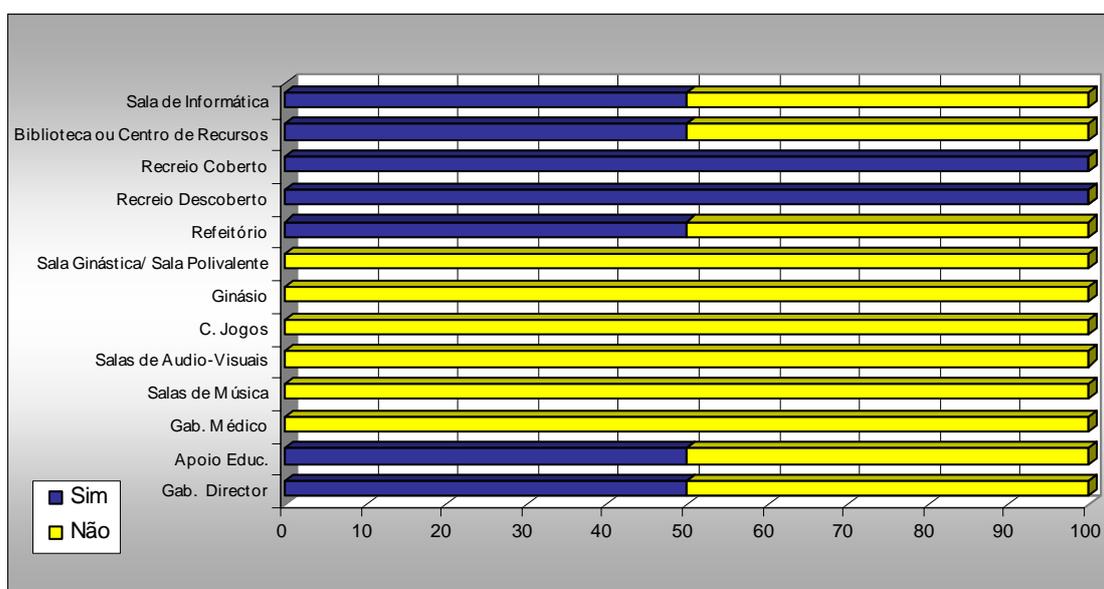
I.5.2. Ensino Básico 1.º Ciclo – Rede Não Pública

A rede não pública é constituída por três estabelecimentos de ensino, sendo que um deles se destina exclusivamente ao ensino especial – Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento (CERE). Este tipo de ensino será abordado em pormenor mais adiante neste documento.

Os estabelecimentos de ensino não públicos que vamos analisar neste capítulo são a Escola João de Deus (com JI e 1.º ciclo), a qual pertence à rede privada; e, a Escola Rumo ao Futuro (IPSS), com a mesma gestão do Centro Social Paroquial do Entroncamento (JI). Daqui se conclui que, estes equipamentos, para além do 1.º ciclo, oferecem também a educação pré-escolar, assegurando assim uma continuação dos estudos para os alunos com idades compreendidas entre os 3 e os 9 anos.

Estas escolas, de um modo geral, encontram-se em 2002 em bom estado de conservação quer a nível do edifício (interior e exterior) quer a nível de instalação eléctrica, água, esgotos e aquecimento.

GRÁFICO I.13 – CARACTERIZAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS DAS ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO NÃO PÚBLICAS



Nota: Os valores encontram-se em percentagem

Fonte: CME - Inquéritos efectuados às escolas em 2002

Da análise do Gráfico I.13 pode concluir-se que:

- Os estabelecimentos de ensino encontram-se bem apetrechados a nível de Recreio Coberto e Descoberto.
- A nível de serviço de almoço a Escola João de Deus está apetrechado com refeitório; a Escola Rumo ao Futuro, apesar de não apresentar este tipo de serviço, utiliza as instalações do Centro Social Paroquial do Entroncamento, que faz parte de uma mesma gestão.
- Apresentam uma lacuna a nível de equipamento desportivo, tais como Campo de Jogos, Ginásio ou Sala de Ginástica, uma vez que nenhum deles tem condições para a prática de desporto. Contudo, as crianças da Escola Rumo ao Futuro praticam desporto no Salão Paroquial da Igreja da Sagrada Família.

O número de alunos que os frequentam tem expressão significativa, uma vez que são 75 crianças na Escola João de Deus e 97 na Escola Rumo ao Futuro.

I.6. Ensino Básico 2.º e 3.º ciclos

Numa perspectiva de sequencialidade no ensino básico, surge o 2.º Ciclo (com 2 anos) e a fechar o actual período de ensino obrigatório o 3.º Ciclo (com 3 anos). Estes dois últimos níveis de ensino podem ser ministrados em estabelecimentos com a tipologia EBI, EB23 e ES/3. No concelho do Entroncamento apenas existem a EB23 Dr. Ruy d'Andrade e a ES/3 do Entroncamento, onde para além do ensino secundário é também ministrado o 3º Ciclo do Ensino Básico.

1.6.1. Ensino Básico 2.º Ciclo – Rede Pública

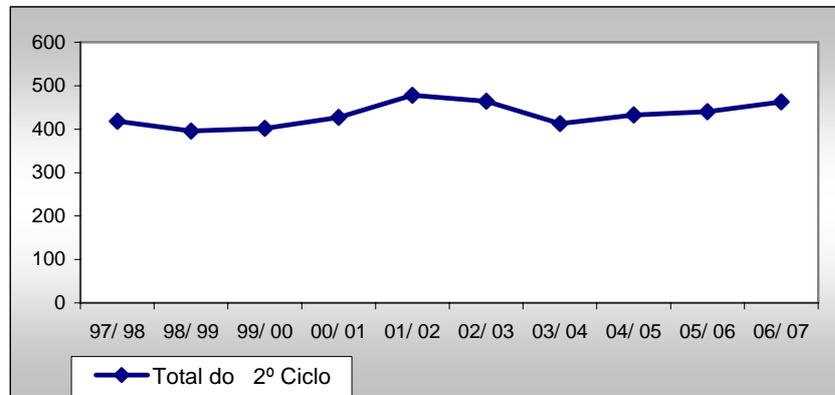
No concelho do Entroncamento, o 2.º ciclo do Ensino Básico é ministrado apenas na escola da rede pública, EB23 Dr. Ruy D'Andrade, a qual se localiza na Zona Sul deste município.

O *Anexo I A.3* apresenta a lista dos estabelecimentos, ciclos de ensino ministrados, freguesia e endereço.

O Quadro I.23 e o Gráfico I.14, representam a evolução do número de alunos matriculados no 2.º ciclo na escola EB23 Dr. Ruy D'Andrade. Nos últimos anos, tem-se registado um ligeiro aumento da população escolar, recuperando curiosamente este ano lectivo o nº de alunos matriculados em 2002/03.

Quadro I.23 e GRÁFICO I.14 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO 2.º CICLO ENTRE OS ANOS LECTIVOS DE 1997/94 E 2006/07

Total do 2º Ciclo	Estabelecimento	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07
		EB23 Dr. Ruy d' Andrade	418	396	402	427	478	464	413	433	440



Fonte: DREL/ CME

O Quadro I.24 apresenta alguns indicadores que ajudam a caracterizar o 2.º Ciclo do Ensino Básico deste Concelho, podendo constatar-se que, no ano lectivo de 2006/07, a frequência dos alunos neste nível de ensino é de 463 alunos, distribuídos por 21 turmas, obtendo-se um rácio de 22 alunos por turma. É de referir que, este rácio se encontra abaixo do limite máximo dos valores recomendados pelo Ministério da Educação¹⁹ (28) e que os valores obtidos não entram em linha de conta com a existência de crianças com necessidades educativas especiais.

QUADRO I.24 – NÚMERO DE ALUNOS/SALA , ALUNOS/TURMA E PROFESSORES DA ESCOLA EB23 DR. RUY D'ANDRADE

Código	Nome Curto	Modalidade	Alunos Matriculados 2006/07			Salas de aula	Nº Alunos/ Nº Salas	Turmas 06/07		Nº Alunos/ Turma		Prof.
			2º Ciclo	3º Ciclo	Total			2º Ciclo	3º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
0171	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo Dr. Ruy de Andrade	Público	463	197	660	19	35	21	11	22	18	81

Fonte: CME / Nº de Prof. referente ao ano lectivo 2002/03

O cálculo do rácio alunos por sala (35) é efectuado com base no total de alunos que frequenta a escola (660), dado que aquelas são ocupadas pelos alunos quer do 2.º ciclo quer do 3.º ciclo.

¹⁹ Ponto 5.2 do Desp. Conj. 548-A 2001, de 20 de Junho: "As turmas nos ensinos básico e secundário são constituídas por 25 alunos, não podendo ultrapassar esse limite no 1.º ciclo do ensino básico e 28 alunos nos restantes níveis e ciclos de ensino." Adoptou-se, portanto 25 alunos por turma.

Neste nível de ensino não faz sentido calcular o rácio alunos por professor, uma vez que uma turma tem mais do que um professor e estes muitas vezes ministram mais do que uma disciplina. Dois factores de relevância que importa analisar neste documento, e que continuam a marcar a trajectória de alguns jovens nesta fase escolar, é o abandono (saída da escola antes dos 16 anos de idade sem o 9.º ano de escolaridade obrigatória completo) e o insucesso. Partindo desta base, calculou-se a taxa de abandono (que se verificou não ter qualquer expressão no concelho) e a taxa de repetência para o 2.º ciclo.

Da análise do Quadro I.25, constata-se que a taxa média de repetência encontrada, nos últimos cinco anos, é de 8,6%. Quando comparada com as taxas apresentadas noutros concelhos: Abrantes, Azambuja, Vila Franca de Xira, Sesimbra, verifica-se que é relativamente baixa. Decidiu-se assim adoptar para efeitos de planeamento da rede do 2.º ciclo os valores de taxa de repetência de 9% e 8% para os 5º e 6º anos, respectivamente.

QUADRO I.25 – TAXAS DE RETENÇÃO E ABANDONO DO 2.º CICLO DO ENSINO BÁSICO, DESDE 1997 A 2005. COMPARAÇÃO COM O CONCELHO DE ABRANTES, SESIMBRA, VILA FRANCA DE XIRA E AZAMBUJA

ENTRONCAMENTO									
	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2003/04	2004/05	2005/06	Média
Retenção									
5º ano	8,7	5,7	12,7	8,9	10,2	7,6	10,7	7,9	9,1
6º ano	6,6	5,9	8,6	6,4	10,4	9,8	10,0	7,4	8,1
2º Ciclo	7,7	5,8	10,7	7,7	10,3	8,7	10,4	7,7	8,6

Fonte: DREL – Ano Lectivo de 1997/98 e 1998/99; CME – Ano lectivo de 1999/00 a 2001

	Concelho do Entroncamento (01/02)	Concelho de Abrantes (98/99)	Concelho de Sesimbra (98/99)	Concelho de V.F.Xira (98/99)	Concelho de Azambuja (97/99)
Média de Retenção e Abandono					
5º ano	9,2	13	10	11	15
6º ano	7,6	9	13	11	15
2º Ciclo	8,4	11	12	11	15

É possível detectar, através dos dados apresentados no Quadro I.26, que neste Concelho, a distância entre a idade “normal” de frequência de um ciclo e a idade “real” dos indivíduos que o frequentam era muito próxima no ano lectivo de 2002/03.

QUADRO I.26 – FREQUÊNCIA POR GRUPOS DE IDADES E POR CICLOS DE ENSINO

Níveis de Ensino	N.º Total de Alunos	Frequência por Grupos de Idades				
		6 - 9 anos	10 - 11 anos	12 - 14 anos	15 - 17 anos	+ 17 anos
1ºCiclo	696	90,9%	7,8%	1,1%	0,1%	0,0%
2ºCiclo	464	0,2%	83,8%	15,3%	0,6%	0,0%
3ºCiclo	611	0,0%	0,0%	88,7%	11,0%	0,3%
Secundário	527	0,0%	0,0%	0,0%	83,3%	16,7%

Fonte: CME - Inquérito realizado junto das Escolas em 2002/03

Comparando a composição etária dos vários ciclos do ensino básico, constata-se que é o 1.º ciclo que apresenta uma maior proximidade entre a idade própria de cada ciclo e a idade real dos seus alunos (91% das crianças do 1.º ciclo encontram-se em idade própria de frequência do mesmo).

O 2.º ciclo juntamente com o ensino secundário são os níveis de ensino que apresentam menor concentração de alunos na idade correspondente: apenas 83,8% e 83,3% dos alunos os frequentam em idade própria, respectivamente.

O facto de se ter encontrado uma taxa de frequência muito próxima dos 100% para os vários níveis de ensino, significa que na sua maioria os alunos que os frequentam se encontram em idade própria, o que reflecte que a taxa de repetência e de abandono têm, neste Concelho, pouca expressividade.

Entre as três variáveis a ter em consideração no percurso escolar – transição, repetência e abandono – o abandono escolar deixou, ao longo da última década, de ter um papel relevante. Porém, o binómio transição - repetência passou a marcar decisivamente a frequência escolar das várias fases do Ensino Básico.

No que diz respeito às instalações escolares, a escola EB23 Dr. Ruy D'Andrade, funciona em 7 pavilhões, inaugurados em 1973.

No que concerne aos recursos educativos, pode-se verificar pelo Quadro I.27 que a escola EB23 Dr. Ruy D'Andrade se encontra bem apetrechada a nível de biblioteca, equipamentos laboratoriais (4 laboratórios) e oficinais, equipamentos para educação musical e plástica (4 salas) e equipamentos para educação física e desportos. No que respeita ao estado de conservação destes recursos, há que salientar o facto de um modo geral se encontram em razoável estado, com excepção para o recreio que necessita de obras de beneficiação.

QUADRO 1.27 – CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS EDUCATIVOS DO 2.º CICLO DO ENSINO BÁSICO PÚBLICO EM 2006/07

Código	Nome Curto	Modalidade	N.º de Salas de Aula	Sala Polivalente	N.º de Salas de EV	N.º de Salas de EVT	N.º Laboratórios	N.º de Salas Música	N.º de Salas Informática	Biblioteca
0171	EB 23 Dr. Ruy d' Andrade	Público	19	1	1	4	4	2	1	Sim
			Auditório / Capacidade	Pav. Gimno-desportivo	Ginásio	Balneários	Polidesportivo	Recreio	Refeitório	
			Não	Sim	Não	2	Sim	Sim	Sim	

Fonte: CME – Inquérito realizado à escola

No domínio da estrutura física – paredes, telhado, soalho, etc. – o interior da escola está em bom estado de conservação e o exterior em razoável estado. Quanto às infra-estruturas (electricidade, água, esgotos e aquecimento), a escola sofreu desde 2002 obras de beneficiação ao nível de saneamento e aquecimento central nomeadamente com a instalação de aquecimento central, substituição da canalização do sistema de águas e substituição da iluminação exterior.

O Quadro I.28 apresenta a taxa de ocupação da Escola do 2.º e 3.º ciclo Dr. Ruy D'Andrade, considerando o número aconselhável de 25 alunos por turma. A taxa de 88% encontrada, reflecte a distribuição da população escolar existente no ano lectivo de 2006/07, num total de 660 alunos do 2.º e 3.º ciclos, pela capacidade inicial da escola para a qual ela foi dimensionada

(tipologia de 30 turmas). Tendo em conta que uma turma poderá atingir um número máximo de 28 alunos (Disp. Conj. 548-A/2001, de 20 Jun.), significa que se poderá considerar um limite máximo de ocupação de 112%. Ao calcular a taxa de ocupação da escola EB23 Dr. Ruy D'Andrade, verifica-se que os seus 88% não deixam grande espaço de manobra em termos futuros de crescimento de população.

QUADRO I.28 – TAXA DE OCUPAÇÃO INICIAL DA ESCOLA DO 2.º E 3.º CICLOS DR. RUY D'ANDRADE COM BASE NA POPULAÇÃO ESCOLAR DO ANO LECTIVO DE 2006/07

Código	Nome Curto	Modalidade	Tipologia da Escola	Alunos do 2º Ciclo	Alunos do 3º Ciclo	Capacidade das turmas	Taxa de Ocupação (%)
0171	EB23 Dr. Ruy d' Andrade	Público	30T	463	197	750	88,0

* Considerou-se 25 alunos por turma

Fonte: CME - Inquérito realizado às Escolas: DREL - Tipologias das Escolas

1.6.2. Ensino Básico 3.º Ciclo – Rede Pública

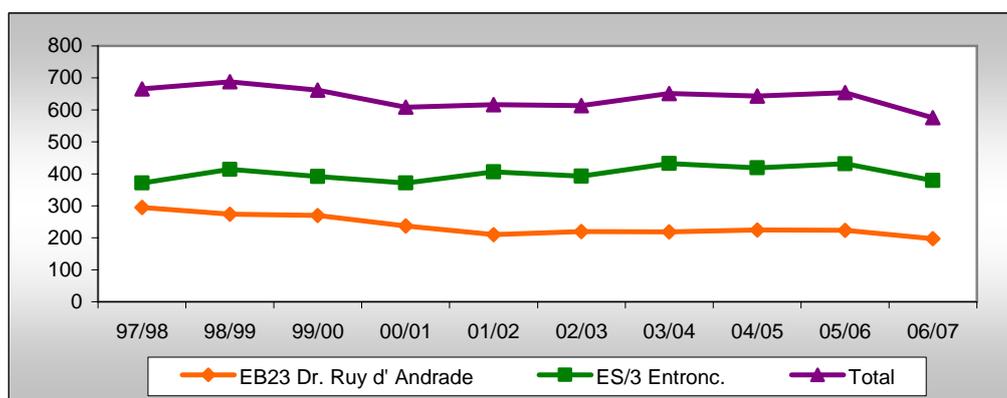
O 3.º ciclo do Ensino Básico é ministrado apenas em duas escolas da rede pública, sendo uma a EB23 Dr. Ruy D'Andrade, localizada na Zona Sul; e outra, a ES/3 do Entroncamento, localizada na Zona Norte. É ainda possível encontrar este nível de ensino no Externato Mouzinho de Albuquerque, que por pertencer à rede não pública e por ser uma escola que apenas funciona em regime de ensino recorrente, se abordará mais à frente neste documento.

O *Anexo I A.3* apresenta a lista dos estabelecimentos, ciclos de ensino ministrados, freguesia e endereço.

Apresenta-se no Quadro I.29 a evolução do número de alunos do 3.º ciclo do Ensino Básico, desde 1997/98 até 2006/07, com base na frequência dos alunos da escola EB23 Dr. Ruy D'Andrade e da escola ES/3 do Entroncamento.

QUADRO I.29 E GRÁFICO I. 15 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO 3.º CICLO NOS ANOS LECTIVOS DE 1997/98 A 2006/07

3º Ciclo	Estabelecimento	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07
	EB23 Dr. Ruy d' Andrade	295	274	270	237	210	220	219	224	223	197
	ES/3 Entronc.	371	414	392	371	406	393	432	419	431	379
	Total	666	688	662	608	616	613	651	643	654	576



Fonte: DREL/ CME

Apesar de se verificar uma ligeira diminuição no número de alunos matriculados no presente ano lectivo, na última década esses valores não têm sofrido grande variação.

O Quadro I.30 apresenta alguns indicadores que ajudam a caracterizar o 3.º Ciclo do Ensino Básico deste Concelho, podendo constatar-se que, no ano lectivo de 2006/07, a frequência dos alunos neste nível de ensino é de 576 alunos, distribuídos por 27 turmas, o que nos dá um rácio de 23 alunos por turma. É de referir que, este rácio não entra em linha de conta com as turmas reduzidas a 20 alunos, como consequência da existência de crianças com necessidades educativas especiais²⁰.

QUADRO I.30 – NÚMERO DE ALUNOS/SALA, ALUNOS/TURMA E PROFESSORES DAS ESCOLAS DO 3.º CICLO (ANO LECTIVO DE 2006/07)

Código	Nome Curto	Modalidade	Alunos Matriculados 2006/07				Salas de aula	Total de Alunos /Nº Salas	Turmas 06/07			Nº Alunos/Turma			Prof. 06/07
			2º Ciclo	3º Ciclo	Sec.	Total			2º Ciclo	3º Ciclo	Sec.	2º Ciclo	3º Ciclo	Sec.	
0171	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo Dr. Ruy d' Andrade	Público	463	197		660	19	35	21	11		22	18		81
0447	Escola Secundária com 3º Ciclo do Entroncamento	Público		379	491	870	31	28		17	22		22	22	143
Total			463	576	491	1530	50	31	21	28	22	22	21	22	224

* Nº Prof. da EB23 referente ao ano lectivo 2002/03

Fonte: CME

O cálculo do rácio alunos por sala (28) é efectuado com base no total de alunos que frequentam as escolas (1530), dado que aquelas são ocupadas pelos alunos quer do 3.º ciclo quer do 2.º ciclo ou do Secundário.

O cálculo do rácio aluno/professor, neste nível de ensino, não tem qualquer expressão uma vez que, cada turma tem mais do que um professor e estes muitas das vezes ministram mais do que uma disciplina.

Em relação à taxa de repetência, após análise dos últimos nove anos, e da qual resulta o Quadro I.31, conclui-se que a taxa média de retenção verificada para o 3.º ciclo do Ensino Básico é relativamente baixa (cerca de 9%) quando comparada com os concelhos de Abrantes, Sesimbra,

²⁰ Ponto 5.3 do Desp. Conj. 548-A 2001, de 20 de Junho, que refere que as turmas com alunos de educação especial serão constituídas por 20 alunos, não podendo incluir mais de 2 alunos de educação especial.

Vila Franca de Xira e Azambuja. A reduzida taxa de repetência indica que, neste Concelho, o insucesso escolar é reduzido.

QUADRO I.31 – TAXAS DE RETENÇÃO E ABANDONO DO 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO, DESDE 1997 A 2005. COMPARAÇÃO COM O CONCELHO DA ABRANTES, SESIMBRA, VILA FRANCA DE XIRA E AZAMBUJA

ENTRONCAMENTO																		
	1997/98		1998/99		1999/00		2000/01		2001/02		2003/04		2004/05		2005/06		Média	
	Ab.	Ret.	Ab.	Ret.														
7º ano	0,8	5,4	0	15,3	3,6	13,8	0	9,5	0	13,6	0	10,4	1	13,7	0	12,2	0,6	11,7
8º ano	0,9	3,2	0,4	12,5	2,4	11,3	0	8,7	0	14,9	1	3,9	0	5,7	0	4,3	0,6	8,1
9º ano	3,0	12,8	1,3	4,3	1,3	9,3	0,5	5,8	1,5	8,8	1	5,9	2	9,6	1	9,4	1,4	8,2
3º Ciclo	1,6	7,1	0,6	10,7	2,4	11,5	0,2	8,0	0,5	12	0,5	7	0,8	9,7	0,4	9	0,9	9,3

Nota: Valores expressos em percentagem

	Concelho do Entroncamento (97/98 - 05/06)	Concelho de Abrantes (98/99)	Concelho de Sesimbra (98/99)	Concelho de V.F.Xira (98/99)	Concelho de Azambuja (97/99)
Média de Retenção e Abandono					
7º ano	11,7	18	19	16	15
8º ano	8,1	18	14	13	15
9º ano	8,2	12	8	10	15
3º Ciclo	9,3	16	14	13	15

Fonte: DREL / CME

Por outro lado, o facto da taxa de abandono não ter praticamente expressão é muito positivo pois significa que, em geral, todos os alunos cumprem a escolaridade obrigatória.

Adoptou-se para efeitos de planeamento da rede do 3.º ciclo os valores de taxa de repetência de 12%, 8% e 8% para o 7º, 8º e 9º anos, respectivamente.

Outro indicador que nos permite confirmar estes reduzidos valores da taxa de repetência é a distância entre a idade própria de frequência de um ciclo e a idade "real" dos indivíduos que o

frequentam. Pela análise do Quadro I.27, constata-se que 88,7% das crianças que estudam no 3.º ciclo se encontram em idade própria para tal.

No que diz respeito às instalações escolares, Quadro I.32, tanto a EB23 Dr. Ruy D'Andrade como a ES/3 do Entroncamento, funcionam em edifícios construídos de raiz para o ensino.

QUADRO I.32 – CARACTERIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DAS ESCOLAS COM 3.º CICLO DO CONCELHO

Código	Nome Curto	Modalidade	Tipo de Construção	Início de Funcionamento	Total de Edifícios
0171	EB 23 Dr. Ruy d' Andrade	Público	Edifício construído de raiz para o ensino	1973	4 Pav. de Aulas, 1 Pav. Polivalente, 1 Ginásio e 1 Biblioteca / Centro de Recursos
0447	ES/3 do Entroncamento	Público	Edifício construído de raiz para o ensino	1977	3 Pav. de Aulas, 1 Sala Polivalente e 1 Ginásio

Fonte: CME - Inquérito realizado às Escolas

A caracterização dos recursos educativos da escola EB23 Dr. Ruy D'Andrade, pode ser lida no ponto anterior deste documento.

No que respeita os recursos educativos da escola ES/3 do Entroncamento, constata-se que a mesma se encontra bem apetrechada a nível de Laboratórios (3), de salas de Educação Visual e Tecnológicas (5), de sala de Informática (1), de Biblioteca e de Pavilhão Desportivo. No domínio da estrutura física – paredes, telhado, soalho, etc. – quer o interior quer o exterior encontram-se em 2002 em bom estado de conservação. É de salientar que esta escola foi alvo em 2002 de obras de beneficiação ao nível das salas de aula, dos recursos educativos e das infra-estruturas (electricidade e aquecimento).

O nível de equipamento disponível nas escolas com 3.º ciclo do concelho do Entroncamento são, de uma forma geral, muito aceitáveis, como aliás demonstra o Quadro I.33. Apenas se destaca que nenhuma das escolas possui ginásio; mas, em contrapartida estão apetrechadas de excelentes Pavilhões Desportivos, os quais proporcionam boas condições para a prática desportiva.

QUADRO I.33 – CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS EDUCATIVOS DO 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Código	Nome Curto	N.º de Salas de Aula	Sala Polivalente	N.º de Salas de EV	N.º de Salas de EVT	N.º Laboratórios	N.º de Salas Música	N.º de Salas Informática	Biblioteca
0171	EB 23 Dr. Ruy de Andrade	19	1	1	4	4	2	1	Sim
0447	ES/3 do Entroncamento	35	1	4	1	3	0	1	Sim
		Auditório	Pav. Gimno-desportivo	Ginásio	Balneários	Polidesportivo	Recreio	Refeitório	
0171	EB 23 Dr. Ruy de Andrade	Não	Sim	Não	2	Sim	Sim	Sim	
0447	ES/3 do Entroncamento	Não	Sim	Não	2	Sim	Sim	Sim	

Fonte: Inquérito realizado às Escolas

O Quadro I.34 apresenta a taxa máxima de ocupação das escolas do município que ministram o 3.º ciclo do Ensino Básico, considerando um número de 25 alunos por turma. Tomando a população escolar do ano lectivo de 2006/07 e a tipologia inicial para a qual as escolas foram dimensionadas, constata-se que ambas as escolas – EB23 Dr. Ruy D'Andrade (32T) e ES/3 do Entroncamento (42T) – apresentam uma taxa de ocupação abaixo da sua capacidade, respectivamente, 82,5% e 82,9%. Porém, se se considerar os 28 alunos por turma, obtém-se uma taxa de ocupação para estas escolas ainda mais reduzida que a calculada anteriormente (73,7% e 74%, respectivamente).

QUADRO I.34 - TAXA DE OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS DO 3.º CICLO COM BASE NA POPULAÇÃO ESCOLAR DO ANO LECTIVO DE 2006/07

Código	Nome Curto	Modalidade	Tipologia Inicial da Escola	Alunos do 2º Ciclo	Alunos do 3º Ciclo	Secundário	Taxa de Ocupação %	
							Considerando 25 alunos por turma	Considerando 28 alunos por turma
0171	EB23 Dr. Ruy d' Andrade	Público	32T	463	197	0	82,5	73,7
0447	ES/3 do Entroncamento	Público	42T	0	379	491	82,9	74,0

Fonte: CME – Inquérito realizado às Escolas. DREL – Tipologia das Escolas

I.7 – Ensino Secundário

O Ensino Secundário deve ser organizado de forma a oferecer a maior diversidade possível de cursos, tendo em conta os interesses regionais e locais.

Este nível de ensino “consolida a diversificação e especialização dos percursos educativos e formativos, oferecendo alternativas de educação e formação, cujo teor dominante pode ser de formação geral, vocacional, artística ou profissional”.²¹ É constituído por um Ciclo de estudos com características próprias, integrando percursos orientados para o prosseguimento de estudos no ensino superior e outros mais vocacionados para a integração no mercado de trabalho. Relativamente a estes últimos, o ensino Secundário prepara técnicos intermédios, habilitados com uma qualificação profissional de nível 3, que poderão exercer a sua actividade profissional de forma autónoma e com responsabilidades de enquadramento e coordenação.

Em 2004 procedeu-se à Revisão Curricular do Ensino Secundário, que foi aplicada aos alunos que iniciaram o 10º Ano em 2004-2005, o 11º Ano em 2005-2006 e iniciarão o 12º Ano em 2006-2007. Para os restantes alunos manteve-se o Currículo Antigo. Atendendo à situação de que actualmente coexistem os dois currículos (o antigo e o novo), nas próximas linhas segue-se uma breve descrição dos mesmos.

No Antigo Currículo os cursos desenvolviam-se em duas vertentes:

- Cursos predominantemente Orientados para o Prosseguimento de Estudos (CSPOPE) ou Cursos Gerais, os quais proporcionam uma formação de base no respectivo domínio de conhecimento e visam, prioritariamente, o acesso ao ensino superior. Estes cursos têm a duração de 3 anos lectivos, correspondentes aos 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade.
- Os Cursos Tecnológicos predominantemente Orientados para a Vida Activa (CSPOVA) ou Cursos Tecnológicos, dada a sua natureza técnica e tecnológica, proporcionam a aprendizagem de competências profissionalmente qualificantes e visam,

²¹ Sistema educativo português Descrição sumária referente ao ano lectivo de 2004/2005. Ministério da Educação. GIASE.

prioritariamente, o ingresso no mercado de trabalho, permitindo também o prosseguimento de estudos no ensino superior.

Actualmente, o Ensino Secundário oferece, em substituição destes dois tipos de cursos:

- *Cursos Científico-Humanísticos*, como preparação para o prosseguimento de estudos de nível superior, organizados por 5 áreas de estudo: - Ciências e Tecnologias, Ciências Socio-económicas, Ciências Sociais e Humanas, Línguas e Literaturas e Artes Visuais.
- *Cursos Tecnológicos*, com o objectivo de qualificar para a inserção no mercado do trabalho, permitindo o prosseguimento de estudos em níveis superiores. Conferem certificação profissional de nível 3 e certificação académica do ensino Secundário. Existem dez cursos tecnológicos: - Construção Civil e Edificações, Electrotecnia e Electrónica, Informática, Design de Equipamentos, Multimédia, Administração, Marketing, Ordenamento do Território e Ambiente, Acção Social e Desporto.

Para além destas ofertas ainda existem as opções: *Cursos Artísticos Especializados*, com o objectivo de proporcionar formação de elevada qualidade nas áreas da música, dança e artes visuais; e os *Cursos Profissionais*, com o objectivo de qualificar os alunos para o ingresso no mercado de trabalho, sobre o qual se fará referência mais à frente neste documento.

As exigências pedagógicas em termos de instalações, material didáctico e recursos humanos, aconselham a criação destas escolas em centros que, pela sua acessibilidade e áreas de irradiação, permitam uma abrangência maior da população a escolarizar e a fixação de um corpo docente especializado.

No concelho do Entroncamento o ensino secundário é ministrado na Escola Secundária com 3.º Ciclo do Entroncamento (ES/3), da rede pública e, em três escolas da rede não pública, o Externato Mouzinho de Albuquerque como ensino secundário recorrente, a Escola Profissional Gustave Eiffel como ensino profissional (que desenvolveremos mais adiante no capítulo reservado para este tipo de ensino) e o Centro de Formação Fernave como ensino secundário e profissional.

1.7.1. Ensino Secundário – Rede Pública

A oferta do ensino secundário público, no município do Entroncamento restringe-se apenas à escola secundária *ES/3 do Entroncamento*. Esta acolhe alunos não só do próprio Concelho, como recebe um considerável número de estudantes provenientes de outros concelhos limítrofes – Vila Nova da Barquinha, Torres Novas, Tomar, Chamusca.

A escola ES/3 do Entroncamento foi construída de raiz para o ensino em 1977. De um modo geral, encontra-se razoavelmente apetrechada quer a nível de equipamento didáctico quer a nível de estrutura física (paredes, soalho e telhado) e infra-estruturas (electricidade, água, esgotos e aquecimento). Porém, é de realçar que foram realizadas, após 2002, obras de beneficiação ao nível da estrutura física, infra-estruturas (electricidade e aquecimento) e recursos educativos.

Quanto aos recursos educativos (laboratórios, salas de EV, salas de EVT, salas de informática, pavilhão desportivo, etc.), podemos verificar que esta escola oferece um equipamento muito aceitável em termos quantitativos (Quadro I.35) e, após as obras de beneficiação a que foi alvo, é de esperar que esta oferta seja também qualitativa. A caracterização detalhada das infra-estruturas encontra-se no *Anexo I A.3*.

QUADRO I.35 – CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS EDUCATIVOS DA ES/3 DO ENTRONCAMENTO

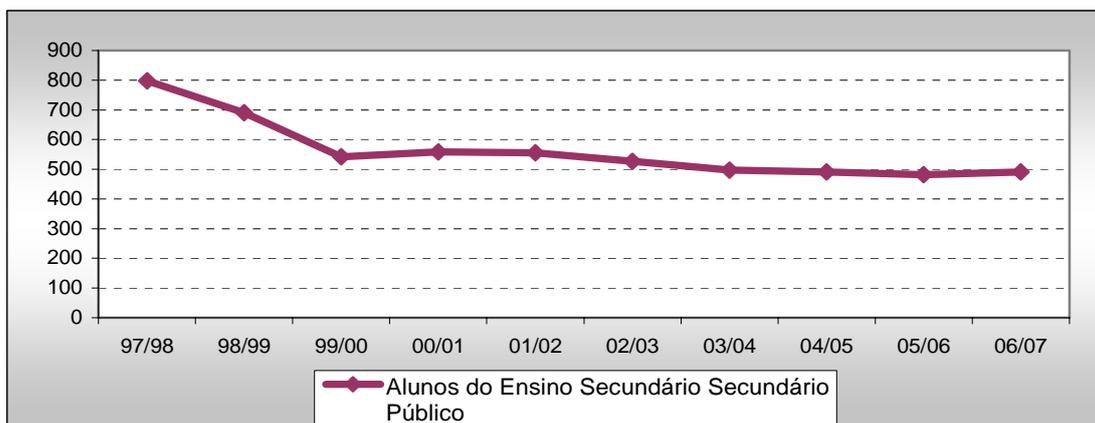
Código	Nome Curto	Modalidade	N.º de Salas de Aula	Sala Ciências - Naturais	N.º de Salas de EV	N.º de Salas de EVT	N.º Lab.	N.º de Salas TIC	N.º de Salas Informática	Sala de Línguas	Teatro	Pav. Gimno desportivo	Oficina Mecânica	Oficina Electricidade/ Electrónica	Recreio	Refeitório
0447	ES/3 do Entroncamento	Público	31	1	4	1	3	2	2	1	Sim	Sim	1	1	Sim	Sim

Fonte: CME - Inquéritos realizados às Escolas

Nos últimos anos tem-se verificado uma estabilidade de valores do número de alunos matriculados no ensino secundário no concelho, com excepção dos três primeiros anos (de 97/98 a 99/00), tal como ilustra o Quadro I.36 e o Gráfico I.16.

QUADRO I.36 E GRÁFICO I.16 - EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO ENTRE OS ANOS LECTIVOS DE 1997/98 E 2006/07

	Código	Estabelecimento	97/ 98	98/ 99	99/ 00	00/ 01	01/ 02	02/ 03	03/ 04	04/ 05	05/ 06	06/ 07
Alunos do Ensino Secundário Público	0447	ES/3 do Entroncamento	798	690	542	558	555	527	497	491	482	491



Fonte: DREL / CME

No Quadro I.37, apresenta-se a taxa de ocupação da Escola do Ensino Secundário, com base na população escolar do ano lectivo de 2006/07 e não considerando a possível existência de crianças com necessidades educativas especiais.

QUADRO I.37 – TAXA DE OCUPAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA COM 3.º CICLO NO ANO LECTIVO DE 2006/07

Código	Estabelecimento	Modalidade	Tipologia Inicial da Escola	Alunos do 3º Ciclo	Secundário	Taxa de Ocupação %	
						Considerando 25 alunos por turma	Considerando 28 alunos por turma
0447	ES/3 do Entroncamento	Público	42T	379	491	82,9	74,0

Fonte: CME - Inquérito Realizado às Escolas

A escola ES/3 do Entroncamento encontra-se a funcionar abaixo da sua capacidade nominal. Tendo em conta que existem 491 alunos do secundário neste estabelecimento e que este se encontra a funcionar com 22 turmas, é possível chegar a um rácio de 22 alunos por turma, tal como ilustra o Quadro I.1. Logo, daqui se depreende que sendo as turmas constituídas por um

número aconselhável²² de 25 alunos ou pelo número máximo de 28 alunos, estas estão subaproveitadas, tal como ilustra o Quadro I.9, através da taxa de ocupação da escola.

Relativamente à sua dimensão, a escola ES/3 do Entroncamento foi inicialmente constituída para uma tipologia de 42 turmas (capacidade máxima de turmas em funcionamento). Esta encontra-se actualmente a funcionar perto do limite da sua capacidade máxima (42T), das quais 17 turmas são de 3.º Ciclo e 22 de Secundário.

Para calcular a taxa de ocupação das escolas, é necessário, para além da tipologia da escola, entrar em linha de conta com os alunos com necessidades educativas especiais, que pela sua deficiência obrigam a que as turmas sejam reduzidas para um número máximo de 20 alunos.

A escola ES/3 do Entroncamento, recebe no presente ano lectivo 36 crianças com necessidades educativas especiais, distribuídas por 7 turmas do 3.º ciclo.

Com base nestes dados, apresenta-se de seguida o Quadro I.38, onde se verifica que a taxa de ocupação das turmas, no ano lectivo de 2006/07 tendo em conta as turmas em funcionamento com 25 alunos e o número de crianças com necessidades educativas especiais, é de 92,6% o que significa que a escola se encontra muito próxima da sua capacidade máxima. Porém, ao considerar a capacidade máxima que uma turma pode ter (28 alunos por turma), constata-se que a escola apresenta uma taxa de ocupação de 84%.

QUADRO I.38 - TAXA DE OCUPAÇÃO DAS TURMAS DA ESCOLA SECUNDÁRIA DO CONCELHO DO ENTRONCAMENTO, NO ANO LECTIVO DE 2006/07

Código	Estab.	Mod.	Total de Alunos Ano Lectivo de 2006/07			CNEE	Turmas				Capacidade efectiva das turmas	Taxa de Ocupação %	Capacidade efectiva das turmas	Taxa de Ocupação %
			2º Ciclo	3º Ciclo	Sec.		3º Ciclo		Secund.					
							T. N.	T. R.	T. N.	T. R.	Considerando 25 alunos por turma	Considerando 25 alunos por turma	Considerando 28 alunos por turma	Considerando 28 alunos por turma
0447	ES/3 do Entroncamento	Público	0	379	491	36	10	7	22	0	940	92,6	1036	84,0

* Considerou-se 25 alunos por turma

Legenda:

CNEE - Crianças com Necessidades Educativas Especiais

T. N. - Turmas Normais com máx. de 25 alunos por turma

T. R. - Turmas Reduzidas com máx. de 20 alunos por turma e 2 crianças com necessidades educativas especiais

(a) - De acordo com o Desp. Conj. 548 - A/2001, de 20 de Junho, foram considerados um nº máximo de 25 alunos por turma para o 2º e 3º ciclo e ens. secundário. As turmas que integrem alunos com NEE's têm um número máximo de 20 crianças por turma e não devem incluir mais de 2 alunos com NEE's.

Fonte: CME - Inquéritos realizados às Escolas

Fonte: DREL / CME

²² Despacho Conjunto n.º 548-A/2001, de 20 Jun - as turmas são constituídas por 25 alunos, não podendo ultrapassar o limite máximo de 28. Adoptou-se, portanto, o valor 25 alunos por turma.

Em relação à taxa de repetência, após análise dos anos lectivos de 1997 até 2005, Quadro I.39, decidiu adoptar-se para efeitos de planeamento da rede do ensino secundário, os valores de 16%, 7% e 33% respectivamente para o 10.º, 11.º e 12.º ano.

**QUADRO I.39 – TAXAS DE RETENÇÃO E ABANDONO DO SECUNDÁRIO, DESDE 1997 A 2005.
COMPARAÇÃO COM O CONCELHO DE ABRANTES E VILA FRANCA DE XIRA**

	ENTRONCAMENTO											Concelho de Abrantes (98/99)	Concelho de V.F.Xira (98/99)	
	1997/98		1998/99		1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06			Média
	Aband.	Ret.	Aband.	Ret.	Ret.	Ret.	Ret.	Ret.	Ret.	Ret.	Ret.	Média		
10º ano	10,1	10,8	11,2	17,4	19,8	25,3	23,2	20,0	19,2	12,3	8,7	16,2	36	30
11º ano	3,3	11,2	8,0	10,3	8,5	4,4	0,0	6,0	10,2	7,6	10,7	7,3	34	10
12º ano	11,1	78,0	11,3	27,4	34,8	46,9	42,5	40,0	16,1	34,8	25,8	33,5	39	33
Secund	8,2	33,3	10,2	18,4	21,0	25,6	21,9	22,0	15,2	18,2	15,1	19,0	36	24

Nota: Os valores encontram-se em percentagem

Fonte: DREL / CME

Tendo em conta a proximidade entre Concelho e o concelho de Abrantes, importa mencionar a diferença percentual encontrada a nível da taxa de retenção (superior em 17 pontos percentuais). O facto do município do Entroncamento apresentar características essencialmente urbanas, aproxima-o dos concelhos limítrofes da área urbana de Lisboa.

Uma das razões possíveis para a elevada taxa de retenção encontrada para o 10º ano é que os alunos tendem a inscrever-se no 10.º ano para prosseguirem os seus estudos porém dada a dificuldade que sentem acabam por desistir (o que implica uma taxa de retenção muito elevada), uns seguindo para o mercado de trabalho e outros a via de ensino profissional.

Em relação ao 12.º ano, voltamos a depararmo-nos com elevadas taxas de retenção, pois em média 25% a 30% dos alunos reprovam nos exames nacionais e têm de voltar a inscrever-se neste ano de escolaridade, ou nem têm hipótese de ir a exame, ficando logo retidos por não

terem tido aprovação em 3 ou mais cadeiras. Em 2003, apenas cerca de 22% da população portuguesa concluiu o ensino secundário²³.

A frequência dos alunos em idade própria é outro dos indicadores capaz de nos permitir avaliar a repetência no Concelho. Analisando o Quadro I.26, verificamos que o Ensino Secundário apresenta cerca de 80% de alunos em idade própria de frequência do mesmo.

O Ensino Secundário no concelho do Entroncamento, está vocacionado para *Cursos Científico-Humanísticos* com 491 alunos inscritos. Os Cursos Tecnológicos praticamente não têm expressão. Neste município os cursos ministrados no presente ano lectivo apenas contam com 31 alunos, Mecatrónica com 18 alunos e Contabilidade com 13 alunos, pertencentes aos Cursos do 10.º ano Profissionalizante²⁴. Nesta escola são oferecidos ainda Cursos de Educação e Formação que serão tratados no capítulo seguinte.

Ao analisar o Quadro I.40, podemos facilmente detectar, pela evolução verificada nestes últimos desde 1999 a 2002, que no município do Entroncamento, a procura por parte dos estudantes foi, essencialmente, para os Cursos predominantemente orientados para o prosseguimento dos estudos.

Quadro I.40 - Evolução dos Alunos do Ensino Secundário Matriculados nos Cursos

Código	Estabelecimento	Modalidade	1999/00						2000/01						2001/02						2002/03																	
			10ºAno		11ºAno		12ºAno		10ºAno		11ºAno		12ºAno		10ºAno		11ºAno		12ºAno		10ºAno		11ºAno		12ºAno													
			CSPOPE	CSPOVA	Profissionalizant	CSPOPE	CSPOVA	CSPOPE	CSPOVA	CSPOPE	CSPOVA	Profissionalizant	CSPOPE	CSPOVA	CSPOPE	CSPOVA	CSPOPE	CSPOVA	CSPOPE	CSPOVA	CSPOPE	CSPOVA	CSPOPE	CSPOVA	CSPOPE	CSPOVA												
0447	ES/3 do Entroncamento	Público	184	24	0	152	11	156	15	196	6	0	166	16	160	14	203	0	0	163	3	176	10	179	0	14	156	0	177	1								
Total por Ano de Escolaridade			208			163			171			202			182			174			203			166			186			193			156			178		
Total por Ano lectivo			542						558						555						527																	

Fonte: CME - Inquéritos realizados às Escolas
²³ Dados fornecidos pelo CAE de Santarém, em Abril de 2003.

²⁴ Os Cursos do 10.º Ano Profissionalizante proporcionam uma qualificação profissional que possibilita, de forma sustentada, o ingresso no mercado de trabalho. Estes cursos têm uma duração anual de 37 semanas, das quais 31 decorrem em contexto escolar e as restantes 6 em contexto de trabalho. Destinam-se a jovens com idade mínima de 15 anos, completados até 31 de Julho do ano civil em que o curso se inicia, e que se encontrem, ainda, numa das seguintes situações:

- tenham concluído o ensino básico, não possuindo qualificação profissional de conteúdo e nível idênticos à que o curso confere, e não pretendam, de imediato, prosseguir estudos noutras vias de educação e formação;
- tenham frequentado o ensino secundário sem o concluir, e desejem reorientar o seu percurso formativo e adquirir uma qualificação profissional.

CSPOPE e CSPOVA desde 1999 até 2002

Os alunos matriculados na ES/3 do Entroncamento, pertencem não só ao Concelho, como provêm principalmente dos Concelhos de Torres Novas e de Vila Nova da Barquinha. Alguns dos estudantes deste município deslocam-se para o concelho de Torres Novas e Tomar, uma vez que aí encontram cursos que não são leccionados no concelho do Entroncamento.

1.7.2. Ensino Secundário – Rede Não Pública

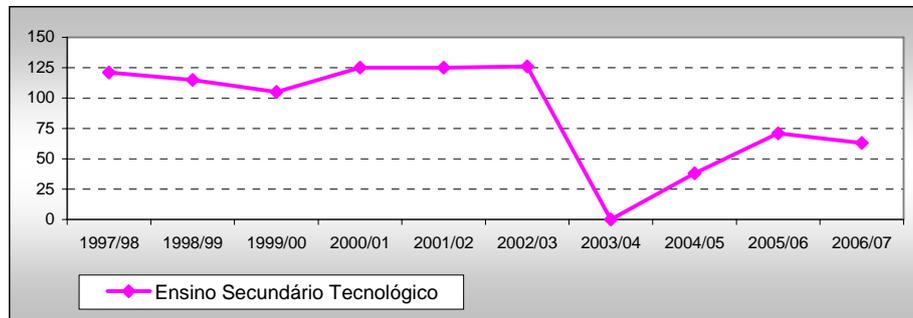
O concelho do Entroncamento, para além da ES/3 do Entroncamento da rede pública, tem também oferta do Ensino Secundário a nível da rede não pública – Centro de Formação da Fernave.

Esta escola por ser um centro de formação profissional será tratada pormenorizadamente no capítulo seguinte juntamente com a Escola Profissional Gustave Eiffel, cujos cursos ministrados são cursos profissionais mas de equivalência ao Ensino Secundário. Importa ainda referir que este Centro de Formação da Fernave para além dos cursos profissionais tem também oferta de Ensino Secundário no âmbito dos Cursos Tecnológicos que trataremos neste capítulo.

No presente ano lectivo, está a decorrer o Curso Técnico de Manutenção Industrial de Mecatrónica, com quatro turmas em funcionamento, duas do segundo ano e outras duas do terceiro ano, perfazendo um total de 63 alunos. Da análise do Quadro I.41 e o Gráfico I.17, constata-se que, nos últimos dez anos, o número de alunos matriculados neste tipo de ensino sofreu um forte decréscimo atingindo praticamente os 50%.

Quadro I.41 e Gráfico I.17 – Evolução dos Alunos Matriculados no ensino Secundário Não Público desde 1997/98 a 2006/07

Código	Estabelecimento	Modalidade	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07
0210	Centro de Formação da Fernave	Particular	121	115	105	125	125	126	0	38	71	63



Fonte: DREL /CME

I.8 – Ensino Profissional

O Ensino Profissional é uma das soluções que se afiguram aos alunos como possível escolha após o término do ensino obrigatório. O facto deste ensino proporcionar uma aprendizagem visando uma melhor inserção na vida profissional, é hoje em dia, uma das opções com expressão em termos de prosseguimento de estudos. Entre outros cursos do ensino profissional, os que mais se destacam são os Cursos Profissionais e os Cursos de Educação e Formação (CEF).

Os Cursos Profissionais têm a duração de 3 anos e proporcionam o desenvolvimento de competências específicas para o exercício de uma profissão, o que possibilita o ingresso no mercado de trabalho, a par de uma habilitação académica que permite a candidatura ao ensino superior. Estes cursos destinam-se, principalmente, a jovens que, tendo concluído o 3.º ciclo do ensino básico ou equivalente, pretendam obter uma qualificação profissional que lhes possibilite o ingresso no mercado de trabalho.

Os CEF constituem uma alternativa ao ensino regular para a frequência da escolaridade de 6, 9 ou 12 anos, oferecendo simultaneamente, a qualificação escolar e profissional. Foram criados com o objectivo de promover do sucesso escolar e prevenir diferentes tipos de abandono escolar. Para atingir este duplo objectivo seguem orientações metodológicas específicas, integrando 4 componentes de formação: - Sócio cultural, Científica, Tecnológica e Prática. O público alvo são jovens com 15 ou mais anos em risco de abandono escolar, ou que abandonaram antes da conclusão do 12º ano de escolaridade, ou tendo-o concluído sem qualificação profissional, pretendam adquiri-la para ingresso no mundo do trabalho. Podem funcionar em escolas públicas, particulares e cooperativas, escolas profissionais e nos centros de gestão directa ou participada do IEFP.

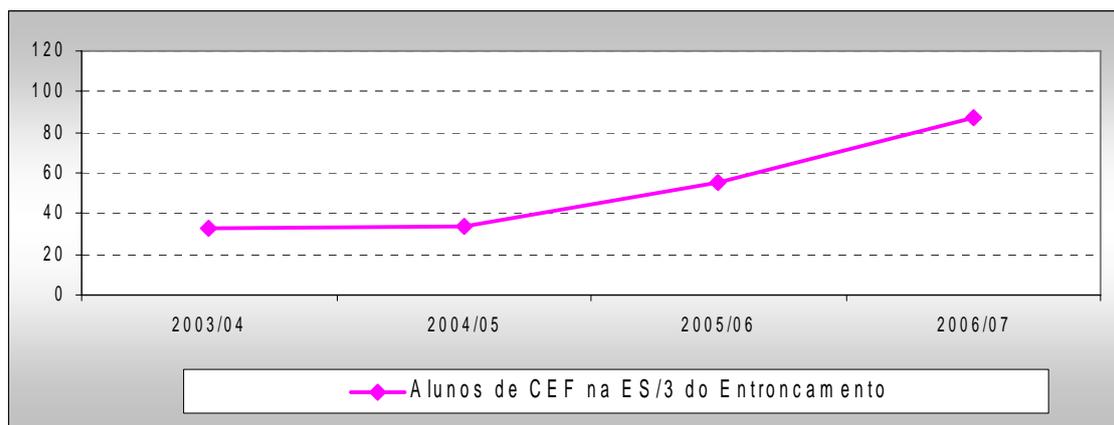
A ES/3 do Entroncamento possui oferta de CEF, possuindo no presente ano lectivo 87 alunos distribuídos por 7 turmas (Quadro I.42). A evolução do número de alunos matriculados neste tipo de cursos tem sido desde 2003/04 claramente positiva, apresentando um crescimento superior a 160% (Gráfico I.18).

Quadro I.42 – Cursos de Educação e Formação oferecidos pela ES/3 do Entroncamento no presente Ano Lectivo

Código	Estabelecimento	Modalidade	Alunos matriculados em CEF - Ano Lectivo 06/07						
			Electricista de Instalações		Serralharia Mecânica		Empregado Comercial		Total
			1º ano	2º ano	1º ano	2º ano	1º ano	2º ano (2 turmas)	
0447	ES/3 do Entroncamento	Público	14	10	8	11	14	30	87

Fonte: CME

Gráfico I.18 – Evolução dos Alunos Matriculados nos CEF na ES/3 do Entroncamento desde 2003/04 a 2006/07



Fonte: CME

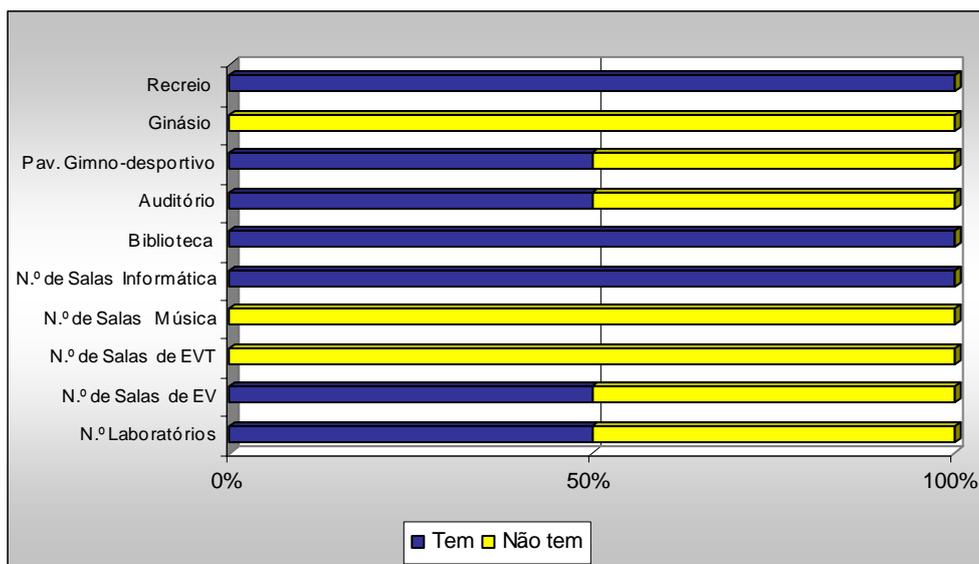
O concelho do Entroncamento encontra-se também apetrechado com dois estabelecimentos de ensino profissional, ambos pertencentes à rede não pública: Centro de Formação Fernave e Escola Profissional Gustave Eiffel. Sendo que, o primeiro funciona em 5 edifícios adaptados para o ensino e o segundo funciona num edifício construído de raiz para aquele fim.

Em termos de infra-estruturas – electricidade, água, esgotos e aquecimento – e de conservação dos edifícios – paredes, soalho, chão, etc. – ambos os estabelecimentos estavam em bom estado de conservação em 2002.

Quanto aos recursos educativos (Gráfico I. 19) o Centro de Formação da Fernave dispõe de 5 laboratórios (Física, CNC e Electrónica, Electricidade e Soldadura) e 2 oficinas (Serralharia e Electricidade), em bom estado de conservação e muito bem apetrechados, 3 salas de informática, biblioteca. O auditório e pavilhão desportivo que eventualmente utilizam pertencem à REFER, no entanto existe um parque desportivo composto por: campo de futebol de salão, campo de ténis, basquetebol e voleibol e campo de voleibol de praia. Existe ainda um refeitório adjudicado a uma empresa externa.

A Escola Profissional Gustave Eiffel dispõe de 8 laboratórios, 1 sala de EV, 3 salas de informática, recreio e bar, todos eles em bom estado de conservação em 2002.

Gráfico I. 19 – Caracterização das Infra-Estruturas dos Estabelecimentos do Ensino Profissional

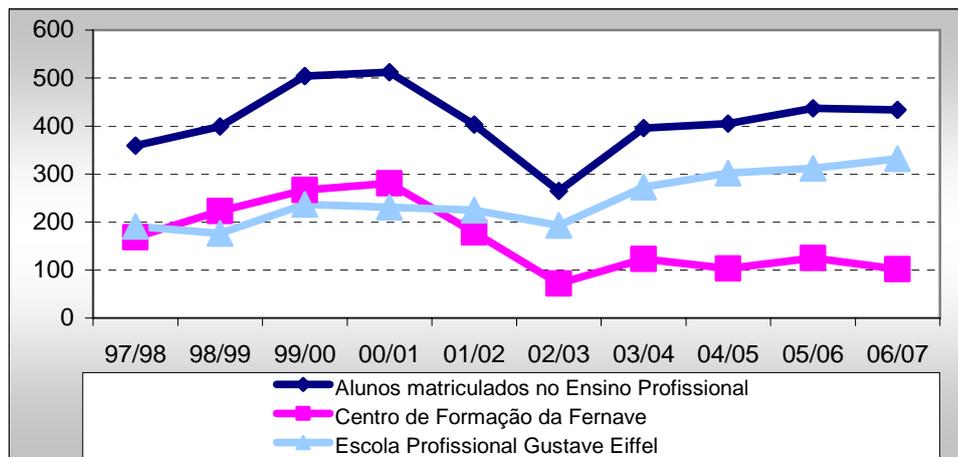


Fonte: CME - Inquéritos realizados às Escolas em 2002

É de referir que o Ensino Profissional no concelho do Entroncamento apresenta uma expressividade significativa. A evolução do número de alunos matriculados neste nível de ensino, entre 1997 e 2006, tem sido crescente, tal como ilustra o Quadro I.43 e o Gráfico I.20, porém é de referir que entre 2000 e 2002 o Ensino Profissional sofreu uma perda considerável de estudantes. Tal situação verifica-se essencialmente devido ao facto de, no Centro de Formação da Fernave entre 2000/01 e 2002/03, ter havido uma redução de 209 alunos. Esta diminuição deve-se sobretudo ao facto do curso técnico, leccionado nesse centro de formação, terminar no final do corrente ano lectivo (2002/03). O número de alunos matriculados na Escola Profissional Gustave Eiffel tem sofrido um aumento considerável na última década.

Quadro I. 43 e Gráfico I. 20– Evolução do nº de Alunos Matriculados no Ensino Profissional no Concelho de Entrancamento

Código	Nome Curto	Modalidade	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07
0210	Centro de Formação da Fernave	Particular	168	223	267	281	178	72	123	103	125	102
0741	Escola Profissional Gustave Eiffel	Particular	191	176	237	231	225	193	273	302	312	332
Alunos matriculados no Ensino Profissional			359	399	504	512	403	265	396	405	437	434



Fonte: CME

O Centro de Formação da Fernave, dispõe de ensino secundário e profissional. O primeiro oferece o curso técnico de Manutenção Industrial de Mecatrónica, sendo frequentado por 63 alunos distribuídos em 4 turmas e, o segundo, dispõe dos Cursos Técnicos de Mecatrónica, de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, de Manutenção Industrial/ Electromecânica com 102 alunos distribuídos por 6 turmas. Para além dos cursos atrás mencionados, a FERNAVE possui outros cursos aprovados pelo Ministério da Educação e que anualmente constam da sua oferta formativa, os quais poderão em qualquer ano lectivo ser ministrados, como sejam: Curso Técnico de Mecatrónica, Manutenção Industrial/ Electromecânica, Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, Transportes e Higiene e Segurança no Trabalho e Ambiente. Importa referir ainda que mais de 2/3 dos alunos matriculados neste estabelecimento provêm de outros concelhos (Vila Nova da Barquinha, Torres Novas, Golegã, Tomar, Alpiarça, Santarém, Abrantes, Braga, etc...).

A Escola Profissional Gustave Eiffel é uma escola de formação cujo objectivo é promover a formação profissional dos recursos humanos de vários sectores de actividade, tais como: económico, tecnológico, etc.. Os cursos de formação tecnológicos ministrados, no corrente ano lectivo de 2006/07, são os seguintes:

Quadro I.44 – Cursos Ministrados na Escola Profissional Gustave Eiffel no ano lectivo de 2006/07

Código	Nome Curto	Modalidade	Tipo de Ensino	Curso Técnico	Nível	Regime de Funcionamento	N.º de Alunos 2006/07	N.º de Turmas
0741	Escola Profissional Gustave Eiffel	Particular	Ensino Profissional	Curso de Formação e Educação	II	Diurno	13	1
				Curso de Formação VALTEJO - PORLVT	-		31	2
				Curso Técnico Profissional	III		243	14
				Curso de Sistema de Aprendizagem			25	2
				Curso de Formação e Educação			46	2
			Cursos de Especialização Tecnológica	IV	Nocturno	20	1	
Construção Civil								

Fonte: Inquérito realizado à Escola.

Estes Cursos dão equivalência escolar (12.º ano de escolaridade) e o grupo alvo são os jovens que terminam a escolaridade obrigatória. Estão inseridos no Sistema de Aprendizagem, que tem o objectivo de garantir a integração dos jovens no mercado de trabalho através da formação profissional sem esquecer a formação escolar. Neste sentido, a formação ministrada inclui formação socio-cultural e tecnológica, mas também formação em posto de trabalho. Os Cursos ministrados são também destinados a quem quiser iniciar a actividade num determinado sector ou para quem já sendo profissional do sector queira progredir na carreira.

I.9. Ensino Recorrente

O Ensino Recorrente define-se como um subsistema que se destina a um público específico e pretende garantir a todos os cidadãos o acesso à Educação, direito previsto e consignado na Constituição da República Portuguesa.

O sistema educativo oferece dois tipos de respostas institucionais de formação para adultos: o Ensino Recorrente (ER) e a Educação Extra-Escolar (EEE) conforme previsto no artigo 20º e 23.º, respectivamente, na Lei Bases do Sistema Educativo.

O Ensino Recorrente e a Educação Extra-Escolar podem funcionar em Instalações Escolares, Associações Locais, Juntas de Freguesia e, apesar das suas acções serem coordenadas pelo Ministério da Educação, articulam-se em parcerias com outros organismos da Administração Central que tutelam outras áreas (Instituto de Emprego e Formação Profissional, Saúde, Segurança Social, Solidariedade, Justiça e Indústria), Autarquias Locais e empresas. Todas as acções de Educação de Adultos referentes ao Ministério da Educação, são implementadas e acompanhadas localmente pelas Coordenações Concelhias do Ensino Recorrente e Extra-Escolar, neste caso particular, do Entroncamento.

O Ensino Recorrente considerado “uma modalidade especial de educação especial”, destina-se aos indivíduos que ultrapassem a idade normal de frequência dos ensinos básicos e secundário sem o(s) haverem frequentado, ou que o fizeram sem sucesso (ao nível do ensino básico a partir dos 15 anos e ao nível do secundário a partir dos 18 anos). Os cursos de ensino recorrente ao nível do ensino básico, organizam-se em três ciclos que visam:

- A eliminação/redução do analfabetismo (1.º Ciclo);
- Proporcionar a obtenção da escolaridade obrigatória e a preparação para o prosseguimento de estudos para além do ensino básico (3.º Ciclo);
- Desenvolvimento de competências profissionais, para além de proporcionar formação sócio - cultural para uma melhor inserção social (2.º e 3.º ciclos).

O Ensino Secundário Recorrente caracteriza-se pela flexibilidade e adaptabilidade aos ritmos de aprendizagem, à disponibilidade, aos conhecimentos e às experiências dos alunos, traduzindo-se num sistema de unidades capitalizáveis (UC). Assim, a duração dos cursos depende do itinerário individual dos alunos. Enquadram-se nesta modalidade de ensino o Curso Geral e os Cursos Técnicos, assim como o Curso Geral e os Cursos Tecnológicos do ensino artístico especializado (vertente Artes Visuais). Estes cursos conferem o diploma de conclusão do ensino secundário, possibilitando a candidatura ao ensino superior. Os Cursos Técnicos e Tecnológicos conferem, cumulativamente, um diploma de qualificação profissional de nível 3.

Os Cursos do Ensino Secundário Recorrente proporcionam uma segunda oportunidade de formação para os que não usufruíram dela na idade própria, ou que abandonaram a escola precocemente. Destinam-se a indivíduos com o 9.º ano de escolaridade ou equivalente e com idade igual ou superior a 18 anos.

Por outro lado, a Educação Extra-Escolar *“abrange o conjunto de actividades, formais ou não formais que se processam fora do sistema de ensino, distinguindo-se do Ensino Recorrente pela amplitude dos programas e conteúdos e por não constituir um processo dirigido à obtenção de um diploma escolar”*.

Os seus principais objectivos são:

- O combate ao analfabetismo literal e funcional;
- A promoção do desenvolvimento e a actualização de conhecimentos e de competências, em substituição ou em complemento da educação escolar;
- A promoção da ocupação criativa e formativa dos tempos livres.

I.9.1. Ensino Recorrente Público

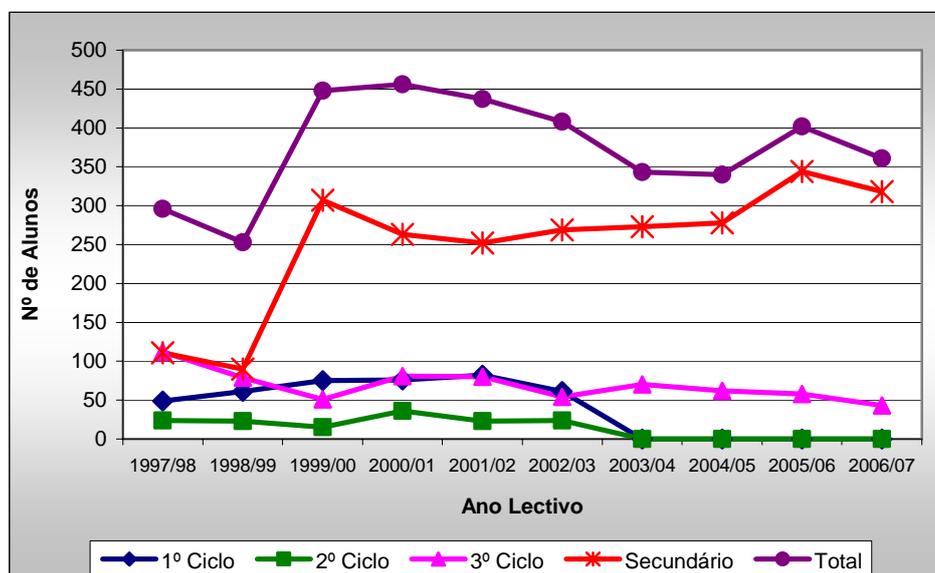
No concelho do Entroncamento, tal como ilustram o Quadro I.45 e o Gráfico I.21, nos últimos dez anos tem-se verificado um ligeiro decréscimo de alunos matriculados no 3.º ciclo e Secundário no ensino recorrente público. Entre os anos lectivos de 1997/98 e 1998/99, verificou-se um

decréscimo de 50 alunos, aproximadamente. Curiosamente no ano lectivo seguinte houve um aumento bastante significativo (aproximadamente 200 alunos no ensino secundário, correspondendo a uma subida de 340%).

Quadro I.45 e Gráfico I. 21 - Evolução do ensino recorrente na rede pública

Ensino Recorrente	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07
1º Ciclo	49	61	75	76	82	61	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
2º Ciclo	24	23	15	36	23	24	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
3º Ciclo	112	79	51	81	80	54	70	62	58	43
Secundário	111	90	307	263	252	269	273	278	344	318
Total	296	253	448	456	437	408	343	340	402	361

n.d. - não disponível



Fonte: CME - Inquérito realizado às Escolas

Em relação ao 2.º ciclo do ensino básico, não se tem verificado, desde 1998/99 até 2002, alterações significativas na procura. No que diz respeito ao 1.º ciclo do ensino recorrente público, para o mesmo período, verificou-se um aumento do número de alunos matriculados, tendo-se observado um decréscimo pouco acentuado (20 alunos) em 2002/03.

Actualmente o Ensino Recorrente Público perfaz um total de 361 alunos, abrangendo os 2º, 3º ciclos do ensino básico e secundário (Quadro I.46). É ministrado na EB23 Dr. Ruy D'Andrade e ES/3 do Entroncamento.

Quadro I.46 – Estabelecimentos onde é ministrado o ensino recorrente público

Estabelecimento	Nível de Ensino	N.º de Alunos
Escola Básica do 2º e 3º Ciclo Dr. Ruy de Andrade	2º Ciclo	n.d.
Escola Secundária com 3º Ciclo do Entroncamento	3º Ciclo	43
	Secundário	318
Total		361

n.d. - não disponível

Fonte: CME

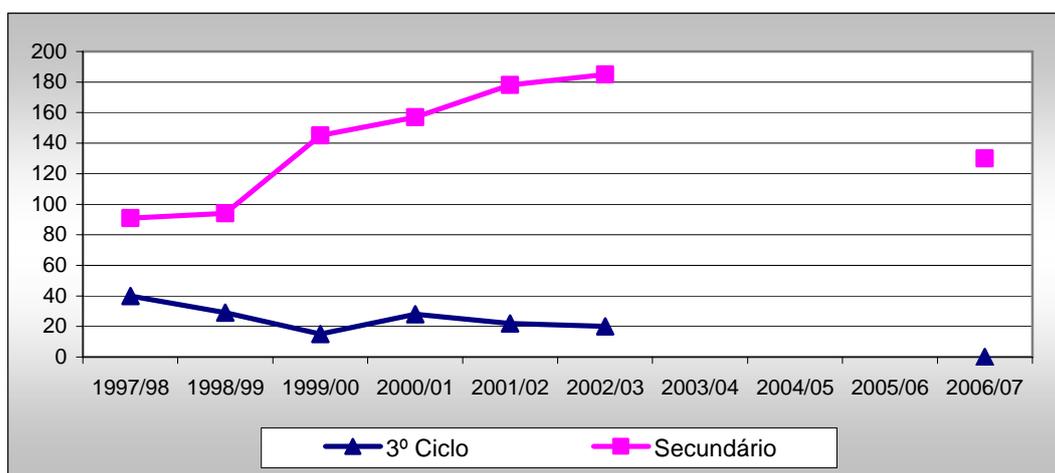
I.9.2. Ensino Recorrente Não Público

O Externato Mouzinho de Albuquerque é o único estabelecimento de ensino da rede privada onde se lecciona o ensino recorrente (3.º ciclo e ensino secundário). Funciona no mesmo edifício, construído de raiz para o ensino, que a Escola Profissional Gustave Eiffel.

Ao analisar o Quadro I.47 e o Gráfico I.22, pode constatar-se que, entre 1997 e 2002, houve aproximadamente um aumento de 90 alunos no ensino secundário seguido de uma quebra de 55 alunos até 2006 e que houve um decréscimo de 50% no número de alunos matriculados no 3.º ciclo, não existindo alunos deste ciclo matriculados actualmente.

Quadro I.47 e Gráfico I.22 - Evolução do ensino recorrente na rede privada

	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2006/07
3º Ciclo	40	29	15	28	22	20	0
Secundário	91	94	145	157	178	185	130
Total	131	123	160	185	200	205	130



Fonte: CME - Inquéritos realizados às Escolas

Actualmente este estabelecimento de ensino recorrente funciona com 130 alunos divididos por 8 turmas: 4 turmas do sistema modular (3 turmas do 12º ano e 1 turma do 11º ano) e 4 turmas do sistema de unidades (3 turmas correspondem ao 12º ano e 1 turma com alunos do 10º e 11º anos). Estas turmas funcionam com cursos de carácter geral (Ciências e Tecnologias, Ciências Sociais e Humanas e Ciências Sócio-Económicas).

I.10. Ensino Especial

“A Educação Especial consiste na adaptação das condições em que se processa o ensino - aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais, que frequentam os estabelecimentos públicos dos níveis básicos e secundário.”

O apoio fornecido às crianças com necessidades educativas especiais processa-se sobretudo através da sua integração nas escolas do ensino regular, tomando tal situação a designação de Escola Inclusiva, ou seja, *“o desenvolvimento de uma educação apropriada para todos os alunos com necessidades especiais”*. Porém, para os casos de deficiência mais graves, existem escolas especiais dependentes de associações diversas, mas tuteladas pelo Ministério da Educação.

Para além de todos os estabelecimentos de Ensino Básico e Secundário funcionarem como escolas inclusivas, no concelho do Entroncamento existe uma escola de ensino especial, o Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento.

O concelho do Entroncamento conta actualmente com 152 crianças que se enquadram no estatuto de “Aluno com Necessidades Educativas Especiais” (NEE). A grande maioria destes indivíduos frequenta os estabelecimentos públicos do Ensino Básico e Secundário, distribuindo-se de acordo com o Quadro I.48. Das 116 crianças com necessidades educativas especiais, existem 57 no 1.º ciclo, 9 no 2.º ciclo, 15 no 3.º ciclo e 36 no Secundário, cujo grau de deficiência obriga à constituição de turmas reduzidas. Deste modo, e ao abrigo do *Decreto Lei de 319/91 de 23 Agosto, artigo 9.º*, turmas com alunos que detenham NEE’s em determinado grau, só poderão funcionar com um máximo de 20 indivíduos e, por outro lado, não é permitida a colocação de mais de dois alunos com NEE’s em cada turma reduzida.

Uma situação singular é a que se verifica na EB1 n.º 3 do Entroncamento, que tem efectivamente 35 crianças com estatuto de NEE a frequentar a suas instalações, isto porque dispõe de 2 salas (Centro de Recursos de Psicomotricidade e Actividade Física Adaptada) nas quais se desenvolvem actividades como a psicomotricidade a nível individual e em grupos reduzidos. Destas 35 crianças, 30 pertencem a escolas do agrupamento Alpha e são do concelho do Entroncamento, 4 são do concelho de Chamusca e 1 de Vila Nova da Barquinha.

Quadro I.48 – Distribuição de alunos com NEE's no ano lectivo 2006/07

Código	Estabelecimento	Modalidade	Nº de crianças c/ necessidades educativas especiais	O espaço encontra-se adaptado a deficientes motores
0528	EB1 N.º 1 do Entroncamento	Público	12	Não
0219	EB1 N.º 2 do Entroncamento	Público	8	Sim
0065	EB1 N.º 3 do Entroncamento	Público	35	Sim
0885	EB1 N.º 4 do Entroncamento	Público	2	Sim
0171	EB 2,3 Dr. Ruy d' Andrade	Público	n.d.	Sim*
0447	ES/3 do Entroncamento	Público	36	Sim
0727	Jardim Escola João de Deus / Escola 1º Ciclo	Particular	n.d.	Sim
0719	Escola Rumo ao Futuro	IPSS	n.d.	Não
0550	CERE	Particular	59	Sim

* - Escola Adaptada, embora existam zonas não acessíveis para cadeiras de rodas

n.d. - não disponível

Fonte: CME - Inquérito realizado às escolas

*: Escola adaptada, embora exista zonas não acessíveis em cadeira de rodas

Os estabelecimentos de ensino público, com excepção da EB1 n.º 1 do Entroncamento, encontram-se todos adaptados a deficientes motores.

I.10.1 Ensino Especial Não Público

Ao nível dos estabelecimentos não públicos, o Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento (CERE) ministra e dispõe de instalações e técnicos eminentemente vocacionados para o ensino especial. No presente ano lectivo recebe 59 alunos com necessidades educativas especiais e 17 com um grau de deficiência maior. Estes indivíduos são provenientes não só do Entroncamento mas de concelhos como Vila Nova da Barquinha, Golegã, Torres Novas, Constância e Chamusca.

O CERE foi construído de raiz para o ensino, em 2001. A nível de instalações está bastante bem equipado, dispondo de refeitório, ginásio, e salas destinadas ao ensino de matérias específicas, nomeadamente música, expressão plástica e tapeçaria.

I.11. Transporte Escolar

Segundo a Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no que se refere à rede pública, assegurar os transportes escolares no Concelho. Porém, o facto do Governo Central ter transferido para as Câmaras a responsabilidade dos transportes escolares, o esforço financeiro por parte destas é muito grande, não sendo por vezes suficiente para oferecer um serviço de qualidade, uma vez que a contrapartida financeira disponibilizada fica aquém das expectativas. A CME efectua este transporte apesar de não estar abrangida pela legislação em vigor.

O transporte escolar oferecido pela Câmara Municipal do Entroncamento tem três finalidades:

1. Transportar crianças do 2.º ciclo de casa para a escola e vice-versa;
2. Transportar os alunos da EB1 n.º 4 para almoçarem no CERE;
3. Transportar todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico que frequentem estabelecimentos de ensino públicos, para a Piscina Municipal.

Com o início dos Transportes Urbanos no concelho do Entroncamento, os alunos que necessitavam de transporte recorrem agora aos mesmos. De salientar que com o início das actividades extracurriculares a Câmara assegura o transporte dos alunos do 1º ciclo para as actividades que se realizam nas Piscinas Municipais e no Pavilhão Desportivo Municipal.

Através do reforço dos transportes urbanos é assegurado o transporte dos alunos do 2º ciclo para a EB23 Dr. Ruy d'Andrade.

Parte II – A Procura de Ensino

II.1 Introdução

O desenvolvimento de modelos de previsão da procura de Equipamentos de Ensino, tendo como horizonte temporal o ano 2016, para a educação Pré-escolar, para o ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) e para o ensino secundário é um elemento fundamental para apresentar uma proposta coerente de redimensionamento da rede.

O presente relatório e respectivos anexos apresentam o resultado do trabalho desenvolvido no âmbito das projecções da população, para o horizonte de 2016, tomando em consideração os estudos demográficos do PDM para o concelho, dados disponibilizados pelo INE e a informação e opiniões recolhidas junto da Câmara Municipal do Entroncamento.

II.2. A Evolução Demográfica do Concelho e o seu impacto na procura de ensino

O Entroncamento, concelho com cerca de 14 km², situa-se no distrito de Santarém, na coroa envolvente da AML. Dada a sua situação geográfica privilegiada no centro do país e pela grande importância estratégica em termos de acessibilidades, este concelho destaca-se pelo fenómeno de crescimento demográfico que teve lugar nas duas últimas décadas (cerca de 50% sendo 1981/1991-25% e 1991/2001-28% - Quadro II. 1). Este crescimento é devido não só ao facto de ser um centro de transportes de dimensão regional, um centro industrial relevante no domínio ferroviário, um centro comercial importante a nível distrital bem como à proximidade à Área Metropolitana de Lisboa, que se traduz num crescimento de procura habitacional.

Quadro II. 1 – Taxas de variação anual da população no concelho 1981-1991 – 2001

1981	1991	Taxa de variação anual 1981-1991	Taxa de variação da década 1981-1991	2001	Taxa de variação anual 1991-2001	Taxa de variação da década 1991-2001
11402	14226	2,24%	24,8%	18174	2,48%	27,8%

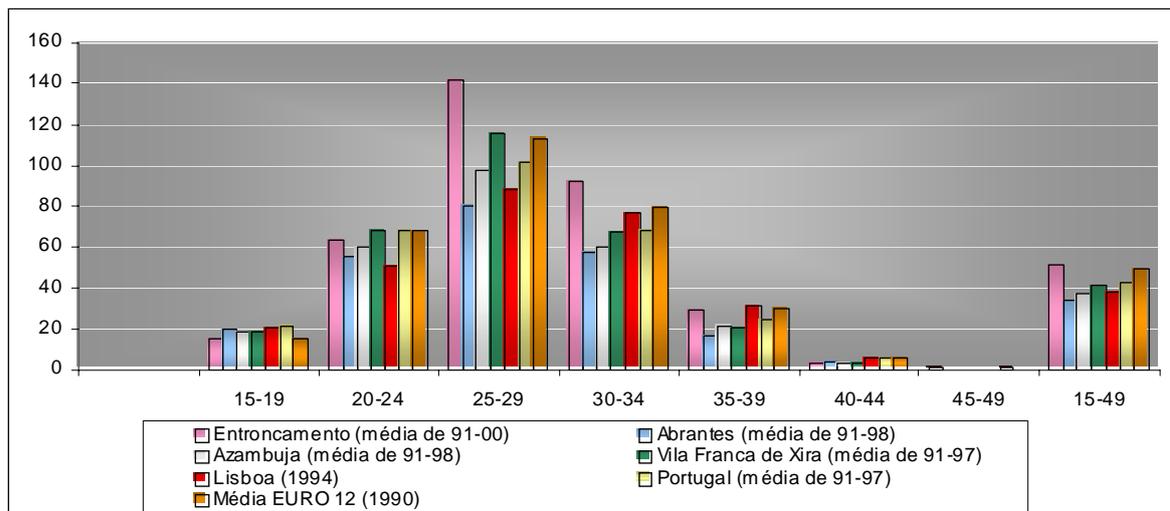
Fonte: INE

No que respeita os índices de fecundidade, no concelho do Entroncamento, estes atingiram valores superiores quer à média do concelho de Abrantes, Azambuja, VFX quer Lisboa, Portugal e Média EURO 12, como se pode verificar na Figura II. 1.

Figura II. 1 – Comparação da taxa de fecundidade do concelho do Entroncamento com Abrantes, Azambuja, VFX, Lisboa, Portugal e Média EURO 12

Idade das mulheres	Entroncamento (média de 91-00)	Abrantes (média de 91-98)	Azambuja (média de 91-98)	Vila Franca de Xira (média de 91-97)	Lisboa (1994)	Portugal (média de 91-97)	Média EURO 12 (1990)
15-19	15	20,0	17,9	18,5	20,7	21,1	15,4
20-24	63,6	55,2	60,4	68,5	50,5	68,4	68,2
25-29	142	80,0	97,8	115,9	88,2	101,1	112,9
30-34	91,8	57,0	59,9	67,5	76,7	67,8	79,5
35-39	29	16,5	21,5	20,4	31,2	24,4	29,8
40-44	3,4	3,7	3,1	3,1	5,9	5,3	5,7
45-49	0,4	0,0	0,2	0,3	0,3	0,4	0,3
15-49	51,3	34,4	37,3	41,0	38,3	42,8	49,5

Fonte: INE



Verifica-se um valor relativamente superior da fecundidade no grupo etário das mães dos 25 aos 34 anos, quando comparamos os valores do Entroncamento com a maioria dos concelhos em análise.

Dada a sua reduzida dimensão (o perímetro urbano da cidade praticamente coincide com o limite do Concelho) e o elevado número de habitantes, este Concelho apresenta densidades populacionais muito superiores à média nacional (1321 hab. /km² versus 108 hab. /km²).

Para facilitar a representação em cartografia e uma vez que o próprio concelho apresenta zonas com características específicas, dividiu-se o mesmo em duas zonas: Norte e Sul (de acordo com as Cartas I.1, I.2 e I.3).

II.3. Metodologia adoptada para a projecção da população

A metodologia utilizada, bem como as projecções demográficas para 2016, encontram-se descritas no Anexo – Projecções Demográficas que acompanha este relatório. Apenas serão apresentados de seguida os quadros resumo, resultado dessa análise.

II.4. Projecções Demográficas 2001, 2016

II.4.1. Projecções em Crescimento Natural

Utilizando o modelo do cohort survival e os indicadores demográficos (Taxas de Fecundidade e Mortalidade), fizeram-se projecções demográficas em crescimento natural para os anos de 2001 a 2016.

Quadro II. 2 – Projecção da população do Concelho do Entroncamento em Crescimento Natural por grupo etário

Idade	1991	2001	2016
Menos de 1 ano	163	261	218
1-9	1378	1702	2088
10-19	2010	1534	2171
20-29	2253	1996	1848
30-39	2143	2219	2234
40-49	1916	2116	3087
50-59	1932	1856	2946
60-69	1335	1783	1856
70-79	748	1029	1430
80-89	319	232	498
90+	28	9	30
Total	14226	14737	18407

Fonte: INE - Censo 91

II.4.2. Projecções com Taxas Migratórias

No Quadro II. 3 apresentam-se as projecções por grupo etário para o Concelho para 2016. Apresenta-se também a percentagem de cada grupo etário no total da população.

Quadro II. 3 – Projecção por grupo etário para 2016 para o concelho do Entroncamento

	1991	2001	2016	1991	2001	2016
C:ENTRONCAMENTO	14226	18174	26316	100	100	100
Menos de 1 Ano	163	228	243	1	1	1
1 aos 9 Anos	1378	1830	2327	10	10	9
10 aos 19 Anos	2010	1964	3144	14	11	12
20 aos 29 Anos	2253	2750	2989	16	15	11
30 aos 39 Anos	2143	3283	4775	15	18	18
40 aos 49 Anos	1916	2496	4258	13	14	16
50 aos 59 Anos	1932	2019	3343	14	11	13
60 aos 69 Anos	1335	1898	2039	9	10	8
70 aos 79 Anos	748	1177	1749	5	6	7
80 aos 89 Anos	319	449	1341	2	2	5
Com + de 90 Anos	28	80	108	0	0	0

II.5. Projeções da População em Idade Escolar

Como as idades dos vários ciclos de estudos não coincidem com os grupos etários usualmente utilizados em projecções demográficas, aplicou-se o modelo do cohort survival e taxas migratórias, do grupo etário correspondente, para obter estimativas, ano a ano, dos jovens que em 2016 terão entre 3 e 17 anos.

No Quadro II.4 apresenta-se o número de jovens na idade própria de cada ciclo de estudos para o total do concelho, no ano de 1991 e 2001 e estimativas para 2016.

Quadro II. 4 – Total de jovens na idade própria de cada ciclo de estudos no concelho – 1991, 2001 e 2016

Concelho do Entroncamento	Idade	Grau de ensino	1991	2001	2016
	3 aos 5 anos	Pré-Escolar	421	605	753
	6 aos 9 anos	1º Ciclo	681	756	1079
	10 aos 11 anos	2º Ciclo	358	383	663
	12 aos 14 anos	3º Ciclo	632	532	941
	15 aos 17 anos	Sec.	608	641	946
	18 anos	Sec.	205	205	278
	Total (6 aos 18)		2484	2517	3907
	Total (3 aos 18)		2905	3122	4660

Os valores encontrados levam-nos a considerar que, na evolução do número de jovens no concelho entre 2001 e 2016, se irá verificar um aumento de frequência em todos os ciclos do ensino básico e ensino secundário.

II.6. Projecção do Número de Alunos na Rede Pública

O número de alunos na rede pública depende não só do número de jovens na idade própria de cada ciclo de estudos como de outros aspectos já abordados no capítulo I e outros que serão abordados de seguida.

Alguns jovens frequentam o sistema de ensino de concelhos limítrofes (público e privado) acompanhando os pais nas suas deslocações pendulares casa-trabalho ou procurando oferta mais diversificada de opções do ensino secundário. No concelho do Entroncamento, verifica-se que o movimento migratório de alunos, não residentes neste Concelho tem uma importância significativa face ao número total de matriculados, como se refere na Parte I.

Verificou-se que o abandono de estudos no ensino básico é da ordem de 1%, Sendo o objectivo anular esta componente, terão de se adoptar medidas adequadas. Tal situação terá de ser verificada sobretudo na transição entre o 3.º ciclo e o ensino secundário (convergindo com as novas directivas para o ensino em Portugal, nomeadamente o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos). Finalmente, a repetência causa uma sobrecarga na rede pública, atrasando o percurso escolar dos jovens. Os valores adoptados para a repetência foram os referidos no capítulo I.

Os valores utilizados para a repetência, bem como o modelo do tipo cohort survival utilizado para projectar o número de alunos no concelho no sistema, ano de escolaridade e ano lectivo, apresentam-se no Anexo II.A.

Finalmente, no Anexo II.B. apresenta-se a projecção do número de crianças em idade própria da educação pré-escolar, entre 2001 e 2016 por idade e ano.

II.7 Considerações Finais

Nos pontos anteriores deste relatório e no Anexo – Projeções Demográficas apresentou-se a metodologia utilizada bem como os resultados obtidos para o concelho do Entroncamento, desde o ano de 2001 a 2016. Crê-se que os referidos valores são uma boa base de trabalho para efeito de planeamento da Carta Educativa. No entanto, devem ser apenas considerados como valores indicativos a corrigir, no âmbito da monitorização da Carta.

PARTE III – Proposta de Reorganização da Rede

III.1. Conceito de Território Educativo

O elemento estruturante das novas redes escolares é o Território Educativo (TE), que permite organizar o espaço geográfico concelhio em áreas que asseguram o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento vertical, contendo assim uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial e urbanístico.

Cada Território Educativo é servido por uma Escola Nuclear, que funciona como um centro de dinamização e apoio, tanto pedagógico como de instalações, às restantes escolas que se encontram articuladas na sua área de influência. É na Escola Nuclear que se realizam certas funções e actividades que não são possíveis de desenvolver em escolas mais pequenas e menos equipadas.

A Escola Nuclear que serve o Território Educativo pode ser, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo em vigor, uma Escola Básica 2,3 (EB 2,3) ou uma Escola Básica Integrada (EBI²⁵). Todavia, a nova Lei de Bases da Educação introduzia substanciais alterações na forma de estruturar os territórios educativos, uma vez que estabelecia uma escolaridade obrigatória de 12 anos. Deste modo, a escola nuclear passaria a ser uma Escola Secundária²⁶.

No âmbito deste trabalho, irá ser tido em consideração o estabelecido pelo Programa do Governo, particularmente no que respeita ao alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos, embora obviamente sem ignorar a legislação em vigor (Lei 46/86 - LBSE).

²⁵ Escola onde é ministrada a educação pré-escolar e os três ciclos do ensino básico (EPE + EB1,2,3). Uma EBI pode ser constituída num único edifício ou num conjunto de edifícios fisicamente separados, mas cuja utilização (sob o ponto de vista de gestão pedagógica e de gestão dos recursos físicos) é feita de forma interdependente e complementar.

²⁶ O Ensino Secundário seria, segundo a nova Lei de Bases da Educação, constituído pelo actual 3.º ciclo e pelo actual ensino secundário, constituindo-se em 1.º e 2.º ciclo do ensino secundário, respectivamente, o que significa que a Escola Secundária seria uma instalação que ministraria do 7.º ao 12.º ano de escolaridade.

III.2. Características do Território Educativo

O conceito de Território Educativo estabelece-o *“como o conjunto de unidades educativas que têm em vista o prosseguimento de acções, actividades ou projectos educativos de interesse comum que lhe permitam encontrar melhores soluções pedagógicas, administrativas e financeiras.”*

Em suma, o território educativo é o espaço geográfico onde se assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento integrado, contendo assim, uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial e urbanístico. A característica principal do Território Educativo é garantir que os alunos que integram aquele espaço geográfico, tenham assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória, através da existência de uma Escola Nuclear, que funciona como um centro de dinamização e apoio, tanto pedagógico como de instalações, das restantes escolas que o compõem, além de possuir transporte escolar próprio.

Para efeitos de identificação dos Territórios Educativos foram consideradas como fundamentais as seguintes características:

- a) Conter população a escolarizar que, segundo os critérios de dimensionamento da rede pública de equipamento escolar, justifique a existência de instalações escolares de ensino pré-escolar, dos dois ciclos do ensino básico e dos dois ciclos do ensino secundário;
- b) Conter instalações escolares públicas destinadas ao ensino pré-escolar, aos dois ciclos do ensino básico e aos dois ciclos do ensino secundário, com capacidades suficientes face à respectiva população a escolarizar;
- c) Conter uma escola que, pelas suas características físicas, possa desempenhar as funções de Escola Nuclear;
- d) Nas zonas urbanas densamente habitadas, ter uma dimensão compatível com a distância que se considere aceitável os alunos, de cada grupo etário, percorrerem a pé, nas suas deslocações diárias entre a casa e a escola. Nas zonas rurais, existir

transporte colectivo ou transporte escolar que permita uma fácil (sobretudo a nível de tempo de percurso) ligação casa-escola²⁷;

e) Não ser atravessada por barreiras físicas que dificultem ou tornem inseguras as deslocações pedonais de acesso às escolas. Estas barreiras físicas são fundamentalmente:

- a rede viária principal,
- a rede ferroviária de superfície,
- situações topográficas que dificultem as deslocações pedonais (por exemplo declives muito acentuados ou vales muito marcados),
- grandes áreas de usos não habitacionais ou de atravessamento inseguro (por exemplo instalações industriais);

f) Coincidir, sempre que possível, com os limites administrativos das freguesias.

²⁷ Um dos indicadores utilizados para a programação dos equipamentos escolares que servem zonas rurais, é o tempo de percurso percorrido pelos utilizadores entre o local de origem e o equipamento utilizando transporte colectivo. Este valor foi determinado a partir da representação da rede viária num Sistema de Informação Geográfica e uma estimativa da velocidade do transporte colectivo (25 km/h excepto nas vias urbanas em que se considerou 15 km/h). O tempo de percurso máximo directo (duração em minutos da deslocação entre o local de origem e de destino sem desvios e paragens adicionais) considerado foi de 40 minutos para o 1.º ciclo e 2.º ciclos e de 60 minutos para o 3.º e secundário. Para efeitos de planeamento da rede admitiu-se que, face ao sistema de transporte, o tempo de percurso real é superior à ligação directa, devido ao facto de os circuitos servirem efectivamente mais do que um aglomerado populacional, não devendo ultrapassar os 60 minutos para o 1.º e 2.º ciclos e 80 minutos no caso do 3.º e secundário.

III.3. Metodologia de Identificação dos Territórios Educativos

A metodologia a utilizar para a identificação dos Territórios Educativos desenvolve-se em dois níveis.

Num primeiro nível, a análise é efectuada à escala do concelho, tendo como aspectos mais relevantes o ordenamento do território, a rede ferroviária, a rede viária principal, o relevo e os limites administrativos das freguesias.

Num segundo nível, cada território educativo é estudado a uma escala maior, para testar a sua funcionalidade face a aspectos mais pormenorizados, como por exemplo, a sua população por escalão etário, as características físicas e equipamentos das escolas candidatas a Escola Nuclear, a localização das restantes escolas, a existência de barreiras físicas não detectadas à escala do concelho, etc.

III.3.1. Ordenamento do Território

Relativamente ao ordenamento do território, consultaram-se os Planos Municipais de Ordenamento do Território, nomeadamente o Plano Director Municipal (P.D.M.).

O P.D.M. classifica o espaço urbano em categorias de uso de solo (isto é, espaços onde um dado uso de solo deverá ser dominante) e define, para cada uma delas, as regras de ocupação, uso e transformação do solo.

As categorias de uso do solo identificadas no Regulamento do P.D.M. permitem perceber onde se localizam os usos de solo determinantes para a delimitação dos territórios educativos, especialmente as zonas de concentração da habitação, as localizações preferenciais para os equipamentos escolares ou as barreiras físicas às deslocações pedonais.

III.3.2. Limites Administrativos das Freguesias

Na elaboração da carta educativa, não pode ser ignorada a importância das freguesias tanto ao nível do planeamento (alguns dos dados necessários só estão facilmente disponíveis por freguesia) como ao nível da gestão da rede de infra-estruturas (a freguesia é a menor divisão administrativa territorial).

Neste sentido, é conveniente que um território educativo corresponda a uma freguesia, a um número inteiro de freguesias ou a uma parte de uma única freguesia.

Tendo em conta que cada território educativo se deve articular em torno de uma Escola Nuclear e que deve conter população a escolarizar, que justifique a existência de instalações escolares, é possível identificar as freguesias onde a população a escolarizar é insuficiente para constituir um território educativo, as que podem corresponder a um único território educativo e aquelas que deverão ser divididas em vários territórios educativos.

Um indicador da necessidade de agregação ou de divisão das freguesias é a relação entre o número de jovens com idades até 18 anos residentes na freguesia e o número de alunos aceitável para uma escola nuclear.

III.3.3. Gestão Educativa

Para além dos aspectos referentes às infra-estruturas, a gestão da rede escolar tem uma vertente de carácter pedagógico/administrativo que convém acautelar aquando da constituição dos territórios educativos.

O Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio veio criar o conceito de Agrupamento Escolar, propiciando assim a articulação do funcionamento da rede educativa. A constituição destes Agrupamentos Escolares, visou permitir a implementação do Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário. Existe uma grande liberdade na forma de constituição desses agrupamentos de natureza vertical, os quais apresentam escolas de níveis complementares de ensino. Deste

modo, o funcionamento da rede será facilitado se os agrupamentos de escolas se situarem dentro do mesmo território educativo, pois este último tem como finalidade permitir que os alunos completem a escolaridade obrigatória em escolas localizadas na sua área de influência.

Assim, o conhecimento atempado dos Territórios Educativos em que cada escola se vai inserir, poderá funcionar como um dado importante para a constituição dos Agrupamentos de Escolas. Tal situação, não se verificou no Concelho do Entroncamento, onde o agrupamento foi instituído por iniciativa das escolas, antes que os Territórios Educativos fossem definidos.

A proposta que se apresenta no ponto seguinte é a solução final dum processo que teve várias iterações, amplamente discutidas, e onde intervieram, empenhadamente, todos os elementos da equipa de projecto, incluindo portanto contribuições do IST, CME, DREL, e CAE Santarém.

III.4. Esquematização dos Territórios Educativos

Tendo em conta a análise aprofundada ao concelho do Entroncamento, realizada pelo CESUR, quer a nível de ordenamento do território, da rede ferroviária, da rede viária principal, do relevo e dos limites administrativos, bem como, a nível do parque escolar, foi possível, através de reuniões, que contaram com a presença da CME e da DREL, propor 2 Territórios Educativos.

A informação mais relevante para a análise das situações actual e proposta dos territórios educativos está estruturada da seguinte forma:

1. **Quadro síntese do Território Educativo:** Este quadro, preparado de acordo com o modelo utilizado pela DREL, destina-se a facilitar a tarefa de implementação e gestão dos Territórios Educativos;
2. **Quadro de Equipamentos e Capacidades:** Nestes quadros indicam-se as escolas existentes em 2006/07 com a capacidade respectiva (calculada com base no número de turmas que podem acolher sem desdobramento), a procura na rede pública projectada para 2016²⁸, bem como a diferença entre capacidade e procura se não houvesse alteração na rede actualmente existente. Um segundo quadro, com a mesma estrutura e informação contida no anterior, mas apresentando a rede proposta no âmbito desta Carta Educativa. Descreve-se ainda, a título indicativo, a oferta assegurada por instituições da rede não pública. A inclusão desta informação tem por objectivo perspectivar eventuais acertos de pormenor nas propostas apresentadas²⁹.

²⁸ Com a introdução de um ensino obrigatório de 12 anos, a procura afecta ao secundário sofrerá substanciais alterações. Para estimar este valor a equipa do CESUR desenvolveu um modelo do qual resultam estimativas do número de alunos que abandonaria os estudos no 9.º ano (se a escolaridade obrigatória permanecesse inalterada), e daqueles que prosseguiriam os estudos em escolas profissionais e dos alunos que optam pela continuação dos estudos nas escolas secundárias oficiais. A descrição da metodologia empregue por este modelo é apresentada na secção III.4.1.

²⁹ Crê-se que, sobretudo a nível do ensino pré-escolar, a rede pública deva funcionar em complementaridade com a rede Privada, pelo que os Jardins-de-Infância que eventualmente sejam propostos no âmbito deste documento, se devam situar em zonas onde a oferta da rede não pública é inexistente ou deficitária e/ou se considera que existem populações mais carenciadas.

3. **Carta do Território Educativo:** Indicação de todas as infra-estruturas educativas, equipamentos programados e propostos no âmbito da Carta Educativa (a construir e a desactivar).

III.4.1. Modelo de Afecção da Procura do Secundário

O alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos vem alterar de forma significativa o sistema de ensino instituído actualmente. Esta mudança reflecte-se em primeiro lugar no alargamento do período de escolaridade obrigatória, que passa de 9 para 12 anos.

Na prática, esta modificação tem consequências que, na sua maioria, não são relevantes para o caso específico da determinação da procura de ensino. Todavia, o facto de os alunos que chegam ao 9.º ano de escolaridade não poderem optar pelo não prosseguimento de estudos, é um factor a ter em conta.

Surge então a necessidade de encontrar uma forma de estimar a procura efectiva aplicável a escolas secundárias. Para tal partiu-se de um conjunto de pressupostos para se poder construir este modelo:

- A distribuição relativa de alunos, observada no ano lectivo 2006/07 (para aqueles que prosseguem os estudos após o 9.º anos) por cursos gerais e pela via profissionalizante, por um lado, e pelas escolas secundárias e escolas profissionais por outro, mantém-se constante;
- O não prosseguimento de estudos verificado no ano lectivo de 2006/07 manter-se-ia constante caso a escolaridade obrigatória continuasse a ser de 9 anos;
- Os alunos que, caso se mantivessem as condições actuais, não prosseguiriam os estudos, repartir-se-ão em 2016 pelos cursos gerais e cursos de formação vocacional nas proporções de 10% e 90% respectivamente;
- Dos alunos que em 2016 optarão por cursos vocacionais de natureza técnica e tecnológica ou profissionalizante, 40% serão acolhidos por escolas secundárias da rede pública e os restantes serão absorvidos por outro tipo de oferta, nomeadamente de

escolas profissionais que estabeleçam adequados protocolos com o Ministério da Educação.

Mas estes pressupostos só serão utilizados na segunda etapa do processo, uma vez que inicialmente se tem de estimar o número de alunos que actualmente, por opção, não prosseguem os estudos. Esta informação é obtida tendo por base as seguintes variáveis:

Pip – Estimativa do número de alunos em idade própria (secundário) para o ano de 2006 residentes no concelho;

Fcg – Número de alunos a frequentar Cursos Científico-Humanísticos no ano lectivo de 2006/07, em escolas do concelho;

Fva – Número de alunos a frequentar Cursos Tecnológicos e Cursos de Educação e Formação em escolas secundárias do concelho no ano lectivo de 2006/07;

Fep – Número de alunos a frequentar cursos vocacionais de natureza técnica e tecnológica ou profissionalizante em escolas Profissionais no ano lectivo 2006/07;

Cf – Número de alunos residentes no concelho e em idade própria do secundário que frequentam escolas fora do Concelho no ano lectivo de 2006/07;

- **Foc** – Número de alunos provenientes de outros concelhos que frequentam o secundário em escolas secundárias do concelho em estudo no ano lectivo de 2006/07;
- **S** – Número de indivíduos que opta por não continuar a estudar após o 9.º ano de escolaridade.

Admitindo que o número de alunos que, embora com idade própria do secundário, frequentam anos de escolaridade inferiores é da ordem de grandeza do número de alunos fora da idade própria que ainda frequentam o secundário, pode dizer-se que:

$$S = Pip - Cf + Foc - Fcg - Fva - Fep$$

Significa isto que o peso da variável “S” relativamente à procura total de secundário será calculado para o ano lectivo 2006/07 e assume-se como constante ao longo dos anos.

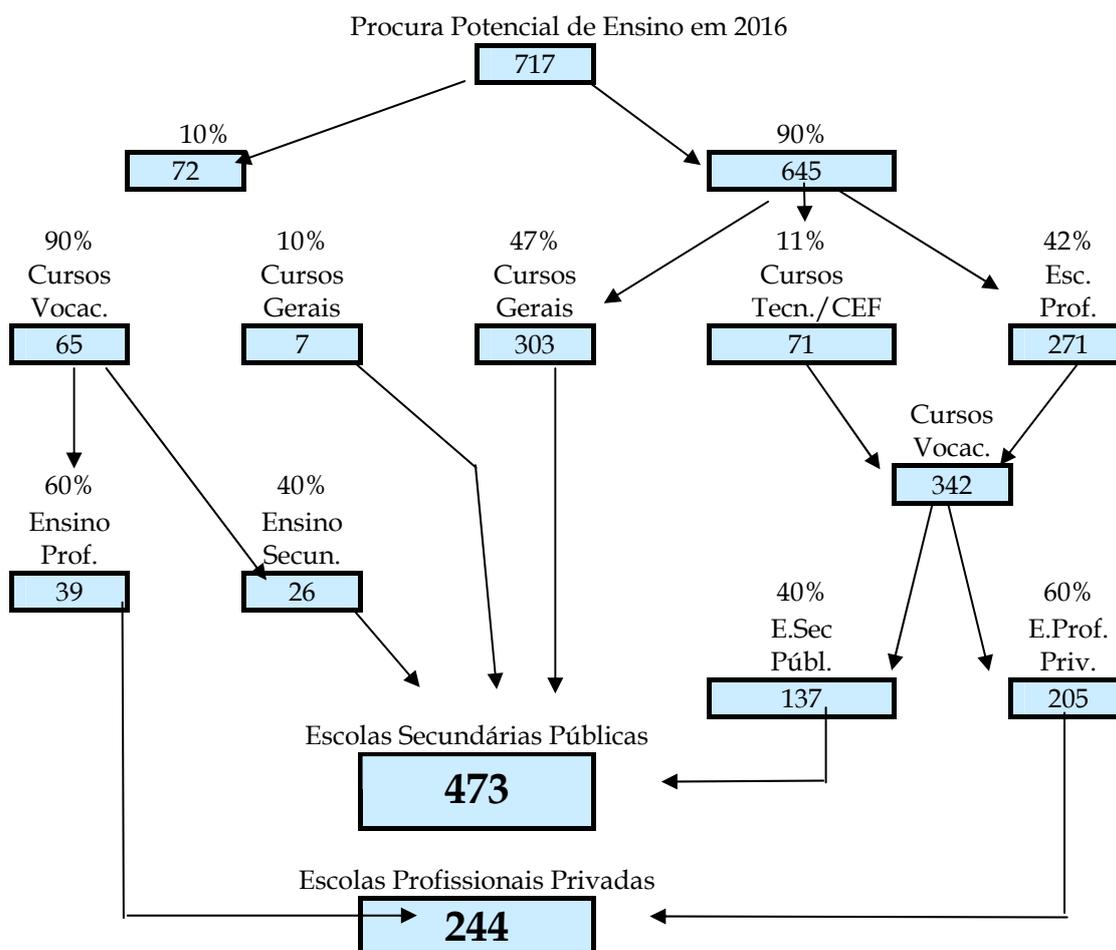
Partindo dos pressupostos já descritos anteriormente e do que se acaba de enunciar, e tendo como dado de base apenas a projecção do n.º de alunos para 2016, torna-se então possível esquematizar uma afectação da procura de ensino no secundário, tanto a escolas secundárias públicas como a outros tipos de oferta (que, por facilidade de exposição, se designarão por “escolas profissionais”).

Na descrição desta segunda etapa do modelo desenvolvido será utilizado um exemplo que permitirá, de uma forma simples e devidamente esquematizada, compreender o modelo adoptado.

Dados para o exemplo:

	Exemplo	
Pip: Estimativa do número de alunos em idade própria (secundário) residentes no concelho - 2006	659	
Fcg: N.º de alunos matriculados nos cursos científico-humanísticos em escolas secundárias - 2006/07	491	47%
Fva: Número de alunos a frequentar cursos tecnológicos e CEF em escolas secundárias da rede pública - 2006/07	118	11%
Fep: Número de alunos a frequentar cursos vocacionais / profissionalizantes em escolas Profissionais - 2006/07	434	42%
N.º total de alunos - 2006/07	1043	100%
S: valor registado no ano lectivo 2006/07 (resultado da 1.ª Etapa do modelo admitindo como equilibradas as variáveis Cf e Oc)	66	10% (de Pip)
Procura de secundário em 2016	717	

Esta segunda etapa do modelo vai recorrer à caracterização actual da procura de ensino para estimar a distribuição da procura prevista em 2016:



Os resultados obtidos através desta metodologia simplificada são uma base de trabalho que permite estimar a repartição de alunos pelas diferentes opções, embora com as limitações que a falta de informação sobre comportamentos futuros acarreta. Estes parâmetros necessitarão obviamente de ser validados através de uma monitorização que permitirá em cada ano corrigir, se for caso disso, os valores que se reflectem na afectação da procura, nomeadamente a distribuição de alunos pelos cursos gerais e vocacionais.

III.5. Propostas de Territórios Educativos

Adoptando a metodologia apresentada na secção III.3. e os conteúdos da secção III.4., admitindo como horizonte de planeamento a procura da rede pública no ano de 2016, foram configurados 2 Territórios Educativos, como se representa nas Cartas III.1, III.2 e III.4, sendo as situações propostas patentes nas Cartas III.3, III.5 e III.6.

Funcionando a linha de caminho-de-ferro como uma barreira que divide sensivelmente a meio o concelho do Entroncamento, estruturou-se o território municipal em dois Territórios Educativos (TE) distintos:

- TE Sul do Concelho;
- TE Norte do Concelho.

A base dos Territórios Educativos é a sua articulação em torno de uma Escola Nuclear e a própria população a escolarizar. Esta tem de justificar a existência de instalações escolares que cubram, segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo, desde o Pré-Escolar ao 3.º ciclo do Ensino Básico.

Deste modo, é possível identificar, para cada área em estudo, as freguesias onde a população a escolarizar é insuficiente para constituir um território educativo, as que podem corresponder a um único território educativo e aquelas que deverão ser divididas em vários territórios educativos. Concretamente no concelho do Entroncamento, por só possuir uma freguesia em 2001³⁰, processou-se à delimitação dos Territórios Educativos recorrendo à informação das subsecções estatísticas do censo de 2001 disponibilizada pelo INE.

³⁰ O concelho do Entroncamento possuía à data de elaboração da 1ª versão da Carta Educativa (2003) apenas uma freguesia, todavia já tinha sido aprovada em Assembleia Municipal a divisão do território municipal em duas novas unidades territoriais: A freguesia de S. João Baptista (a Sul – corresponde em linhas gerias ao TE Sul deste trabalho) e a freguesia de N. Sra. de Fátima (a Norte – corresponde genericamente ao TE Norte deste trabalho). Actualmente o concelho já se encontra constituído por estas duas freguesias, tendo sido criadas pela Lei nº68/2003 de 26 de Agosto.

O concelho do Entroncamento apresenta características predominantemente urbanas. Da análise efectuada a este município, constata-se a existência de duas grandes quebras no contínuo do território. Estas são protagonizadas pela A23 que cruza o concelho de oeste para nordeste, “isolando” o extremo norte do Entroncamento e pela linha de caminho-de-ferro (Linha do Norte) que atravessa o município de sudoeste para nordeste, dividindo a mancha urbana sensivelmente a meio.

Com base na análise de ordenamento do território no tipo de povoamento, nas características urbanas e rurais, no relevo, nos equipamentos desportivos e culturais existentes, na rede de transportes escolares e colectivos e na população a escolarizar, propõe-se a divisão do concelho em 2 territórios educativos.

A delimitação proposta dos territórios educativos, afigura-se natural uma vez que a distribuição da população entre sul e norte³¹ é equilibrada, como aliás revelaram os dados da população residente, por subsecção estatística do INE, e que a análise dos pedidos de alvarás de loteamento vem corroborar (ver Quadro III.1).

Quadro III.1 – Dados de Base para a Determinação da Distribuição da População pelos Territórios Educativos

	Zona Sul	Zona Norte	Concelho
População 2001 (Subsecções - INE)	7723	10451	18174
Repartição Parcial	42.5%	57.5%	100%
Incidência dos pedidos de alvará de loteamento			
Fogos Previstos até 2011	2670	3553	6223
Habitantes Previstos até 2011 (2.7 hab./fogo)	7209	9594	16803
Repartição Parcial	42.9%	57.1%	100%
Repartição para efeitos de distribuição da população	43%	57%	100%

Como fica patente no Quadro III.1, tanto a distribuição actual da população, como a evolução prevista se encontram perfeitamente definidas e coerentes, o que permite aplicar as proporções

³¹ Referindo-se esta divisão, como é obvio e de uma forma genérica, ao espaço geográfico a sul e a norte da linha de caminho-de-ferro

encontradas às projecções da procura para 2016, apresentadas no Módulo II da Carta Educativa do Entroncamento³².

Quadro III. 2 – Afecção da procura de ensino em 2016 ao respectivo território educativo (n.º de alunos)

Procura em 2016			43%	57%
			Zona Sul	Zona Norte
Pré-Escolar	678	⇒	292	386
1.º Ciclo	989	⇒	425	564
2.º Ciclo	501	⇒	215	286
3.º Ciclo	768	⇒	330	438
Secundário	717	⇒	308	409
			546	723

Em termos práticos, não se pode impor a um aluno que chegue ao 10.º ano de escolaridade que opte por um dos agrupamentos oferecidos pela escola nuclear do território educativo que abrange a sua área de residência. Consequentemente, o Ensino Secundário deverá de ser analisado à escala do Concelho.

Posto isto, pode dizer-se que os territórios educativos se podem encaixar em dois grupos:

- **Territórios que já têm Escola Nuclear** – TE Sul – São territórios educativos que já possuem uma Escola Básica com oferta de 2º e 3º Ciclos e que poderão funcionar assim que se considere oportuno.
- **Territórios sem Escola Nuclear** – TE Norte – Estes territórios só poderão entrar em funcionamento quando as escolas nucleares forem construídas/criadas, o que exige a concretização do terreno, projecto, recursos financeiros e construção, devendo as crianças ser temporariamente distribuídas por outros territórios ou permanecer na actual estrutura da rede de ensino.

³² Ainda que não surja nas projecções da procura de ensino, a procura de Ensino Pré-Escolar reveste-se de vital importância, ainda mais num concelho predominantemente urbano como o Entroncamento onde o comércio e os serviços empregam a maioria da população que não tem outra alternativas se não deixar os seus filhos em jardins-de-infância, daí considerar-se que a procura do pré-escolar se cifra em 90% da população com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos.

Para efeito de dimensionamento da rede, é comum utilizar-se a tipologia inicial para a qual as escolas foram dimensionadas. No entanto, nem sempre estas tipologias correspondem à realidade, estando muitas vezes ultrapassadas, pois verifica-se a conversão de salas de aula para outros fins tais como bibliotecas, centro de recursos, laboratórios, salas de computadores, etc. Perante esta situação e, após reunião com a DREL e a CME, ficou acordado que se utilizaria para efeitos de planeamento a capacidade actual das escolas EB23 Ruy D' Andrade e ES/3 do Entroncamento, que segundo informação da CME é de 26 Turmas para a primeira e de 35 Turmas para a segunda, tal como ilustra o Quadro III.3.

Quadro III. 3 - Tipologia das Escolas do 2º e 3º Ciclos e Secundário

Estabelecimento de Ensino	Tipologia Inicial para a qual a escola foi construída	Tipologia Actual segundo informação da CME
EB2/3 Ruy D' Andrade	32T	26T
ES/3 do Entroncamento	42T	35T

Como supra mencionado, o Entroncamento apresenta uma malha urbana praticamente contínua. Consequentemente, a nível do 1.º ciclo do ensino básico, não se verifica a necessidade de encerrar escolas e concentrar alunos em escolas maiores e com mais recursos, constatando-se, pelo contrário, até uma tendência inversa.

Todavia, existem situações pontuais onde se pode melhorar o desempenho pedagógico do funcionamento da rede educativa, de que são exemplos: - o funcionamento em simultâneo numa mesma sala de dois anos de escolaridade; ou a realização do percurso escolar do 1.º ciclo do ensino básico em Escolas diferentes³³. Estas situações são de evitar e serão pontos contemplados nas propostas que se apresentam.

³³ Por exemplo efectuar o 1.º e 2.º ano de escolaridade numa escola, o 3.º e 4.º noutra – Situação que não se regista no Entroncamento.

Carta III.1 – Divisão do concelho em TE's Situação Proposta

III.5.1. Território Educativo Sul do Concelho

Território Educativo: Sul

Escola Nuclear: EB23 Dr. Ruy D'Andrade

Discrição Sumária: Sul do Concelho

Tendo em conta a projecção demográfica para 2016 e a “uniformidade relativa” da geografia e ocupação espacial deste município, chegou-se à constituição deste Território Educativo. Esta delimitação corresponde, na prática, à satisfação das necessidades educativas da população residente a sul da Linha do Norte, evitando-se desta forma a eventual transposição da mesma pelos alunos nos seus percursos casa-escola.

Este Território Educativo é centrado em torno da actual Escola Básica de 2.º e 3.º Ciclo – Dr. Ruy D'Andrade. Relativamente à Educação Pré-escolar, quando é analisada a procura de ensino pré-escolar, constata-se um claro défice de oferta pública a nível dos Jardins-de-Infância. Uma vez que não existem neste Território Educativo jardins de infância suficientemente grandes e bem apetrechados, nem com possibilidades de serem ampliados dada a sua localização na zona consolidada da cidade, a solução passará obviamente pela construção de uma instalação deste tipo. A localização proposta surge numa zona de expansão, num terreno com cerca de 7.750 m² onde se prevê a construção de um Jardim de Infância com 8 salas de actividade e com possibilidades de ampliação, se tal se verificar necessário. Desta forma, garante-se neste território educativo uma taxa de cobertura de pré-escolar público mínima de 55% e máxima de 68.5%, se se considerar 20 ou 25 crianças por sala de actividade. Com a construção do novo JI aconselha-se o encerramento do JI nº3 do Entroncamento e a alteração de tipologia do JI nº2 do Entroncamento para EB1 que ficará então com quatro salas de 1º Ciclo.

No que respeita ao 1º Ciclo do Ensino Básico sugere-se a ampliação e requalificação da EB1 nº1 do Entroncamento, com a construção de um polivalente coberto, sala multimédia, sala de professores e funcionários e respectiva ampliação do refeitório e cozinha. Desta forma aconselha-se o encerramento da EB1 nº4 do Entroncamento.

Todas as opções tomadas estão explicitadas nos Quadro III. 4 e Quadro III. 5 que se seguem.

Quadro III. 4 – Perspectiva de Actuação no TE Sul

Área de Influência	O Território Educativo abrange o território concelhio a sul da linha de Caminho-de-Ferro			
População a Escolarizar 2016	Equipamentos Existentes (Rede Pública)		Proposta de Redimensionamento (Rede Pública)	
	Código	Nome	Código	Nome
Educação Pré-escolar 292 Alunos	Educação Pré-escolar		Educação Pré-escolar	
	0617	Jl n.º 3 do Entroncamento	0617	Jl n.º 3 do Entroncamento - a encerrar. As crianças serão transferidas para o Jl Sul
	0751	Jl n.º 2 do Entroncamento	0751	Jl n.º 2 do Entroncamento - alteração de tipologia para EB1
			2001	Construção do Jl Sul (com 8 salas de actividades)
Rede Pública	Ensino Básico e Secundário		Ensino Básico e Secundário	
Ensino Básico/ Sec. 1º Ciclo - 425 2º Ciclo - 215 3º Ciclo - 330 Secundário - 308	0751	Jl n.º 2 do Entroncamento	0751	Jl n.º 2 do Entroncamento - alteração de tipologia para EB1
	0528	EB1 n.º 1 do Entroncamento	0528	EB1 n.º 1 do Entroncamento - requalificação e ampliação de mais 4 salas
	0885	EB1 n.º 4 do Entroncamento	0885	EB1 n.º 4 do Entroncamento - a encerrar
	0171	EB 23 Dr. Ruy de Andrade	0171	EB 23 Dr. Ruy de Andrade

Estabelecimentos de Ensino não Públicos	
0009	Jl da CP
0463	Centro Social e Paroquial do Entroncamento
0727	Jl (c/ EB1) João de Deus
0719	Escola Rumo ao Futuro
0498	Externato Mouzinho de Albuquerque
0210	Centro de Formação da FERNAVE
0741	Escola Profissional Gustave Eiffel

Quadro III. 5 – Quantificação da Actuação no TE Sul

Situação Actual

Escola		Capacidade Actual					Procura em 2016					Diferença entre capacidade e procura					
Código	Nome	Jl	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Sec.	Jl	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Sec.	Jl	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Sec.	
0617	Jl n.º 3 do Entroncamento	50															
0751	Jl n.º 2 do Entroncamento	100															
0528	EB1 n.º 1 do Entroncamento		275														
0885	EB1 n.º 4 do Entroncamento		50														
0171	EB 23 Dr. Ruy de Andrade				650												
TOTAIS		150	325	650	0		292	425	215	330	308	-142	-100	105		-308	

Estabelecimentos de Ensino não Públicos		Capacidade Actual				
		Jl	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Sec.
0727	Jl (c/ EB1) João de Deus	75	100			
0009	Jl da CP	75				
0463	Centro Social e Paroquial do Entroncamento	75				
0719	Escola Rumo ao Futuro		125			
0498	Externato Mouzinho de Albuquerque				150	
0210	Centro de Formação da FERNAVE					126
TOTAL		225	225	0	150	126

Situação Proposta

Escola		Capacidade Proposta					Procura em 2016					Diferença entre capacidade e procura					
Código	Nome	Jl	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Sec.	Jl	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Sec.	Jl	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Sec.	
0617	Jl n.º 3 do Entroncamento	0															
0751	Jl n.º 2 do Entroncamento	0															
0528	EB1 n.º 1 do Entroncamento		475														
0885	EB1 n.º 4 do Entroncamento		0														
2001	Jl Sul	200															
0171	EB23 Dr. Ruy de Andrade				650												
TOTAIS		200	475	650	0		292	425	215	330	308	-92	50	105		-308	

Carta III.2 – TE Sul

Situação Proposta

III.5.2. Território Educativo Norte do Concelho

Território Educativo: Norte

Escola Nuclear: Nova EBI/JI

Discrição Sumária: Norte do Concelho

Na sequência do que já foi dito para o Território Educativo Sul, também aqui se verificam as mesmas características de ocupação do solo e expansão urbana, residindo a principal diferença, patente na Carta III.4, no facto de nesta área existir um menor número de estabelecimentos de ensino, sejam eles da rede pública ou da rede privada. Este facto reflecte-se de uma forma bem vinculada nas carências quando analisadas quantitativamente (Quadro III. 7).

As propostas elaboradas para este território vão no sentido de satisfazer eficazmente as carências observadas, ficando o processo de alguma forma facilitado:

- por já existir terreno afecto à edificação de um equipamento escolar, o qual passará a ser utilizado para a construção de uma nova escola EBI+JI, uma vez que não existe nenhum estabelecimento com oferta de 2º e 3º ciclos do Ensino Básico;
- e por estar projectado o JI Norte, com capacidade para 8 salas de actividades.

Propõe-se ainda a requalificação e ampliação da EB1 nº3 do Entroncamento com a construção de um polidesportivo, sala multimédia, refeitório, sala de professores e funcionários, etc.

Quadro III. 6 – Perspectiva de Actuação no TE Norte

Área de Influência	O Território Educativo abrange o território concelhio a Norte da linha de Caminho-de-Ferro			
População a Escolarizar 2016	Equipamentos Existentes (Rede Pública)		Proposta de Redimensionamento (Rede Pública)	
	Código	Nome	Código	Nome
Educação Pré-escolar 386 Alunos	0978	Educação Pré-escolar JI n.º 1 do Entroncamento	0978 1001 2002	Educação Pré-escolar JI n.º 1 do Entroncamento - a encerrar. As crianças serão transferidas para o JI Norte. Construção de JI Norte - Já Projectado (com 8 salas de actividades) Construção da EBI c/ JI
Rede Pública Ensino Básico/ Sec. 1º Ciclo - 564 2º Ciclo - 286 3º Ciclo - 438 4º Ciclo - 409	0065 0219 0447	Ensino Básico e Secundário EB1 n.º 3 do Entroncamento EB1 n.º 2 do Entroncamento Escola Secundária do Entroncamento	0065 0219 0447 2002	Ensino Básico e Secundário EB1 n.º 3 do Entroncamento - requalificação e ampliação de mais 8 salas EB1 n.º 2 do Entroncamento - a encerrar. Os alunos serão transferidos para a EB1 n.º 3. Escola Secundária do Entroncamento Construção da EBI c/ JI

Estabelecimentos de Ensino não Públicos	
0980	JI Jardim da Graça
0550	C.E.R.E.

Quadro III. 7 – Quantificação da Actuação no TE Norte

Situação Actual

Escola		Capacidade Actual					Procura em 2016					Diferença entre capacidade e procura				
Código	Nome	JI	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Sec.	JI	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Sec.	JI	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Sec.
0978	JI n.º 1 do Entroncamento	125														
0065	EB1 n.º 3 do Entroncamento		150													
0219	EB1 n.º 2 do Entroncamento		100													
0447	Escola Secundária do Entroncamento					875										
TOTAIS		125	250	0		875	386	564	286	438	409	-261	-314	-286		28

Estabelecimentos de Ensino não Públicos		Capacidade Actual				
		JI	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Sec.
0980	JI Jardim da Graça	175				
0550	C.E.R.E.		17			
TOTAL		175	17	0	0	0

Situação Proposta

Escola		Capacidade Proposta					Procura em 2016					Diferença entre capacidade e procura				
Código	Nome	JI	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Sec.	JI	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Sec.	JI	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Sec.
0978	JI n.º 1 do Entroncamento	0														
0065	EB1 n.º 3 do Entroncamento		350													
1001	JI Norte Programado	200														
0219	EB1 n.º 2 do Entroncamento		0													
2002	EBl c/ JI do Norte	100	200	300	300											
0447	ES/3 do Entroncamento					725										
TOTAIS		300	550	300	450	725	386	564	286	438	409	-86	-14	14	12	316

Carta III.3 – TE

Norte

Situação Proposta

III.6. Balanço Global dos Territórios Educativos

O Quadro III. 8 apresenta uma estimativa das taxas de cobertura da Rede Pré-escolar para o ano 2016, considerando apenas o aumento de capacidade da oferta pública. Esta taxa toma o valor de 133% em 2016, ultrapassando significativamente os objectivos do pré-escolar proposto pelo Governo no Decreto-Lei nº147/97.

Quadro III.8 - Taxa de Cobertura da Educação Pré-Escolar para 2016, considerando apenas as Alterações Propostas para a Rede Pública

Território	JI Privado	JI Público	Oferta Total	Crianças 3-5 anos	Tx Cobertura (%)
TE Sul	225	200	425	292	146
TE Norte	175	300	475	386	123
Total	400	500	900	678	133

Apresenta-se no Quadro III.9, a síntese da oferta e da procura para o ano de 2016, horizonte de planeamento da Carta Educativa do Concelho do Entroncamento.

Quadro III.9 - Territórios Educativos do Concelho do Entroncamento

Territórios Educativos	Capacidade Proposta em 2016					Procura em 2016				Diferença entre Capacidade e Procura			
	JI	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Sec.	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Sec.	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Sec.
TE Sul	200	475	650		0	425	215	330	308	50	105		-308
TE Norte	300	550	300	450	725	564	286	438	409	-14	14	12	316
TOTAL	600	975	500	725	800	962	484	663	523	36	131		8

No conjunto dos dois Territórios Educativos, a oferta e a procura de ensino prevista para 2016 fica equilibrada, com excepção do 2º e 3º ciclos que apresentam uma maior folga relativamente aos outros níveis de ensino.

A capacidade das escolas destes dois Territórios Educativos do Concelho deve ser re-avaliada no momento de implementação dos mesmos, em função da procura que se perspectivar para os vários níveis de ensino na rede pública.

III.7. Proposta para o Ensino Secundário

Actualmente, o ensino secundário é ministrado na ES/3 do Entroncamento. Esta escola, em termos de planeamento, não terá qualquer alteração, visto já funcionar com o 3º ciclo e o actual secundário.

Deste modo, e com base nas propostas previstas neste documento, o Ensino Secundário no concelho do Entroncamento continuará a funcionar apenas num estabelecimento localizado na zona Norte do concelho.

A procura do ensino secundário estimada para 2016 (717 alunos) e a oferta desta escola em termos de capacidade (725 alunos), ilustrado no Quadro I.31, não justifica qualquer outra alteração à rede para além da já referida. Porém é de referenciar que o projecto pedagógico desta escola deve ser valorizado, procurando oferecer valências profissionais procuradas pelos jovens e empregadores. O concelho do Entroncamento encontra-se também apetrechado com dois estabelecimentos de ensino profissional, ambos pertencentes à rede não pública: Centro de Formação Fernave e Escola Profissional Gustave Eiffel. A capacidade destes estabelecimentos não foi considerada no Quadro III.10.

Quadro III.10 - Capacidade e Procura em 2016 para o Ensino Secundário

Territórios Educativos	Capacidade Proposta em 2016	Procura em 2016	Diferença entre Capacidade e Procura
TE Sul	0	308	-308
TE Norte	725	409	316
TOTAL	725	717	8

Quanto aos recursos educativos (laboratórios, salas de EV, salas de EVT, salas de informática, pavilhão desportivo, etc.), podemos verificar que esta escola oferece um equipamento muito aceitável em termos quantitativos (Quadro I.37) e, após as obras de beneficiação a que foi alvo, é de esperar que esta oferta seja também qualitativa.

III.8 - Síntese das Propostas da Carta

O Quadro III.11 apresenta a síntese das propostas da Carta Educativa, recomendando a construção de três novos equipamentos escolares: dois JI e uma EBI/JI.

No que se refere à rede de Jardins-de-Infância, propõe-se a construção de dois JI, embora um deles já tenha sido programado pela CME aquando do início de elaboração deste documento (e se encontre actualmente em fase de construção), bem como a introdução deste nível de ensino na EBI proposta na Carta Educativa.

No que se refere à rede de Escolas do 1º Ciclo, propõe-se o aumento de capacidade deste nível de ensino através da ampliação e requalificação das EB1 nº1 e nº3 do Entroncamento.

A proposta de extinguir escolas será progressiva e realizada à medida que existirem condições para transportar e acolher as crianças em outras escolas, bem equipadas, que reúnam condições para serem consideradas “Escolas Completas”.

Quadro III. 11 – Síntese de Novas Escolas e Alterações Propostas no âmbito da Carta Educativa

Território Educativo	Escolas a manter		Escolas a Encerrar			Escolas com alteração de tipologia/ requalificadas/ aumento de capacidade		Escolas Propostas		
	Código	Nome	Código	Nome	Prioridade	Escola	Prioridade	Tipologia	Nº Salas	Prioridade
Norte do Concelho	0447	ES do Entroncamento	0978	JI nº1 do Entroncamento	2	0065 - EB1 nº3 do Entroncamento sofre requalificação e ampliação de mais 8 salas de aula, construção de um polidesportivo, sala multimédia, refeitório, sala de professores e funcionários, etc.	1	JI	8 salas de actividade	0
			0219	EB1 nº2 do Entroncamento	2			EBI/JI	4+8+12+12	1
Sul do Concelho	0171	EB23 Dr. Ruy de Andrade	0617	JI nº3 do Entroncamento	2	0751 - JI nº2 do Entroncamento passa a EB1 com alteração de tipologia de 4 salas de JI para salas de aula do 1º ciclo.	1	JI	8 salas de actividade com hipóteses de ampliação (Terreno com 7.750 m ²)	1
			0885	EB1 nº4 do Entroncamento	2	0528 - EB1 nº1 do Entroncamento sofre requalificação e ampliação de mais 4 salas de aula, construção de um polivalente coberto e ampliação do refeitório e cozinha.	1			

Legenda de Prioridades:

- 0 - Já se encontra em curso
- 1 - Início imediato do processo
- 2 - Na próxima década

Inclui-se ainda o Quadro III.12 com informação mais detalhada sobre os novos estabelecimentos a implantar. Apresentam-se o número de salas de actividades/aula e crianças/alunos para os vários graus de ensino, bem como a sua localização.

Este mapa apoiará o planeamento e gestão corrente da implantação das novas escolas que deverão ser calendarizadas durante o período 2007-2008 de acordo com informações recolhidas no âmbito da monitorização da Carta (confirmação da procura estimada, disponibilidade de terrenos e disponibilidade financeira).

Finalmente, inclui-se nas cartas dos territórios educativos, a localização dos terrenos para os estabelecimentos propostos.

Quadro III. 12 – Novos Estabelecimentos a Implantar no Concelho do Entroncamento

Território Educativo	Escolas Propostas			Localização	Prioridade	Observações
	Escola	Código	N.º de Alunos / Salas / Turmas			
TE Sul do Concelho	Jl	2001	Jl - 200 (8 salas)	Ver Carta III.2	1	Construção prioritária pois sem este estabelecimento não é possível pôr este território educativo operacional
TE Norte do Concelho	EBl/Jl	2002	Jl - 75 (3 salas) 1º Ciclo - 300 (12 Turmas) 2º Ciclo - 300 (12 Turmas) 3º Ciclo - 300 (12 Turmas)	Ver Carta III.3	1	Construção prioritária pois sem este estabelecimento não é possível pôr este território educativo operacional

III.8.1 Medidas complementares

Com da requalificação do parque escolar e o plano de reordenamento da rede educativa proposto estão criadas condições para proporcionar a alunos e professores, instalações e equipamentos adequados a uma boa vivência escolar, às modernas exigências pedagógicas e ao pleno desenvolvimento dos processos educativos.

Para que o plano apresentado seja alcançado com sucesso não devem ser esquecidas medidas de implementação de uma adequada rede de transporte escolar e do reforço da Acção Social Escolar, nomeadamente no que respeita a serviço de refeições às crianças deslocadas.

Como medidas complementares, sugere-se:

- a dotação das escolas com equipamentos e recursos pedagógicos nomeadamente equipamentos informáticos e acessos rápidos à internet de forma a estimular nas crianças competências na exploração das Tecnologias de Informação;
- a adopção de medidas de promoção da diversidade das ofertas educativas, nomeadamente com cursos alternativos, ensino recorrente e reforço do ensino tecnológico e profissional que seriam uma mais valia significativa para atrair à escola aqueles que, por razões diversas, a abandonaram precocemente.

No combate ao insucesso, abandono e saída antecipada verificados nos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário, deverão ser promovidas ofertas educativas mais ajustadas ao perfil, motivação e interesses dos jovens do concelho do Entroncamento, o que passa pelo desenvolvimento de ofertas formativas de cariz tecnológico e profissional. Assim, importa mobilizar diversos actores como associações profissionais e empresariais, escolas e centros de formação profissional implantados em concelhos vizinhos e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, tirando partido de capacidades e *know-how* existentes e promovendo parcerias publico-privadas e complementaridades. Seria interessante também, se possível, desenvolver mecanismos de cooperação com municípios vizinhos no sentido de montar uma oferta educativa e formativa abrangente, de carácter supra-municipal.

III.9 - Programa de Intervenções

Através de fichas sintéticas, apresentam-se de seguida as acções que operacionalizam o planeamento desenvolvido no capítulo anterior.

ACÇÃO 1: Reforço da oferta educativa no Território Educativo Norte

SUB-ACÇÃO 1.1: : Reforço da oferta de educação Pré-escolar

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Construção de um novo Jardim de Infância (8 salas de actividades)

PRIORIDADE: Muito Elevada

CALENDÁRIO: Conclusão prevista até Setembro 2007

ESTIMATIVA DE CUSTOS: 900.000 €

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal do Entroncamento (com co-financiamento através de Programas Comunitários).

SUB-ACÇÃO 1.2: : Reforço da oferta de ensino básico

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Construção de uma Escola Básica Integrada com Jardim de Infância (tipologia 36 turmas das quais 4 de Pré-escolar, 8 para o 1º ciclo e as restantes para os 2º e 3º ciclos).

PRIORIDADE: Elevada.

CALENDÁRIO: Setembro 2008

ESTIMATIVA DE CUSTOS: 6.250.000 €

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Ministério da Educação e Câmara Municipal do Entroncamento (com co-financiamento através de Programas Comunitários).

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Requalificação e ampliação da EB1 nº3 do Entroncamento

PRIORIDADE: Elevada.

CALENDÁRIO: Setembro 2008

ESTIMATIVA DE CUSTOS: 922.700€

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Ministério da Educação e Câmara Municipal do Entroncamento (com co-financiamento através de Programas Comunitários).

ACÇÃO 2: Reforço da oferta educativa no Território Educativo Sul

SUB-ACÇÃO 1.1: : Reforço da oferta de educação Pré-escolar

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Construção de um novo Jardim de Infância (8 salas de actividades)

PRIORIDADE: Elevada

CALENDÁRIO: Setembro 2008

ESTIMATIVA DE CUSTOS: 1.032.500 €

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal do Entroncamento (com co-financiamento através de Programas Comunitários).

SUB-ACÇÃO 1.2: : Reforço da oferta de ensino básico

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Alteração de tipologia do JI nº1 do Entroncamento para EB1.

PRIORIDADE: Elevada.

CALENDÁRIO: Setembro 2008

ESTIMATIVA DE CUSTOS: 100.000€

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Ministério da Educação e Câmara Municipal do Entroncamento (com co-financiamento através de Programas Comunitários).

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Requalificação e ampliação da EB1 nº1 do Entroncamento

PRIORIDADE: Elevada.

CALENDÁRIO: Setembro 2008

ESTIMATIVA DE CUSTOS: 960.850€

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Ministério da Educação e Câmara Municipal do Entroncamento (com co-financiamento através de Programas Comunitários).

ACÇÃO 3: MEDIDAS DE APOIO COMPLEMENTAR PARA TODOS OS NÍVEIS DE ENSINO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

- Dotação das escolas com equipamentos e recursos pedagógicos nomeadamente em equipamentos informáticos e acessos rápidos à internet.
- Desenvolvimento de programas de enriquecimento curricular e de animação desportiva de iniciativa autarquia.
- Reforço do transporte escolar e da Acção Social Escolar, nomeadamente no que respeita a serviço de refeições às crianças deslocadas.

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal do Entroncamento, com o apoio do Ministério da Educação.

ACÇÃO 4: MEDIDAS DE PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE DAS OFERTAS EDUCATIVAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

- Reforço do ensino tecnológico e profissional, quer na escola pública (nomeadamente, na ES do Entroncamento), quer através de parcerias publico-privadas.
- Implementação de currículos alternativos e reforço do ensino recorrente.

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Ministério da Educação, em articulação com o IEEP e apoio da Câmara Municipal do Entroncamento.

III.10 – Monitorização/ Considerações Finais

Como é sabido, o processo de planeamento não se esgota no acto de elaboração do plano, o qual deve ser alvo de revisão permanente face ao acompanhamento e monitorização do sistema alvo desse plano.

As Cartas Educativas constituem-se como instrumentos sectoriais de planeamento que organizam o conhecimento sobre um domínio específico – os serviços de educação e ensino – e visam adequar a rede educativa às perspectivas de desenvolvimento dos concelhos, de acordo com cenários de evolução demográfica e socio-económica estabelecidos e com as necessidades e aspirações das populações.

A presente Carta Educativa, enquanto instrumento de planeamento da rede educativa do Município do Entroncamento, reflecte o conhecimento actual sobre esta rede e perspectiva a sua evolução com base na informação hoje disponível. Para se tornar num instrumento vivo e permanentemente actual, carece de aprofundamento sucessivo e de revisão e actualização dinâmicas face a evoluções demográficas, socio-económicas e da procura de ensino que importa monitorizar, bem como de alterações do quadro legislativo e orientador que enquadram o sistema educativo.

Deste modo, recomenda-se que a Câmara Municipal do Entroncamento promova a monitorização do sistema e revisão da Carta Educativa, introduzindo dinamicamente as necessárias alterações ao plano agora estabelecido. Este processo de monitorização e avaliação deve ser efectuado com a mobilização dos diversos agentes envolvidos no próprio sistema educativo local com ênfase para o Conselho Municipal de Educação.

Em particular, julga-se recomendável monitorizar:

- As dinâmicas urbanas, sociológicas e demográficas, particularmente naqueles aspectos que possam constituir inflexões de trajectória relativamente às tendências previstas.

- As ocorrências de nascimentos (nados-vivos por área geográfica), com previsão da procura que lhes estará associada.
- Planos e projectos urbanísticos (Planos de Urbanização, Planos de Pormenor, projectos de loteamento, licenças de construção), com previsão dos acréscimos populacionais que lhes estão associados e correspondentes acréscimos da procura de ensino e/ou alterações da expressão espacial dessa procura.
- A evolução da população escolar, nomeadamente no que respeita à frequência dos estabelecimentos de ensino e respectivas inflexões de trajectória cujas determinantes importa tentar perceber.
- A evolução do desempenho do sistema educativo, quer na vertente endógena de desempenho escolar (abandono, retenção, etc.), quer na vertente de relações com a envolvente, nomeadamente no que respeita à adequação da oferta educativa às necessidades e anseios das populações.
- A evolução do estado de conservação das instalações e da adequação dos equipamentos e recursos complementares às necessidades pedagógicas e das aprendizagens vigentes em cada instante.
- Indicadores de eficiência em relação aos serviços prestados, designadamente no que respeita à sobre ou subutilização das infra-estruturas escolares.
- Indicadores de eficácia associados aos resultados do processo educativo e tendo em conta os fenómenos de retenção e abandono, inserção ou exclusão social e integração profissional da formação obtida.

A análise da informação acima referida permite construir um "Tableau de Bord", com uma vertente macro (indicadores de contextualização) e uma vertente micro (indicadores de acompanhamento e de impacte), que será de grande utilidade para a monitorização da rede educativa do Município do Entroncamento, evitando assim deseconomias e desajustamentos entre a procura e a oferta.

A monitorização deverá ter por base uma estrutura organizativa que contemple três fases essenciais: recolha/organização da informação (disponibilizada anualmente pelos

estabelecimentos e agrupamentos de ensino, autarquia, DREL), instrumentos de acção (que permitam definir objectivos e recursos a utilizar) e avaliação de resultados (pequenos relatórios de avaliação da própria Carta Educativa e dos instrumentos de acção que poderão levar à mobilização de novos recursos e a ajustamentos estratégicos considerados pertinentes). Para tal será necessária a existência de um dispositivo de monitorização que inclua a previsão de alocação de Recursos Humanos, a identificação dos recursos técnicos necessários, um responsável político pelo acompanhamento da Carta Educativa e uma comissão de acompanhamento (externa, interna, mista). A definição de prazos para a revisão da própria Carta e respectivo calendário para o acompanhamento da execução das propostas deverão também estar incluídos, bem como as diversas intervenções ao nível do parque escolar, transportes escolares e ofertas educativas e respectivos dispositivos de alerta.

No que respeita ao quadro legislativo e orientador, não é por demais sublinhar as profundas alterações que se perspectivam com o previsível alargamento da escolaridade até aos 18 anos, como atrás discutido. É da maior importância que se procure acompanhar as evoluções deste processo e as orientações do Ministério da Educação decorrentes das intervenções expressas no Programa do Governo.

Por fim, refira-se a importância da participação da população nas soluções a erguer através das entidades apropriadas (associações de pais, juntas de freguesia, grupos ou associações locais, etc.) a fim de que se compreenda o significado das transformações pretendidas e se colham ensinamentos e apoios para a sua implementação. Também nesta vertente importa desenvolver mecanismos de consulta e monitorização.

São todos os factores acima referidos que tornam esta Carta Educativa num documento aberto e permanentemente inacabado conduzindo, conseqüentemente, à necessidade de periodicamente ser revista e actualizada à luz da informação actualizada sobre a conjuntura do momento em questão e perspectivas da sua evolução.